

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Sociologia

RÁDIOS COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ana Baptista

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro

Co-Orientadora:

Professora Doutora Isabel Ferin

Data:

Junho de 2009

Um média livre e pluralista é essencial para a construção de uma sociedade democrática e desenvolvida, ao garantir a possibilidade de revelar vários aspectos da exclusão e modalidades de discriminação e estimular o debate sobre como superá-las.

UNESCO (Programa Internacional de Desenvolvimento da Comunicação)

A todos os timorenses que conheci e que acreditaram que esta investigação podia contribuir para divulgar a sua causa além fronteiras.

Agradecimentos

Ao meu orientador e co-orientadora pela motivação e por acreditarem no meu trabalho.

À Cátia Maciel, pelo seu gosto pela investigação que é verdadeiramente inspirador.

À ONG INDE – Intercooperação e Desenvolvimento, pela possibilidade de deslocação a Timor-Leste e pela disponibilização de meios e recursos para a pesquisa no terreno.

Em Timor-Leste, a todos os que me acompanharam e contribuíram com o seu depoimento, tornando possível este trabalho.

RESUMO

ABSTRACT

RÁDIOS COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

COMMUNITY RADIOS AND LOCAL DEVELOPMENT

PALAVRAS-CHAVE: Rádios Comunitárias; Desenvolvimento Local; Comunicação para o Desenvolvimento; Timor-Leste; Estudo de Caso.

KEYWORDS: Community Radio; Local Development; Communication for Development; East-Timor; Case Study.

Em contextos pós-ditatoriais e de pós-conflito, onde os défices de cidadania e de infra-estruturas mais de fazem sentir, as Rádios Comunitárias ganham a confiança das populações, apresentando-se como um importante veículo não só de informação mas, sobretudo, de comunicação dentro de uma comunidade.

A Rádio Comunitária permite o uso de técnicas capazes de dinamizar as populações, tornando-as conscientes das suas necessidades e recursos potenciais, incentivando-as a unir esforços num processo comum de melhoria das condições de vida.

As formas de comunicar também foram alvo de mudança, o que se reflecte na abertura de espaços para formas de comunicação mais participativas e inclusivas. A participação genuína dá directamente poder à população que o distribui pela sociedade.

Esta investigação tem como objecto de estudo o papel das Rádios Comunitárias no desenvolvimento da comunidade em que se insere. Tendo como referencial o Desenvolvimento Local e a Comunicação para o Desenvolvimento, o seu objectivo é identificar e analisar qual a importância da Rádio Comunitária para o desenvolvimento da sua comunidade, num contexto de reconstrução. Foi desenvolvido um estudo de caso com a Rádio Comunidade Lospalos, no distrito de Lautém, em Timor-Leste, onde foram abordadas as potencialidades deste média enquanto motor de participação, mudança e desenvolvimento.

Post-conflict and post-ditatorial contexts are characterized by poor levels of citizenship and infrastructures. Here Community Radios win the population trust as an important vehicle of information but, above all, of communication inside a community.

Community Radios use specific thecnics to mobilize the population, raising awareness of their needs and potencial resources and encourage them to bring efforts together in a common process of enhancing life conditions. More inclusive and participative ways of communicating arise highlighting that genuine participation gives power to people.

This investigation focused in the role of Community Radio in the community development. Taking Local Development and Communication for Development as a reference, the purpose of this research is to identify and analyse the importance of Community Radio for the development of its community, in a reconstruction context. A case study with Radio Comunidade Lospalos, in Lautém District, East-Timor, was implemented to address the potencial of this media in heighten participation, change-over and development.

Índice

Índice de Figuras.....	IX
Índice de Quadros	X
Lista de Abreviaturas	XI
Introdução.....	1
Secção 1. Pressupostos metodológicos da análise do papel das Rádios Comunitárias no Desenvolvimento Local	3
1.1. Investigação-acção em Lospalos/ Timor-Leste.....	3
1.2. Definição dinâmica do terreno e objecto da investigação.....	5
1.3. A Pesquisa de Terreno – um exercício de flexibilidade.	7
1.4. Interpretação e análise dos resultados – Enfoque qualitativo	12
Secção 2. Do crescimento ao desenvolvimento: diferentes conceptualizações e estratégias?	15
2.1. Origem do conceito de Desenvolvimento.....	15
2.2. Reconstrução pós II Guerra Mundial: surgimento da abordagem ‘a partir de cima’ do Desenvolvimento.....	20
2.3. Os novos conceitos de Desenvolvimento.....	21
2.4. A primazia do local e o ‘retorno do sujeito’: novas formas de abordar o Desenvolvimento.....	26
2.5. O conceito de Desenvolvimento Comunitário como método prático alternativo nos anos 60.....	30
2.5.1. Fases de um plano de Desenvolvimento Comunitário: a prática.....	33
2.6. Emergência e propostas do conceito Desenvolvimento Local nos anos 80/90....	34
2.7. Do conceito às estratégias de desenvolvimento: a intervenção comunitária	40
Secção 3. Comunicação e Desenvolvimento: uma relação de interdependência? ...	44
3.1. O exercício da cidadania como alicerce da participação	44
3.2. Comunicação como participação.....	45
3.2.1. Formação da opinião pública moderna.....	49
3.2.2. Democratização nos média: o jornalismo participativo e o cidadão jornalista	50
3.3. Comunicação como Desenvolvimento.	52
3.4. Comunicação como Mudança	55

3.4.1. A Construção de Identidades no processo de Mudança.....	60
3.5. Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento: os média comunitários.....	63
Secção 4. As Rádios Comunitárias em Timor-Leste – Um exercício de liberdade e democracia?	65
4.1. Breve caracterização da mais recente nação do mundo.....	65
4.1.1. A intervenção do Estado e do 3º Sector em Timor Leste.....	75
4.2. Media Comunitários em Timor-Leste.....	78
4.3. Caracterização da comunidade e da Rádio Comunitária de Lospalos.....	87
4.3.1. A Comunidade de Lospalos.....	87
4.3.2. Origem, implementação e estratégias da Rádio Comunitária de Lospalos ...	88
4.4. Estrutura orgânica da RCL.....	92
4.4.1. A equipa operacional.....	92
4.4.2. O conselho da Rádio.....	94
4.5. Profissionalismo versus voluntariado: Conjugação de competências técnicas e relacionais	95
4.6. A importância da formação nos processos de Desenvolvimento Comunitário....	98
4.7. Envolvimento dos actores locais: Enraizamento e participação da comunidade local	101
4.7.1 Exigência de diversidade, qualidade e independência	103
4.8. A Rádio Comunitária e a Liberdade de expressão e informação em Lospalos: A Rádio como parte integrante do Processo de Mudança num contexto de pós-conflito	109
4.9. RCL, futuro e Sustentabilidade: Avaliação permanente e investigação-acção..	112
Conclusão.....	117
Posfácio.....	129
Bibliografia.....	131
Anexos.....	141

Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa de Timor-Leste	65
Figura 2 – Sistema tripartido de negociação	77
Figura 3 - Mapa do Distrito de Lautém	87

Índice de Quadros

Quadro 1 - Actores comunitários auscultados – metodologias utilizadas	10
Quadro 2 - Grelha analítica	24
Quadro 3 – Indicadores Macro-económicos de Timor-Leste	66
Quadro 4 – Principais Indicadores Demográficos	68
Quadro 5 – Taxa de Mortalidade infantil 2003-2008	70
Quadro 6 – Indicadores Sociais	71

Lista de Abreviaturas

AC - Actores Comunitários

AII - Actores Institucionais Internacionais

AIN - Actores Institucionais Nacionais

AIT - Actores Institucionais Territoriais

AIRC - Actores Internacionais Rádio Comunitárias

AI/TL - Actores Internacionais Timor-Leste

CD - Comunicação para o Desenvolvimento

CP - Comunicação Participativa

AC/CR - Conselho da Rádio

DC - Desenvolvimento Comunitário

DL - Desenvolvimento Local

DS - Desenvolvimento Sustentável

IDE - Investimento Directo Estrangeiro

HDI - Índice de Desenvolvimento Humano

AC/PT - Pessoal técnico

ONG - Organização não governamental

OSC - Organizações da Sociedade Civil

RC - Rádios Comunitárias

RCL - Rádio Comunidade Lospalos

Introdução

A presente investigação é resultado da deslocação da investigadora a Timor-Leste, num período de cerca de dois meses, inserida num projecto de Cooperação para o Desenvolvimento da ONG portuguesa INDE – Intercooperação e Desenvolvimento. O principal objectivo desta missão foi a recolha de material para escrever um documento de caracterização das Rádios Comunitárias em Timor-Leste e África.

Nesta altura, a análise do papel das Rádios Comunitárias no Desenvolvimento Local surgia como uma problemática pouco explorada nos circuitos académicos e que urgia aprofundar, sobretudo em contextos pós-ditatoriais e pós-conflito, onde os défices de cidadania e de infra-estruturas mais de fazem sentir.

Em Timor-Leste, a realidade de reconstrução após 1999 confere aos média comunitários, sobretudo às Rádios Comunitárias, grande destaque junto das populações. Na ‘ilha do crocodilo’, como é carinhosamente chamada pelos seus habitantes, estas rádios apresentam-se como um importante veículo não só de informação mas, sobretudo, de comunicação dentro de uma comunidade.

Em parte, as razões da nossa escolha prendem-se com uma vontade pessoal de aprofundar a relação entre as duas áreas de formação académica da investigadora: a Comunicação Social e o Desenvolvimento.

Em simultâneo, as nossas razões prendem-se com a relevância política e social da questão no mundo actual. Cada vez mais se questiona o poder dos média e dos média comunitários, o seu papel na construção da realidade, a sua influência nas decisões dos cidadãos e nas sociedades.

Aqui podemos ressaltar a visão multidisciplinar para a qual, modestamente, pretendemos contribuir e o facto de estarmos a analisar teorias que, habitualmente, não surgem sob uma óptica de interdependência. Por norma, os meios de comunicação social são ligados a países desenvolvidos, a novas tecnologias. Mas nos países em desenvolvimento, sobretudo em contexto de reconstrução, os cidadãos enfrentam a falta de participação e de decisão, que se traduz numa défice de cidadania. Importa, assim, perceber de que forma as Rádios Comunitárias podem contribuir para que esta situação se inverta, apelando a um reforço da cidadania e da democracia.

Na Primeira parte apresentam-se os pressupostos metodológicos da análise do papel das Rádios Comunitárias no Desenvolvimento Local. Aqui, as metodologias de investigação-acção permitiram criar uma aproximação dinâmica quer ao terreno, quer aos actores auscultados o que contribuiu, ao mesmo tempo, para a consolidação do objecto de estudo e das hipóteses de trabalho.

A investigação circunscreveu-se, em Timor Leste, ao distrito de Lautém e foi escolhida a Rádio Comunidade Lospalos por ser um exemplo de sucesso em termos de sustentabilidade e de fomento da participação da comunidade.

Ao longo da investigação, foram consideradas diferentes tipologias de actores com relevo para a problemática em análise. Foram auscultados um total de 30 pessoas, que se distribuem pelas seguintes tipologias (criadas pela investigadora): Actores internacionais com intervenção no contexto das Rádio Comunitárias; Actores internacionais com intervenção em Timor-Leste; Actores institucionais nacionais e territoriais; actores comunitários envolvidos na Rádio comunitária de Lospalos. Foi ainda possível subdividir os actores comunitários em 3 categorias: Pessoal Técnico/Voluntário; Membros da comunidade pertencentes ao Concelho da Rádio e Técnicos operacionais e de gestão.

As Segunda e Terceira partes apresentam a reflexão sobre as conceptualizações que forneceram o enquadramento teórico da investigação. Tratando-se de um processo de investigação-acção, este foi também um trabalho dinâmico que se sentiu necessidade de moldar às observações de terreno.

As concetualizações que permitiram enquadrar a investigação foram, por um lado, o conceito de Desenvolvimento e surgimento de novas abordagens ‘a partir de baixo’ com a primazia do sujeito (da comunidade) e do Desenvolvimento Local e Comunitário; por outro, são abordadas as diversas facetas das teorias da Comunicação, enquanto promotoras de Participação, Mudança e Desenvolvimento.

Na Quarta parte, para além da caracterização de Timor-Leste - assente em pesquisa documental e pesquisa de terreno - apresenta-se a análise empírica relativa às práticas e representações dos actores auscultados sobre o papel da Rádio Comunitária de Lospalos no Desenvolvimento Local da comunidade em que se insere.

Por último, são apresentadas as conclusões deste estudo, seguidas da bibliografia e anexos à investigação.

Secção 1. Pressupostos metodológicos da análise do papel das Rádios Comunitárias no Desenvolvimento Local

1.1. Investigação-acção em Lospalos/ Timor-Leste

Aquando da preparação da presente pesquisa, a investigação-acção surgiu como a abordagem mais apropriada dado que, como afirmam António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, assume uma lógica que se opõe, por um lado, à pesquisa sociológica de inspiração positivista (que defende, acima de tudo, a objectividade e o rigor, evitando o contacto com a realidade social empírica) e, por outro, à intervenção social, que procura evitar, também a todo o custo, a utilização informada e a produção de conhecimento científico.

Especialmente durante a incursão no terreno, estivemos conscientes das implicações do impacto da nossa acção, quer a nível da reflexividade individual e colectiva dos actores auscultados, quer ao nível das suas competências, dado que, no âmbito do projecto em que se inseria a investigadora, estava presente um objectivo formativo.

Assim sendo, tentou-se implementar o que Alcides Monteiro designa *Investigação-Acção Participativa*, isto é, apelou-se à participação activa das organizações e das populações da comunidade em estudo - e onde se procura intervir – tendo-se iniciado este processo desde a definição inicial de objectivos, até à apresentação final dos resultados e discussão das suas implicações na acção.

Entendemos a investigação-acção, tal como a apresenta Isabel Guerra, como tendo múltiplas funções, na medida em que permite, em simultâneo, a produção de conhecimento sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos intervenientes. A autora acrescenta ainda que *“a investigação-acção visa sempre a acção, embora possa procurar compreendê-la sem que esta esteja concretizada. É esta dupla opção - finalidade de investigação, finalidade de acção - que faz estabelecer a tripla tipologia (...) de investigação para a acção, investigação na acção e investigação pós-acção.”* (Esteves, 1987 in Guerra, 2000: 72).

Perfilhando das mesmas ideias, vários foram os momentos de trabalho da investigadora com os actores implicados na investigação que passaram por *workshops* de debate de

ideias, resolução de problemas concretos, *benchmarking*, construção conjunta de instrumentos de trabalho, entre outros.

Na presente investigação-acção, posicionámo-nos, como afirma Barbier, enquanto agente de uma instituição, actor de uma organização, indivíduo sem pertença social que se encontra num ambiente não familiar e aceita, em certos momentos da sua acção e da sua reflexão, estes diferentes papéis, sendo que, antes de mais, o investigador é um sujeito autónomo, autor da sua própria prática e do seu discurso. (Barbier, 1996: 7-9).

Isto é, a investigação-acção afigura-se como um compromisso entre o envolvimento no terreno e com os seus actores – sem o qual a presente investigação não teria existido – e o suporte teórico interdisciplinar, que permite uma interpretação fundamentada da realidade empírica.

De facto, a investigação-acção caracteriza-se por constituir um processo interdisciplinar, na medida em que as exigências da intervenção, que levam os investigadores a confrontarem-se com objectos reais e situações concretas, com a complexidade e inter-influência recíproca de elementos e processos, implicam o recurso e a articulação de uma multiplicidade de perspectivas teóricas (neste caso da comunicação, economia e sociologia) de diferentes práticas e diferentes métodos. Nomeadamente o que se designa de triangulação de metodologias em pesquisa de terreno, a saber: observação participante, entrevistas e grupos de discussão. (Burgess, 2001:157)

Como refere Isabel Guerra, as metodologias de investigação-acção utilizam frequentemente a diversidade de métodos e técnicas tradicionais da sociologia, sendo que tendem a privilegiar as metodologias indutivas e qualitativas, valorizando uma análise sistémica e defendendo a interdisciplinaridade e uma abordagem global.

As metodologias adoptadas pela sociologia de terreno colocavam no centro do trabalho sociológico o ‘trabalho de campo’, embora sem nunca descurar o objecto de teorização a partir das informações empíricas, o que pressupunha uma atenção particular às formas de recolha, escrita e apresentação dos dados. No âmbito das metodologias de investigação-acção,

“O enquadramento conceptual funciona todo ele como um quadro hipotético de interpretação da realidade e a ‘verificação’ científica do seu ajustamento é realizada exactamente pelo confronto com a realidade, dito de outra forma, são os resultados da acção que permitem aferir a

adequabilidade das teorias interpretativas, e daí a importância da avaliação nos processos de intervenção” (Guerra, 2000:63).

Neste sentido e tendo por base as abordagens aqui explanadas, pretendeu-se proceder a um *estudo intensivo de carácter exploratório acerca da problemática das Rádios Comunitárias (RC) e seus contributos para o desenvolvimento das comunidades em que se inserem*, sendo que para tal foi necessária uma incursão no terreno, durante um período de cerca de dois meses que visava conhecer e divulgar a realidade empírica da implementação local da Rádio Comunitária de Lospalos (RCL), através do contacto directo com a mesma e da apresentação e interpretação das práticas e representações dos seus intervenientes directos e indirectos.

1.2. Definição dinâmica do terreno e objecto da investigação

Partindo dos pressupostos das metodologias de investigação-acção, a presente investigação tem como *objectivo central proceder a um trabalho intensivo, de carácter exploratório, auscultação e reflexão acerca do fenómeno das RC em Timor-Leste – comunidade de Lospalos - e seus contributos para o Desenvolvimento Local (DL).*

Pretende-se conciliar as componentes da investigação com as da acção, através da permanente articulação entre os conhecimentos teóricos, adquiridos por via da pesquisa e da elaboração do enquadramento teórico desta investigação, e os conhecimentos empíricos adquiridos por via do contacto directo com o contexto em análise.

Assim sendo, e de forma a procurar assegurar que o objectivo de conhecer as possíveis contribuições das RC, nomeadamente a RCL, para o desenvolvimento, fosse alcançado, foi delineado, desde a fase inicial, um conjunto de procedimentos e de metodologias capaz de os garantir. Foram desenvolvidas duas linhas de investigação paralelas: uma de forte componente teórica, baseada numa revisão bibliográfica e outra componente de cariz mais prático, que implicou a realização de trabalho de campo, precedido de entrevistas exploratórias.

O suporte bibliográfico passou pela consulta de diversas bibliotecas e centros de documentação, enriquecido através de recolhas realizadas com recurso à *Internet*, especialmente importante no acesso a relatórios e documentos relativos à importância das RC em países em desenvolvimento, muito em especial países em reconstrução pós-guerra, sendo poucos os estudos sobre o tema, mesmo a nível internacional.

Se em relação a algumas das matérias desenvolvidas, como o conceito de DL e de Comunicação para o Desenvolvimento (*CD*), já existia um pré-conhecimento das abordagens, em relação às RC o conhecimento empírico era quase nulo, uma vez que nunca tínhamos visitado nenhuma emissora com estas características e importância relativa no conjunto da reconstrução de um país.

De forma a ultrapassar esta dificuldade e de alcançar o objectivo principal de conhecer o papel das RC no desenvolvimento da comunidade em que se insere, o contacto directo com diferentes actores chave neste contexto, foi de extrema importância.

Foi o contacto com diversas experiências e saberes sobre a temática que tornou possível conhecer a realidade do fenómeno das RC em Timor-Leste com vista a conhecer, interpretar e divulgar a realidade as práticas e representações dos seus principais actores.

Pela diversidade de actores auscultados e pelas dificuldades inerentes à sua auscultação no território em questão, a delimitação da amostra que constitui a presente investigação, revestiu-se de um carácter dinâmico que obrigou a investigadora a uma grande flexibilidade.

Procedeu-se à definição e delimitação do objecto de estudo desta investigação, igualmente de forma dinâmica, uma vez que teve por base quer o enquadramento teórico - que se debruça sobre as problemáticas do Desenvolvimento, Desenvolvimento Comunitário e Local e da *CD* - quer os conhecimentos empíricos acerca do movimento das RC, que foram sendo adquiridos no terreno através da observação directa (e participante) das práticas dos interlocutores e da auscultação dos mesmos.

Este processo dinâmico traduziu-se numa permanente articulação entre a teoria e o empirismo, o que permitiu, por um lado, definir uma grelha analítica onde constam as dimensões de análise empírica das RC e os respectivos indicadores e, por outro, delimitar qual o terreno de análise mais adequado e quais interlocutores que seriam alvo de uma análise mais próxima.

Ao pretender proceder a uma incursão no terreno, foi necessário restringir o campo de análise a um distrito administrativo e a RC em particular. Foi seleccionado o distrito de Lautem e a RCL¹ dado esta ser considerada uma iniciativa de ‘sucesso’ (INDE, 2002).

¹ Site oficial da RCL: <http://www.lospalos.radio-connect.com/spip.php?rubrique1>

Delimitada a problemática e o campo de análise, definiu-se como **objecto de estudo** da presente investigação, *as práticas e as representações dos actores auscultados sobre os contributos da RCL para o desenvolvimento pessoal e comunitário (Comunicação como Desenvolvimento), aumento do empowerment/cidadania (Comunicação como Participação), facilitação do processo de implementação de uma democracia coesa (Comunicação como Mudança).*

As hipóteses de trabalho que, com base da delimitação do objecto de estudo, guiaram a presente investigação, são:

Hipótese 1: A RCL contribui para a o aumento da participação e *empowerment* da comunidade em que se insere;

Hipótese 2: A RCL, é um veículo de conservação das tradições e de reforço da comunidade em que se insere, ajudando-a a reerguer-se depois de um conflito armado;

Hipótese 3: A RCL contribui para o Desenvolvimento pessoal e colectivo da comunidade em que se insere.

1.3. A Pesquisa de Terreno – um exercício de flexibilidade.

Ao longo de toda a incursão no terreno, foram aplicadas técnicas de observação livre, observação directa não participante, fichas de observação participativa e audição de programas, bem como de gravação dos mesmos. A análise e interpretação dos dados recolhidos é parte integrante da apresentação dos resultados da investigação.

No que concerne à recolha de informação junto dos actores privilegiados, os actores considerados foram, de acordo com o contexto em questão e garantindo a maior diversidade possível nas representações e práticas em torno do fenómeno das RC em sentido lato e das RC em Timor-Leste, em particular:

- Actores internacionais com intervenção no contexto das RC;
- Actores internacionais com intervenção em Timor-Leste;
- Actores institucionais nacionais e territoriais.

Estes quatro grupos de actores surgiram como oportunidades para aprofundar, com base em experiências diversas, o conhecimento sobre o contexto timorense em geral e fenómeno das RC como motores de Desenvolvimento, isto é, sob um prisma mais

abrangente e distinto daquele que proporcionam os actores comunitários e/ou as populações locais envolvidos no processo.

Nestes casos, foram realizadas 15 entrevistas abertas, de carácter exploratório, observação participante, reuniões de trabalho, observação directa das práticas das equipas técnicas de RC e estação de televisão, participação em *workshops* relacionados com as RC e participação em reuniões dos gestores de diversas RC.

As 15 entrevistas distribuíram-se da seguinte forma:

Relativamente aos actores internacionais com intervenção no contexto das rádios comunitárias², foram estabelecidos contactos individuais com 6 entrevistados: os coordenadores de ONG portuguesas e guineenses, com experiência de rádios comunitárias em países em reabilitação: AD - Acção para o Desenvolvimento (Guiné-Bissau), com Carlos Shwartz; a ONG portuguesa ACEP – Acção para a Cooperação entre os Povos, com Fátima Proença; com Fellici Dindo, representante da Cruz Vermelha Portuguesa em Timor entre 1983 e 1985; e outros investigadores e testemunhas relevantes, como é o caso do jornalista da Lusa, António Paheco e do jornalista Rui Magalhães da Rádio Renascença; e da colaboradora externa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Anita Sares, que desenvolveu um estudo sobre o Bairro do Quelelé, na Guiné-Bissau, local onde está implementada a mais antiga rádio comunitária da capital guineense.

Ao nível dos actores internacionais com intervenção em Timor-Leste³, foram realizadas quatro entrevistas semi-directivas, contactos informais e/ou de trabalho que se revelaram de primordial importância, nomeadamente: com a ONG portuguesa INDE – Intercooperação e Desenvolvimento, com o seu coordenador de projectos em Timor, Arnaud de La Tour e os quatro técnicos locais da INDE; voluntários australianos que faziam a monitorização e apoio técnico às RC em Timor-Leste, como Sonya Brown da ONG APHEDA. Entrevistamos ainda Francisco da Silva Gary, monitor de média da ONG americana Internews, cujo trabalho tinha como objectivo assegurar apoio técnico às RC em todo o território nacional.

² Anexo 1 – Temáticas abordadas nas entrevistas abertas a actores internacionais com intervenção nas RC e com intervenção em Timor-Leste; nas entrevistas semi-directivas a actores internacionais com intervenção com intervenção em Timor-Leste; nas entrevistas com os actores nacionais e territoriais; e nas entrevistas abertas com os actores comunitários.

Relativamente aos actores nacionais e territoriais (território nacional e ao distrito de Lautém) foram realizadas cinco entrevistas abertas aos técnicos de quatro das RC timorenses, sendo elas a Rádio Tokodede, no distrito de Liquiça; a Rádio Comunidade Maliana, em Bobonaro; a Rádio Timor Kmanek e a Rádio Rakambia, ambas em Díli; e ao Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública, Virgílio Guterres. Tivemos ainda a oportunidade de visitar todas estas instituições e observar o seu funcionamento.

No que diz respeito aos actores comunitários, previa-se entrevistar a totalidade do universo dos voluntários da RCL. As dificuldades na delimitação dos actores a auscultar iniciaram-se com a inexistência de informação segura/fidedigna quanto à dimensão do universo em causa. Ainda assim, pelas suas características, verificou-se ser necessário subdividir estes actores em grupos diferenciados, com os quais foram utilizados diferentes instrumentos de recolha de informação.

A selecção dos actores comunitários a auscultar viu-se restringida ao interesse demonstrado pelos mesmos em participar na investigação. Ao longo dos dois meses de incursão no terreno, foram encontradas algumas dificuldades colocadas ao processo participativo subjacente a esta investigação.

Quando falamos em Timor-Leste, referimo-nos a uma jovem nação onde os processos democráticos e participativos são ainda novidade. Sendo que a RC é, precisamente, constituída por pessoas da comunidade com as mais variadas idades e profissões, a primeira dificuldade com que nos deparamos foi o facto de estarmos perante pessoas pouco escolarizadas, sem o hábito de se expressar publicamente (ainda menos se for em português) e para as quais a intervenção de um tradutor, atribui ao diálogo uma formalidade perante a qual não se sentem confortáveis.

Desta forma, vimos o nosso convite para participar no estudo, recusado por uma parte dos actores comunitários com intervenção na rádio. A dificuldade em participar é maior quando se trata de mulheres cuja experiência de participação é, tradicionalmente, ainda mais limitada.

Uma outra dificuldade prende-se com as características geográficas do território de alcance da rádio – distrito de Lautém – que, pela sua extensão e poucas vias de comunicação, torna as deslocções extremamente difíceis. Assim sendo, o contacto com

voluntários da comunidade que assumem funções de repórteres, jornalistas, locutores ficou limitado às três pessoas que se encontravam disponíveis durante os períodos de tempo em que a investigadora se deslocava a Lospalos, ao longo dos dois meses.

Quadro 1 - Actores comunitários auscultados – metodologias utilizadas

Actores comunitários (AC)	Meta	Entrevista Aberta	Grupos de discussão
Pessoal técnico/voluntário(AC/PT)			4
Técnicos/voluntários operacionais e de gestão	9 ⁴	2	
Conselho da Rádio (AC/CR)	12		8
Gestor/manager	1	1	
Total	22	3	12

Apesar das dificuldades, foi possível reunir 9 dos 12 membros da comunidade que fazem parte do Conselho da Rádio (*AC/CR*) e 4 dos 9 jornalistas voluntários (*AC/PT*), em dois grupos de discussão.

Relativamente aos grupos de discussão, o guião para a sua realização foi definido segundo a temática que se pretendia estudar, tendo sido feito o convite aos membros do Conselho da Rádio e aos seus voluntários para participarem nestes momentos de troca de ideias.

A moderadora dos grupos de discussão foi a investigadora intermediada por dois tradutores (técnicos da INDE) da confiança dos participantes, que não trabalham directamente na RCL, mas que estão ligados à temática a nível do território nacional.

Participaram nestes exercícios um total de 9 homens e 3 mulheres, representantes de diversos grupos profissionais, faixas etárias e localizações (sub-distritos).

O guião dos grupos de discussão⁵ era composto por perguntas abertas, sendo que o facilitador da discussão tinha liberdade para orientar o debate à medida que este ia

⁴ 12 Voluntários no total, 3 a exercer funções a meio tempo na sede (técnicos voluntários operacionais e de gestão) e 9 jornalistas, dados fornecidos pelo gestora Rádio Comunidade Lospalos, não havendo nenhum documento escrito enquanto contra-informação.

decorrendo, fazendo pequenos resumos e apanhados de ideias para reorganizar a discussão e mantê-la dentro das matrizes do objecto de estudo. Procurou-se que as questões fossem claras, concisas e de fácil compreensão para os participantes.

A investigadora está consciente do facto de a necessidade de recurso a tradução simultânea e, posteriormente, a tradução das transcrições das gravações, poder ter enviesado os resultados da auscultação.

Foi ainda possível entrevistar os três técnicos voluntários que trabalham a meio tempo na sede da RCL. São eles a coordenadora de programas, o repórter/locutor o seu gestor/*manager*, sempre com a intermediação de um tradutor.

A auscultação dos actores comunitários envolvidos no funcionamento da RCL, permitiu obter um conhecimento aprofundado sobre o contexto do surgimento das rádios em Timor-Leste, o panorama da sua manutenção ao longo de quatro anos, as estratégias subjacentes à sua sustentabilidade, o empenho e compromisso dos voluntários com as populações, o aumento da auto-estima local e a constante dependência de terceiros para as emissões se manterem em antena.

Aquando da apresentação dos resultados empíricos desta investigação, os interlocutores em análise não serão identificados, uma vez que solicitaram a confidencialidade dos dados fornecidos e dos resultados obtidos, de modo a salvaguardar o anonimato das declarações feitas ao longo dos vários momentos de recolha da informação. Neste sentido, a confidencialidade de todos os dados recolhidos será assegurada através da não identificação dos vários respondentes aos instrumentos, sendo que estes serão identificados pelas iniciais da sua tipologia, seguida da, quando aplicável, numeração da entrevista correspondente. De forma a facilitar a leitura dos dados qualitativos, foi criada a seguinte codificação:

- Actores Comunitários (AC)
 - Grupo de discussão Pessoal Técnico/Voluntário (FG/AC/PT)
 - Grupo de discussão Conselho da Rádio (FG/AC/CR)
 - Técnicos operacionais e de gestão (E1/E2/E3)

⁵ Anexo 2 - Temáticas abordadas nos grupos de discussão.

A única excepção relativamente a anonimato das respostas a tais instrumentos, prende-se com a entrevista feita ao gestor da rádio que concordou com a divulgação da identificação da fonte dos dados recolhidos.

1.4. Interpretação e análise dos resultados – Enfoque qualitativo

Optou-se por privilegiar a utilização de uma metodologia qualitativa, na medida em que só esta nos parece adequada à exploração e à recolha da informação necessária. Tendo em conta que nos encontramos próximo de um estudo de caso, esta opção não prejudica qualquer intenção, que aqui parece desajustada, de procurar extrapolar os resultados obtidos.

Foram analisados os resultados das entrevistas e dos grupos de discussão sendo que é de realçar os constrangimentos verificados aquando da análise dos resultados destes últimos.

Os grupos de discussão⁶ são mais do que entrevistas de perguntas directas uma vez que permitem que exista interacção entre os participantes, o que permite que eles desenvolvam novas ideias e pensamentos a partir das intervenções das demais pessoas do grupo. Enquanto metodologia qualitativa, os grupos de discussão não constituem uma técnica perfeitamente estruturada; constituem sim, um conjunto de hipóteses de organizar o trabalho e as linhas a seguir.

Todas as dimensões do discurso do grupo devem ser tidas em conta e analisadas como ‘acontecimentos’ produzidos numa situação determinada e da qual o investigador também faz parte. Na análise dos discursos interessaria perceber o que se diz, quando se diz, como se diz e para que se diz. Estes níveis de análise permitiriam entender a expressividade do grupo. No entanto, sendo que todas as intervenções da moderadora foram traduzidas para o grupo e toda a interacção deste resumida como *feedback* à moderadora, muita da expressividade e interactividade perdeu-se.

O resultado final⁷, transcrito, dos grupos de discussão ficou também a cargo dos tradutores, pelo que se apresenta na forma de pergunta (da moderadora) seguida de

⁶ Anexo 4 – Análise do Impacto das respostas do Grupo de Discussão do Conselho da Rádio nos Princípios Metodológicos do Desenvolvimento Local.

⁷ Anexo 5 – Análise do Impacto das respostas do Grupo de Discussão dos Técnicos da RCL nos Princípios Metodológicos do Desenvolvimento Local.

resposta (de um dos participantes) estando estas agrupadas por participante em cada linha de discussão.

Desta forma, o resultado final dos grupos de discussão passível de ser objectivamente analisado, assemelha-se a várias entrevistas individuais, pelo que, as intervenções dos participantes serão, com todas as limitações subjacentes e sempre que possível realçadas, qualitativamente analisadas como tal. As transcrições encontram-se fidedignas ao que nos foi transmitido, conservando a construção frásica e palavras originais.

Pretendendo esta ser uma pesquisa exploratória, mais do que provar hipóteses de partida ou defender teses, procurou-se fazer, ao nível da análise de conteúdo, a interpelação e análise do discurso proferido pelos actores sociais entrevistados, de acordo com as suas vivências, experiências e representações.

Assim, mais do que partir de hipóteses fortemente estruturadas, o nosso intuito foi o de ‘explorar o terreno’ analisando de forma sistemática o conteúdo dos discursos, procedendo-se à sua comparação e interpretação e, se possível, problematizando de forma fundamentada as questões mais relevantes a partir dos resultados obtidos.

A análise do discurso transcrito consistiu essencialmente em perceber ‘nós analíticos’ que se distinguem por constituírem ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode ter significado para o objectivo analítico escolhido (Bardin, 1995:105). Esta metodologia permite uma leitura estruturada das entrevistas e grupos de discussão e a consequente apresentação dos resultados, dando conta das regularidades e singularidades presentes nos discursos.

Partindo da problemática geral e da sua explanação conceptual realizada no quadro teórico e com base quer nas hipóteses de trabalho levantadas, quer nos resultados da pesquisa de terreno realizada, com recurso a técnicas de análise de conteúdo, constituiu-se uma grelha analítica que comporta as seguintes dimensões:

Quadro 2 - Grelha analítica

Conceitos	Hipóteses	Dimensões
Rádios Comunitárias como Participação	A RCL contribui para o aumento da participação e <i>Empowerment</i> da comunidade em que se insere;	<ul style="list-style-type: none"> - Organização e funcionamento da RCL; - Profissionalismo <i>versus</i> voluntariado; - Formação e motivação do <i>staff</i>; - Envolvimento e participação da comunidade local.
Rádios Comunitárias como Mudança:	A RCL é um veículo de conservação das tradições e de reforço da comunidade em que se insere, ajudando-a a reerguer-se depois de um conflito armado;	<ul style="list-style-type: none"> - Integração da diversidade, qualidade, inovação; - A RCL como meio de liberdade de expressão/informação; - A RCL e a implementação da democracia; - Futuro e sustentabilidade da Rádio.
Rádios Comunitárias como Desenvolvimento:	A RCL contribui para o Desenvolvimento pessoal e colectivo da comunidade em que se insere.	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação dos princípios metodológicos do desenvolvimento local no processo de implementação da RCL.

Serão estas as dimensões em análise nos capítulos seguintes.

Secção 2. Do crescimento ao desenvolvimento: diferentes conceptualizações e estratégias?

2.1. Origem do conceito de Desenvolvimento

Embora recente, o conceito de Desenvolvimento marca de forma definitiva as sociedades contemporâneas. Emergindo depois da Segunda Guerra Mundial, influencia de tal forma a vida das populações e a reflexão histórica que lhe é dedicada, que surge como um conceito equiparado a bem-estar, progresso e realização, dando desta forma corpo a várias teorias da mudança. De uma forma simplificada, *ser desenvolvido* significava ter sucesso na evolução das sociedades contemporâneas.

Só que este sucesso foi equiparado, por razões históricas, a uma componente da vida real das pessoas: a do bem-estar material e tudo o que lhe está subjacente. Ou seja, ter disponível grandes e variadas quantidades de bens e serviços que permitam um acesso fácil e generalizado ao consumo. E mesmo que nem sempre fosse explicitamente assim, implicitamente as duas ideias estavam sempre associadas. Desenvolvimento era sinónimo de crescimento económico.

Um primeiro esboço sobre a teoria do Desenvolvimento tem início no século XVIII com Adam Smith, a partir da sua obra “A Riqueza das Nações” (1776). O pai da economia moderna, considerado o mais importante teórico do liberalismo moderno, procurou demonstrar que a riqueza das nações resultava da actuação de indivíduos que, movidos apenas pelo seu próprio interesse (*self-interest*), promoviam o crescimento económico e a inovação tecnológica. Smith acreditava que a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental.

A competição livre entre os diversos fornecedores levaria não só à queda do preço das mercadorias, mas também a constantes inovações tecnológicas. Ele analisou a divisão do trabalho como um factor evolucionário poderoso, propulsor da economia. A frase de Adam Smith mais famosa resume o seu legado até aos dias de hoje: *Assim, o mercador ou comerciante, movido apenas pelo seu próprio interesse egoísta (self-interest), é levado por uma mão invisível a promover algo que nunca fez parte do interesse dele: o bem-estar da sociedade.*

É pela primeira vez teorizado o impacto da iniciativa individual na promoção do bem-estar da sociedade e, mesmo dois séculos depois, esta continua a ser estar no centro das preocupações teóricas e práticas subjacentes ao conceito de Desenvolvimento. Para

delimitar e caracterizar o percurso deste conceito ao longo dos últimos 60 anos, é importante situar as razões e contexto do seu aparecimento e consequente afirmação.

O facto do nascimento do conceito de Desenvolvimento estar frequentemente associado ao período a seguir à Segunda Guerra Mundial, pode ser justificado por vários factores. O primeiro deles é o processo de independência da maioria das antigas colónias europeias, fruto de novas ideologias democráticas, dos interesses estratégicos dos Estados Unidos e da influência ideológica da União Soviética.

Na altura, a maior parte da produção teórica sobre o Desenvolvimento tinha em vista a evolução desses países que procuravam prosperidade e riqueza e, ao mesmo tempo, independência política. O conceito aparece quase sempre relacionado com a resolução dos chamados ‘problemas e vícios do subdesenvolvimento’ (Amaro, 2004:1).

No entanto, há outras razões que ajudam a explicar a importância e o interesse do novo conceito, nomeadamente: os desafios propostos pela reconstrução europeia, com o apoio do Plano Marshall; as exigências da Guerra Fria que implicavam a existência de uma base de acumulação produtiva; a afirmação do Keynesianismo como novo paradigma da Ciência Económica, ao qual estava subjacente a afirmação do Estado como agente de controlo total da Economia, viabilizando o seu papel na realização do progresso e aumento do bem-estar das sociedades; e as novas afirmações idealistas saídas da Segunda Guerra Mundial a favor do progresso e da paz entre os povos.

Assim, ainda antes do conceito ter ganho estatuto científico fundamentado, as problemáticas que lhe eram subjacentes, como progresso, bem-estar e riqueza, eram já preocupações manifestas.

No entanto, desde o início que o conceito teve como referência, na sua formulação, a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, no âmbito das sociedades industriais. Os seus modelos eram vistos como boas práticas, as suas evoluções significavam o caminho para uma sociedade de abundância. Eles serviriam como guias aos novos países.

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa são os dois marcos históricos que estão na base do aparecimento das sociedades industriais. Surtiram efeitos tanto ao nível das condições materiais e objectivas de vida e de produção, como provocaram sobretudo alterações radicais nos valores e nas condições subjectivas de vida.

Nos anos 50 e 60, o conceito foi influenciado pelas teorias do crescimento económico de inspiração Keynesiana, sendo que Desenvolvimento aparece directamente relacionado com crescimento económico, modernização e industrialização, chegando por vezes a ser confundidos ou tidos como praticamente sinónimos. Neste contexto, o conceito de Desenvolvimento dominante assentava em mitos ou verdades irrefutáveis, que podemos aqui resumir:

- Economicismo: sendo o crescimento económico considerado a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento e muitas vezes como sinónimo;
- Produtivismo: considerando-se a produtividade, o tempo e os critérios produtivos como os factores decisivos ao desenvolvimento;
- Consumismo: é necessário vender-se o que se produz, por isso desenvolver-se é consumir cada vez mais;
- Quantitativismo: valorizando a quantidade em detrimento da qualidade;
- Industrialismo: uma vez que foi através da industrialização que os países desenvolvidos iniciaram e construíram o seu processo de desenvolvimento;
- Tecnologismo: acreditando-se que o progresso tecnológico é a verdadeira alavanca e o motor da produtividade e do crescimento económico;
- Racionalismo: como base do conhecimento certo e da acção produtiva;
- Urbanicismo: mito da superioridade do urbano sobre o rural, conseqüente fuga para as cidades e adopção de modos de vida urbanos;
- Antropocentrismo: colocando o Homem no centro do processo de bem-estar;
- Etnocentrismo: explicado através da perspectiva eurocêntrica globalizante, ou seja, como influência nos outros continentes;
- Uniformismo: adopção de modelos únicos de boas práticas a imitar, no que se refere a modelos de produção e consumo, divisão técnica do trabalho, modos de vida, modelos culturais, sistemas políticos (Amaro, 2004: 11).

Foram duas as principais conseqüências resultantes da ligação dos dois conceitos enquanto sinónimos. Por um lado, considerar-se que o crescimento económico é condição necessária e suficiente para o Desenvolvimento, do qual estavam dependentes as melhorias de bem-estar da população a todos os níveis; por outro, utilizar-se

sistematicamente os indicadores de crescimento económico, em particular o crescimento *per capita*, para classificar os países em termos de bem-estar das populações e, portanto, de Desenvolvimento.

A expressão ‘países industrializados’ converteu-se em sinónimo de países desenvolvidos e foi apresentada como etapa obrigatória no percurso dos países então chamados de ‘terceiro mundo’ em direcção ao desenvolvimento. Outra das ideias chave das primeiras formulações do conceito de Desenvolvimento foi a sua associação ao conceito de modernização, como sendo a substituição das estruturas arcaicas e tradicionais do subdesenvolvimento, pelas lógicas modernas e progressistas do Desenvolvimento.

Este paradigma da Modernização teve uma influência decisiva nas abordagens económicas, sociológicas, políticas e psicológicas do Desenvolvimento, tornando-se a perspectiva dominante. O subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso.

Nesta óptica, os países menos desenvolvidos teriam de importar o modelo de Desenvolvimento do norte para se desenvolverem. Mas o que este paradigma não equaciona são as diferenças inerentes a cada cultura e a cada país, que não permitem que o mesmo modelo funcione da mesma forma quando aplicado em contextos tão díspares.

Assim, os trinta anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (até princípios da década de 70) estiveram longe da visão optimista e de triunfo dos ‘trinta gloriosos’, como foram inclusive denominados. Mesmo nos países desenvolvidos, o crescimento económico e o progresso tecnológico não só não resolveram todos os problemas de Desenvolvimento e bem-estar das populações, como criaram ‘mal-estares’ e impasses.

Desde os anos 50 que a visão economicista do Desenvolvimento vinha sendo criticada e denunciada, pelos seus efeitos negativos potenciais, nomeadamente através do contributo de diversos economistas, dos quais se destaca François Perroux, o ‘pai’ das bases do futuro conceito de Desenvolvimento Humano.

Esta visão vem influenciar do ponto de vista filosófico o conceito de DL. Nos anos 80 François Perroux escreve um livro no âmbito da UNESCO, sobre as filosofias do Desenvolvimento, onde se encontram algumas das preocupações dos agentes de DL (1983).

Para além da necessária validação teórica do conceito, importa ressaltar o contributo dos técnicos da ONU que, nas suas deslocações em trabalho ou de apoio a projectos de Desenvolvimento nos então chamados de ‘países de terceiro mundo’, propuseram uma metodologia alternativa de DC, assente em três pilares fundamentais: realização do diagnóstico de necessidades com a participação das populações; mobilização das capacidades das próprias comunidades para responder a essas necessidades; abordagem integrada dos problemas e das soluções, articulando vários conhecimentos disciplinares e sectores de intervenção.

Os resultados de um progresso ‘a todo o custo’ foram visíveis. No fim, as sociedades industriais e os seus modelos de Desenvolvimento mostraram-se incapazes de promover e realizar a Vida e o Desenvolvimento Integral.

O início dos anos 70 marca, então, uma viragem importante nas abordagens e práticas do Desenvolvimento, o que desencadeia uma procura activa de novas conceptualizações e estratégias. Os factores que explicam a procura de novos conceitos de Desenvolvimento e que dão conta de uma enorme variedade de propostas e conteúdos, são aqui enumerados:

- a frustração que os então países subdesenvolvidos continuavam a sentir perante as receitas e modelos de Desenvolvimento que lhes eram propostos ou impostos;
- o aparecimento de sintomas claros de ‘mal-estar social’ nos países desenvolvidos, tornados visíveis através de acontecimentos mediáticos como foram as revoltas estudantis de Maio de 1968, a título de exemplo. É neste mal-estar que se inscrevem as novas formas de pobreza nestes países e se justifica a necessidade de formulação de um novo conceito, o de ‘exclusão social’;
- emergência de uma consciência ambiental, dos enormes custos ecológicos dos modelos de Desenvolvimento dominantes, o que reflecte o que se pode chamar de ‘mal-desenvolvimento’. Impôs-se uma contenção que viabilizasse a sustentabilidade do Desenvolvimento;
- não só a persistente crise económica das três décadas pôs em causa a anterior crença no crescimento económico enquanto motor de Desenvolvimento dos países, como o crescimento económico se tornou muito menos criador de empregos e/ou cada vez mais criador de empregos precários e desqualificados.

Estes factores traduzem a crise profunda que os conceitos tradicionais de Desenvolvimento atravessaram, a partir desta fase.

2.2. Reconstrução pós II Guerra Mundial: surgimento da abordagem ‘a partir de cima’ do Desenvolvimento

Devastado pela II Grande Guerra, o mundo e em especial a Europa, deparou-se com diversos países destruídos não só a nível da sua economia e política central, mas também desagregados no tecido social e cultural. O desenvolvimento de políticas para a redução das disparidades espaciais dentro de cada país, aumentando a mobilidade, pareceu ser uma das respostas possíveis. Apesar desta tentativa ter inicialmente ajudado alguns países industrializados a diminuir as suas diferenças inter-regionais, no final dos anos 50 o paradigma Funcionalista tornou-se o modelo vigente.

Este paradigma favorece, assim, o aparecimento do Desenvolvimento ‘a partir de cima’⁸ que tem as suas raízes na teoria da economia neoclássica e cuja manifestação espacial é o seu conceito de base para o crescimento.

As estratégias ‘a partir de cima’ assentam em hipóteses de que o Desenvolvimento é fruto de exigências externas e por elas orientadas e respondem a impulsos de inovação. São essencialmente fenómenos urbanos e industriais, capitalistas, dominadas pela alta tecnologia.

Este paradigma defende que o Desenvolvimento económico, social, cultural e político só pode ser gerado por determinados indivíduos com capacidade para tal, pois considera a restante população incapaz de iniciativas a favor do progresso. Defende um modelo comum de Desenvolvimento (mundial), que uma vez concertado a nível ‘superior’ é transmitido para ser adoptado automaticamente pelos vários países, ou através de intervenção política que o beneficie.

Este tipo de modelo favorece uma grande concentração de poder nalgumas organizações privadas ou no Estado, ao mesmo tempo que ignora a diversidade de sistemas de valores e aspirações inerentes às especificidades culturais, bem como as condicionantes naturais associadas. Este tipo de imposição, que não salvaguarda a individualidade e a riqueza pela diferença, está condenada a aumentar as desigualdades, em especial dos países em

⁸ Iguualmente relacionado com o paradigma Fordista vigente.

Desenvolvimento, afastando-os cada vez mais do modelo comum imposto pela cultura dominante e favorecendo o aparecimento de diferentes níveis de dependência face aos recursos exteriores.

Ao contrário do que seria desejável, este modelo não favorece o Desenvolvimento mundial, mas sim o de algumas super potências, agravando mais as disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em resposta a este cenário de desigualdade, em meados da década de 60 surge a primeira formulação crítica ao paradigma ‘a partir de cima’, baseada essencialmente na experiência de terreno de técnicos de projectos de Desenvolvimento e que daria origem ao método pragmático do DC.

2.3. Os novos conceitos de Desenvolvimento

As várias dimensões da crise económica, social, ambiental e política vividas nos anos que se seguiram à Segunda Grande Guerra, acentuaram as críticas já existentes e determinaram a procura de conteúdos novos para o conceito de Desenvolvimento. Desde a década de 70, surgiram novas designações, na tentativa de renovação deste conceito. Mas o que se entende então por Desenvolvimento, num sentido lato?

“O processo de mudança e transformação das estruturas da sociedade que reduz a insatisfação de necessidades fundamentais da população e que aumenta a mobilização e a realização das suas capacidades (...) sem pôr em causa nenhuma geração à custa da outra” (Amaro, 2001:193).

O Desenvolvimento é o processo social que aumenta as oportunidades de bem-estar das populações (ao nível da satisfação das suas necessidades fundamentais e da realização das suas capacidades) e as torna acessíveis no presente e no futuro, implicando, entre outras referências o *empowerment*: realização de capacidades; a participação e cidadania: protagonismo activo; a equidade: igualdade de acesso às oportunidades; a diversidade: de respostas e estratégias.

Rogério Roque Amaro selecciona seis conceitos que considera fundamentais, não só por serem cientificamente fundamentados, mas também por terem reconhecimento institucional a nível internacional (Amaro, 2004:24).

São seis os novos conceitos que surgem nesta viragem conceptual: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado.

Tendo em conta os respectivos conteúdos e contextos de afirmação, é possível organizar os cinco primeiros em três grandes fileiras, sendo o último um conceito transversal:

- a) a fileira ambiental
- b) a fileira das pessoas e das comunidades
- c) a fileira dos direitos humanos e da dignidade humana

Existem, claro está, zonas de sobreposição e, sobretudo, de forte interação entre elas.

A **fileira ambiental** é a que integra a consciência ambiental, afirmada institucionalmente a partir da Conferência de Estocolmo em 1972 e do estudo do Clube de Roma, onde se tentou conciliar Desenvolvimento com preocupações ambientais. Este é o ano chave de viragem quando é publicado um relatório intitulado ‘A Relação entre o Mundo do Trabalho e o Meio Ambiente: Limites para o Desenvolvimento Sustentável’ (Meadows et al, 1972), onde se dá conta da incapacidade de manter a exploração de recursos como estava a ser feita até então, pois não haveria recursos estratégicos suficientes para continuar o crescimento dessa forma.

1972 foi também o ano da primeira Conferência das Nações Unidas pelo Ambiente e pelo Desenvolvimento onde emergiu pela primeira vez, ao nível das Nações Unidas (ONU), o conceito de eco-desenvolvimento, conceito substituído em 1987 pelo conceito de **Desenvolvimento Sustentável (DS)**, apresentado e proposto no relatório publicado com o título de ‘Nosso Futuro Comum’, também conhecido como Relatório *Brundtland*.

O documento foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de Desenvolvimento adoptado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre DS e os padrões de produção e consumo vigentes.

O conceito de DS é concebido como *o processo de satisfação de necessidades actuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras* (Amaro, 2004:25) e implica três exigências: a da solidariedade inter-geracional; a da integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento; a da durabilidade

dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento. Este é um conceito já assumido ao nível de várias instâncias e organismos internacionais.

A **fileira das pessoas e das comunidades**, procura colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do Desenvolvimento. É também por isso a fileira da participação e da cidadania, sendo o Desenvolvimento entendido antes de mais, como o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação activa de todos.

O seu início teve por base a proposta metodológica de DC, que juntamente com o conceito de DL cumprem as condições para pertencer a esta fileira.

O DL exprime fundamentalmente

“o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo o protagonismo principal nesse processo e segundo perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2004:26).

Este conceito resulta essencialmente do cruzamento de duas contribuições: a do Paradigma Territorialista⁹ e das diversas experiências de terreno que demonstraram a sua viabilidade e pertinência num contexto de globalização.

No final dos anos 60 início dos anos 70, o contrato social e o sistema do Estado de bem-estar foram alvo de fortes críticas. O Estado-Providência foi acusado de ser fonte de uma dispendiosa e ineficaz burocratização da vida económica e de constituir uma limitação à livre iniciativa empresarial. Foram ainda sublinhados os efeitos perversos, em termos de desigualdades sociais e de novas formas de exclusão social indesejável.

Por seu turno, o conceito de **Desenvolvimento Participativo** coloca o acento tónico

“na adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena de cidadania, nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2004:27).

O chamado Desenvolvimento Participativo resulta do trabalho de terreno feito por inúmeras Organizações não Governamentais (*ONG*), mas rapidamente foi adoptado pelo

⁹ Importante contributo que à frente desenvolveremos.

Banco Mundial e por vários departamentos da ONU que, desde os anos 70, um pouco por todo o mundo e particularmente em África, América Latina e na Ásia, experimentaram formas diferentes de responder às necessidades das populações que não apenas utilizando os recursos técnicos exógenos, mas, pelo contrário, partindo cada vez mais do aproveitamento das capacidades locais.

Este conceito baseia-se na ideia de *Empowerment*, isto é, o reforço de capacidades, competências ou poder, sendo simultaneamente uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania (Friedman, 1992).

Esta fileira é a que melhor se adequa à filosofia e ao trabalho das ONG e dos grupos e associações da sociedade civil e também a fileira com base na qual desenvolveremos a nossa revisão crítica e à luz da qual pretendemos verificar se estão reunidas as hipóteses levantadas neste exercício de investigação, sobretudo com recurso ao conceito de DL.

A **fileira dos Direitos Humanos**, que associa Desenvolvimento ao respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e ao garante de limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana. Teve a sua origem mais remota nas análises de François Perroux sobre a ‘Economia do Homem’ e, durante os anos 70, na satisfação das necessidades básicas como imperativo de um processo de Desenvolvimento, antes de qualquer outro objectivo. Esta linha de preocupação veio depois traduzir-se em dois conceitos nos anos 90: Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social.

O **Desenvolvimento Humano** foi pela primeira vez formulado pelo Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1990. Após várias reformulações ao longo dos anos, foi sempre acompanhado pela apresentação de um novo indicador – o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), cujo objectivo central é aumentar as opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazer as suas necessidades básicas, aumentar a segurança pessoal e atingir um nível de vida digno, em diversos planos.

Actualmente é definido como

“o processo das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar um vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens” (Amaro, 2004:28).

Este é um dos conceitos com maior peso institucional, dada a função desempenhada pelo PNUD.

O conceito de **Desenvolvimento Social** surgiu em 1995, na Conferência de Copenhaga, organizada pela ONU para discutir e inventariar os problemas sociais do Desenvolvimento. Visou também estabelecer compromissos entre os países membros, para garantir níveis mínimos de bem-estar social, podendo por isso ser entendido como *o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais* (Amaro, 2004:29).

Por último referimos o conceito de **Desenvolvimento Integrado**, que apesar de não ter o mesmo peso científico e institucional dos anteriores, é transversal a todos eles. Pode ser concebido como

“o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo, a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; as emoções e a razão; o feminino e o masculino, entre outras (Amaro, 2004:29).

O termo integrado surge como reacção às anteriores definições económicas do Desenvolvimento, incorporando dimensões sociais e preocupações ambientais, exemplificadas pela Agenda 21 que Ignacy Sachs define como ‘prudência ecológica, eficiência económica e justiça social’ (Sachs, 2000:43). O Desenvolvimento Integrado é espacialmente localizado em cidades e regiões e no facto dos programas de Desenvolvimento deverem ser sustentáveis. Também faremos uso desta perspectiva aquando da análise empírica na quarta parte deste trabalho.

Estes seis novos conceitos trouxeram ‘valor acrescentado’ às concepções tradicionais de Desenvolvimento, caracterizado por novas componentes na sua abordagem:

- o conceito assume cada vez mais a necessária multidimensionalidade dos processos de mudança social: deixa de se falar em ‘desenvolvimento económico’, ‘desenvolvimento social’, sendo substituído pela dimensão social, cultural do desenvolvimento;

- o enfoque do conceito passa progressivamente a ser ‘a realização das capacidades das populações’, exigindo o reforço e a valorização das suas competências (processo de *empowerment*);
- o princípio da participação, da cidadania e do protagonismo activo das populações nos seus processos de desenvolvimento;
- emerge uma nova relação com o ambiente, nomeadamente ao nível da gestão dos recursos físicos, implicando a sustentabilidade dos processos e a solidariedade entre gerações;
- o Desenvolvimento conhece novas geografias, deixando de ser exclusivamente nacional, para assentar em territorialidades supranacionais, transnacionais e infranacionais (com relevo para a importância do DL);
- para além do Estado e das empresas, outros protagonistas passam a estar envolvidos no Desenvolvimento, nomeadamente ONG, associações, instituições sem fins lucrativos, grupos de cidadãos, sociedade civil em geral (Sociedade-Providência);
- as novas formulações do conceito assentam na diversidade de situações, de protagonistas, de soluções e caminhos, de ritmos e resultados.

Por outro lado, os novos paradigmas científicos também contribuem para os novos sinais do tempo, uma vez que depois da década de 70 os paradigmas da pós-modernidade emergem em consonância com as características dos novos conceitos de Desenvolvimento, dos quais destacamos os conceitos de DC e DL (integrado). São eles que fornecem o principal enquadramento teórico à nossa posterior reflexão empírica, sendo que estão estreitamente ligados à emergência de dois conceitos fundamentais: o Paradigma Territorialista e a abordagem ‘a partir de baixo’ do Desenvolvimento.

2.4. A primazia do local e o ‘retorno do sujeito’: novas formas de abordar o Desenvolvimento

Em inícios dos anos 70 há uma ruptura com o pensamento vigente emergindo um novo paradigma de Desenvolvimento ‘a partir de baixo’ (Stöhr,1981). Esta abordagem parecia ser a única alternativa para os países mais pobres. Uma das questões que se coloca a estes países e suas regiões, é como iriam transformar os antigos padrões sectoriais e espaciais de Desenvolvimento ‘a partir de cima’ para incorporar os novos

elementos trazidos ‘a partir de baixo’ e, assim, reduzir as desigualdades sociais e espaciais que ameaçavam fragmentar o mundo.

O Desenvolvimento passa então a ser considerado um processo integral de alargamento de oportunidades, para os grupos individuais e sociais, mas também para as comunidades de pequena e média escala organizadas em territórios específicos, em que são mobilizados recursos e capacidades direccionados para a concretização de um bem comum a nível de políticas sociais e económicas.

Ao mesmo tempo, existe um aumento do incentivo a um desenvolvimento da auto-confiança destes países, que inicialmente se manifesta a nível da unidade nacional, mas nos anos 80 já se verifica também a nível regional e até comunitário (incidência nas comunidades rurais). Esta mudança de pensamento passa não só pelo esforço dos países abandonarem o antigo sistema de Desenvolvimento com concentração de poder, como também mudar o sistema de valores dominante que é orientado para objectivos materiais e racionais e apoiado por sistemas de organização e interacção de larga escala.

Uma vez que o objectivo do novo paradigma é o total desenvolvimento dos recursos naturais e humanos de uma região, as estratégias alternativas de Desenvolvimento ‘a partir de baixo’ surgem, inicialmente, para satisfazer de uma forma equitativa as necessidades básicas de toda a população para, só depois, responderem a uma diversidade de objectivos de Desenvolvimento mais abrangentes, comprometendo uma maior participação por parte da respectiva comunidade.

O Desenvolvimento ‘a partir de baixo’ não significa uma negação dos objectivos de crescimento, o que seria inadequado perante as grandes necessidades materiais da maioria dos países em desenvolvimento. Baseia o seu crescimento económico na mobilização integrada dos recursos existentes a nível regional em vez de importá-los do mercado mundial.

Aposta, assim, na mobilização das capacidades endógenas, únicas capazes de fazer um levantamento de necessidades reais na procura de respostas adaptadas ao contexto. Mudanças no tecido societal induzidas por agentes externos não favorecem a criação de estruturas igualitárias, mas sim a imposição de modelos dominantes.

O novo paradigma de Desenvolvimento deve estar directamente relacionado com as condições culturais, históricas e institucionais do país ou região a que diz respeito. Não existe, portanto, uma receita única para a implementação destas estratégias, mas o

princípio orientador é que o Desenvolvimento do território deve ser baseado na mobilização dos seus recursos humanos, naturais e institucionais, sendo que existem elementos que são componentes essenciais para as estratégias de Desenvolvimento ‘a partir de baixo’, das quais destacamos: a introdução de novas estruturas territorialistas para favorecer o processo de tomada de decisão mais equitativo ao nível dos recursos humanos e naturais; dar prioridade a projectos para satisfação de necessidades básicas da população (comida, casa, saúde, entre outros); desenvolvimento de actividades produtivas; melhoria da comunicação entre meio rural e urbano; e promoção de uma estrutura societal equitativa e consciência colectiva.

A implementação de um novo paradigma ‘a partir de baixo’ só é possível graças à nova mudança de paradigma em meados dos anos 70: o paradigma Territorialista. A emergência de novas lógicas, para além de outros factores de espacialização, vem mergulhar o modelo do ‘fordismo’, vigente até então, numa profunda crise.

A falência do ‘fordismo’ foi inevitável pela sua falta de credibilidade, o que gera mudanças no início da década de 70, das quais destacamos: a falência dos mecanismos de regulação macro-económica e nacional que dão lugar ao incentivo de formas de regulação diferenciadas de base local; a desvalorização das economias de escala e externas após a descoberta das vantagens das economias das pequenas séries e da descentralização e/ou segmentação dos processos produtivos; e a rápida aceleração dos ritmos de informação e comunicação e revolução nas suas formas, tendo como principais consequências a mudança da ‘sociedade da matéria’ para a ‘sociedade de informação’.

Em termos espaciais estas e outras transformações vão traduzir-se numa crise de base territorial nacional e na emergência de novas territorialidades¹⁰. A expansão do capitalismo, enquanto sistema económico, social, político, cultural e, cada vez mais, de informação e comunicação, não era compatível com a rigidez de base territorial nacional.

Este defendeu o alargamento dos espaços de actuação da própria dinâmica da sociedade e foi em resposta a este crescimento além fronteiras que se verifica uma nova diversificação territorial, que conduziu à descoberta do espaço-território. *A pouco e*

¹⁰ Quatro novas territorialidades: a nacional, a transnacional, a supranacional e a infranacional.

pouco o capitalismo foi-se libertando da sua base nacional e afirmando-se, progressivamente, como inter-nacional, trans-nacional e mundial (Amaro, 1990:40).

É neste contexto que surgem processos de Desenvolvimento Descentralizado, ou seja, desencadeado ‘a partir de baixo’, assente nas capacidades endógenas das comunidades e em confronto com as lógicas e os agentes centralizadores e uniformizadores predominantes até então.

Surge assim a designação de Paradigma Territorialista, que destaca as novas dimensões territoriais do Desenvolvimento e a concepção de territórios diversificados, em oposição à de território. Por território entende-se *o espaço apropriado, organizado e reconhecido, de um ponto de vista político, social, económico e ideológico, por um grupo ou classe social em nome da população que nela habita e trabalha e com ele se identifica (Amaro, 1990:9).*

Das principais características do Paradigma Territorialista destacamos: assentar numa visão integrada e diferenciada do Desenvolvimento; a importância das comunidades locais na identificação das suas necessidades e confiança nas suas capacidades para a definição do Desenvolvimento; a valorização das identidades regionais e locais; o estabelecimento de redes de solidariedade e de comunicação, formais e informais, económicas, culturais, sociais, políticas e institucionais entre comunidades, regiões, países e entre todas estas dimensões espaciais, numa perspectiva sistémica;

O paradigma Territorialista assenta na realização conjunta de quatro princípios fundamentais: Participação, Autonomia, Solidariedade e Diferença. A percepção dos diversos países e suas populações da existência dessa diferença na abordagem do Desenvolvimento, impulsiona a emergência de um trabalho sólido feito a partir da base, da vontade e da participação da população.

Este modelo é mais humano e valoriza o que cada cultura tem de melhor, sendo o seu Desenvolvimento baseado nas suas raízes e não em modelos importados. Ele emerge através do envolvimento dos indivíduos no seu próprio destino, da importância da análise micro e da valorização do saber endógeno.

Por todas as suas características adequa-se a muitos dos países em Desenvolvimento, que lutam pela reconstrução do seu tecido social, económico e político e onde a importação de modelos do exterior não é eficaz e apenas cria mais divisões e rivalidades.

No entanto, a implementação desta proposta originou críticas e um certo cepticismo por parte do mundo desenvolvido. A questão que se colocava era se a sua concretização significaria a redução das tensões e competição a nível internacional e se, assim, também surtiria efeito entre países, regiões e, em última instância, a nível individual.

2.5. O conceito de Desenvolvimento Comunitário como método prático alternativo nos anos 60

Se até à década de 70 a pobreza e exclusão social eram conceitos minorados por se erradicarem através do crescimento económico associado ao Desenvolvimento, é hoje reconhecido que enquanto nalguns países se assistia a um ritmo de Desenvolvimento acelerado, existem outros onde os esforços feitos neste sentido não alcançavam os resultados esperados.

Em 1955 a ONU faz pela primeira vez referência a DC numa notícia intitulada ‘Le progrès Social par le développement’. Seguiram-se diversas publicações sobre o assunto e em 1962 a ONU definia o DC como:

“O conjunto de processos pelos quais os habitantes de um país unem os seus esforços aos dos poderes públicos, com vista a melhorar a situação económica, social e cultural das colectividades, associando estas colectividades à vida da Nação e permitindo-lhes contribuir sem reservas para o progresso do país”
(ONU, 1962:9).

Em meados da década de 60, Manuela Silva equaciona o problema do Desenvolvimento das regiões periféricas, explanando a divisão existente entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento e das práticas tão díspares que nele se praticam, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a recursos.

A autora constata que o problema das regiões mais desfavorecidas não se resolve por si e que a tendência seria a acentuação de uma cada vez maior desigualdade entre os dois mundos, porque enquanto o primeiro beneficia de um efeito multiplicador dos investimentos, o segundo resiste à inovação e ao progresso (Silva, 1965).

Manuela Silva divide os entraves ao Desenvolvimento nos países do Sul em três ordens de factores. O primeiro deve-se ao facto do Desenvolvimento ser um fenómeno global, no sentido em que abrange todos os aspectos da vida humana, o que gera ciclos viciosos

que impedem a mudança; em segundo lugar destaca o facto de que nestas regiões os recursos materiais ou são inexistentes ou não são aproveitados; por último, refere-se ao comportamento e atitudes das populações como tendo forte influência no Desenvolvimento.

O progresso económico é influenciado por outros factores que não apenas de ordem económica, como determinadas atitudes das populações, tais como o cepticismo, conformismo, passividade ou rotina. No entanto, importa ressaltar que as atitudes e comportamentos dos indivíduos são elas mesmas consequência do seu ‘sub-desenvolvimento’, sobretudo do baixo nível de instrução. As estruturas sociais existentes, bem como a própria organização administrativa, não conseguem responder às necessidades das populações.

Assim, é na década de 60 que se constata que a problemática do Desenvolvimento tem também um carácter social e institucional e por isso, requer uma acção simultânea e concertada sobre todos os aspectos da vida dos indivíduos. Segundo esta formulação pragmática, o DC deve ser visto como um motor de Desenvolvimento sócio-económico das regiões periféricas e, indirectamente, como um meio de correcção dos desequilíbrios regionais.

Segundo a definição de Manuela Silva, a expressão DC aplica-se para designar

o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral (Silva, 1965:24).

Neste sentido, a pobreza era vista como a ausência de riqueza, resolvida com acções assistencialistas e como um flagelo que não atingia os países ditos ricos uma vez que estava associada apenas aos países em desenvolvimento. *Sabe-se que de facto este é um dos maiores flagelos estruturais dos países sub-desenvolvidos, atingindo persistentemente níveis de desumanização, de despojamento e de miséria indescritíveis (Amaro, 2003:9).*

As causas de ‘sub-desenvolvimento’ de algumas regiões em relação ao conjunto dividiam-se em razões de ordem geográfica, económica, histórica e sócio-cultural e psicológica. Segundo a autora, torna-se clara a necessidade de uma acção concertada que vise aceleração do crescimento económico, o que na maioria dos casos partia de um

estímulo exterior. Para Manuela Silva o Desenvolvimento não é um fenómeno meramente quantitativo (*ter mais*) mas também qualitativo (*ser mais* ou *ser melhor*).

Só um processo que mergulhe as suas raízes na mentalidade da população e seja capaz de operar nela uma transformação suficientemente profunda terá a garantia de ser eficaz e de ter continuidade (Silva, 1965:22).

Para além da educação, o conceito incorpora a dimensão do esforço levado a cabo pelas populações para o seu próprio Desenvolvimento, quando as necessidades a satisfazer são superiores face à exiguidade dos recursos.

Para dinamizar as populações existem técnicas capazes de as tornar conscientes das suas necessidades e recursos potenciais e de as habilitar a unir os seus esforços num processo comum de satisfação das suas próprias necessidades. Estas técnicas não dispensam a resolução dos problemas económicos de base a que só o Estado pode responder, mas preparam as populações para ambicionar o Desenvolvimento, assimilá-lo sem desajustamentos excessivamente graves e torná-lo possível e duradouro.

José Horácio Moura defende que quase todas as pessoas utilizam processos de DC, mesmo que não estejam disso conscientes e, como tal, podem constatar a sua eficiência (Moura, 1963:5).

Também a procura da própria identidade enquanto elemento vital, faz parte deste conceito emergente. Segundo ele, apenas esta identidade poderá conferir um sentido de direcção, certeza e estabilidade, enquanto que os motivos e as formas dessa procura diferem bastante de uns grupos para outros.

Para uma aplicação eficaz do conceito, é essencial que a população voluntariamente se associe e coopere tendo em vista alcançar um nível de vida superior. Por outro lado, como conseguir incutir nos governos o sentido dos interesses particulares das diferentes comunidades? Como despertar nestas a necessidade de equacionar os seus problemas específicos em termos de unidades regionais cada vez mais vastas?

Estas foram algumas das críticas dirigidas a este método, pois havia quem temesse que o DC não passasse de um processo demasiado longo, senão utópico. No entanto, os factos demonstram que é possível superar a aparente antagonia de interesses e a possível lentidão do arranque, aquando da ‘educação’ das populações, ser inteiramente compensada porquanto o DC introduz na colectividade um elemento dinâmico que só por si consegue acelerar e dar continuidade ao processo de expansão.

Isto porque o que o DC introduz de novo é que parte da base, das necessidades sentidas pela população e sobre elas constrói o plano de acção contando, desde o início, com a iniciativa, a responsabilidade e liberdade de escolha por parte dos interessados.

A aplicação dos métodos de DC implica uma mudança - uma mudança de pensamento das pessoas, do grau de confiança, das suas expectativas e, sobretudo, do seu comportamento. Para José Moura, nestes métodos existem sempre dois factores essenciais: as pessoas, habitantes de uma região, que têm de participar activamente nos esforços a empreender por si mesmos e para a melhoria do seu nível de vida, tanto quanto possível; e um elemento animador e orientador capaz de provocar, fornecer e tornar mais eficaz esse esforço de auxílio mútuo.

O DC tem um carácter global, ou seja, estende-se ao conjunto da comunidade em causa, não se restringindo a um sector em particular. No entanto, é preciso ter em conta os factores económicos: *a melhor forma de desenvolvimento, a mais durável, assenta na coordenação dos factores económicos e dos factores sociais* (Moura, 1963:9).

2.5.1. Fases de um plano de Desenvolvimento Comunitário: a prática

Existem dois objectivos que no DC podem parecer, aparentemente, contraditórios. Por um lado, o apelo à iniciativa local e a convergência de esforços para a solução dos problemas da colectividade e, por outro, a integração dos projectos locais na perspectiva regional e nacional.

O objectivo é tornar as pessoas da comunidade capazes de confiarem em si mesmas e de se reconhecerem aptas para empreenderem uma acção comum e eficaz no sentido de melhorar a sua situação. Isto pode ser conseguido através do empenho da população na realização de algum projecto comunitário simples e de utilidade para a colectividade.

Só depois, numa segunda fase, se começará a preparar a população para entender a necessidade de enquadramento dos próprios problemas em perspectivas mais amplas do que a da própria comunidade. Muitas vezes esta necessidade surge por si e é reconhecida espontaneamente pela sua população.

Segundo a obra supracitada de Manuela Silva, as fases de um plano de DC podem ser divididas da seguinte forma:

- a) Primeira fase: Informação geral e dinamização da colectividade: o DC pode ser desencadeado por diferentes entidades, mas existe sempre um momento de arranque dependente da iniciativa de alguém ou de alguma entidade.
- b) Segunda fase: Prospecção das necessidades e recursos potenciais: a investigação é feita com vista à recolha de dados inerentes à situação que se vai fazer evoluir. Esta investigação deve ser feita simultaneamente pelos técnicos que intervêm no plano e pela própria população. As pessoas que se envolvem na discussão sentem-se comprometidas a fazer algo; tudo decorre para dar à colectividade novas alternativas, factor indispensável do seu processo de desenvolvimento.
- c) Terceira Fase: Descoberta e formação dos líderes locais: a comunidade assenta numa determinada organização. Esta serve de meio de definição da gama de relações que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos.
- d) Quarta Fase: Elaboração de um plano: o DC pode iniciar-se sem que se aguarde a elaboração de um plano geral de desenvolvimento da colectividade; todavia este é necessário a dada altura como instrumento capaz de dar maior eficácia à acção que se empreende.
- e) Quinta Fase: Avaliação dos resultados: no DC a avaliação deve incidir não só sobre os resultados materiais obtidos como também sobre as transformações de mentalidade operadas. A avaliação deve fazer o confronto entre os resultados obtidos e os resultados previstos.

2.6. Emergência e propostas do conceito Desenvolvimento Local nos anos 80/90

É no âmbito do quadro teórico aqui apresentado e das novas perspectivas e desafios globais que favorecem a lógica de flexibilidade territorial, que emergem experiências que se inscrevem em novos processos designados de DL. O paradoxo entre desafios globais e respostas locais, já explanado pelo conceito de DC nos anos 60, é articulável se pensarmos que a construção do global só é viável sobre raízes locais e que, da mesma maneira, as entidades e lógicas locais só ganham sentido se referidas e articuladas com as dinâmicas globais (Amaro, 2000:12).

Um dos factores que caracteriza a evolução das sociedades contemporâneas é a multiplicação de iniciativas e projectos de base local, surgindo e agindo ao nível das

comunidades territoriais de pequena dimensão. O reforço de dinamismos de base local, ou processos de localização, devem ser ‘glocais’, ou seja, englobar a dimensão global e local nos seus projectos para anteciparem o seu sucesso.

No início dos anos 80, Walter Stöhr questiona a estratégia de DL utilizada desde os anos 50 e recupera a abordagem descentralizada, ‘a partir de baixo’. Como já tivemos oportunidade de verificar, as três décadas precedentes, dominadas por estratégias de Desenvolvimento ‘a partir de cima’, não foram bem sucedidas em diminuir as discrepâncias no mundo. Também na visão de Stöhr (1981), em geral, elas aumentaram, tanto no que diz respeito a disparidades sociais como geográficas.

Assim, a Europa esperava o surgimento de uma alternativa que encaixasse nos padrões de Desenvolvimento já descritos acima e que servisse de base a sólidas políticas governamentais.

Para Stöhr, só com a abordagem ‘a partir de baixo’ estavam reunidas as condições de sucesso para existir Desenvolvimento. O autor alerta para o facto da divisão entre centro e periferia ser demasiado simplista e já não se adaptar à complexa sociedade contemporânea, uma sociedade de serviços, de informação, de produção flexível, baseada no conhecimento e numa economia pós-industrial.

As novas oportunidades ao nível local surgem num contexto reforçado, a nível geral, pela incidência de três grandes grupos de factores: a falência e incapacidade de resposta dos modelos tradicionais; a emergência de novas formas e dinâmicas territoriais; o surgimento de novos factores que tornam mais atraentes e competitivos os espaços locais (Amaro, 1998:60).

Como argumenta Walter Stöhr, a falta de flexibilidade como consequência da petrificação das instituições durante aquele período, foi um dos grandes entraves ao Desenvolvimento (Stöhr, 1984:467).

Para o autor, a questão do DL deve colocar-se tendo em conta as novas territorialidades e as diversas formas culturais, económicas, sociais, políticas que aquele vem assumindo a partir da análise de cinco questões:

- a existência ou não de uma cultura técnica local já implantada e com iniciativa;
- o aprofundamento ou debilidade de uma matriz de relações económicas locais, estabelecida entre os agentes económicos locais e abrangendo as relações

comerciais, financeiras e técnico-económicas formais e informais, podendo dar origem a sinergias importantes e favorecer o aparecimento de novas iniciativas;

- o funcionamento de um mercado local de trabalho com regras próprias;
- formas de que se reveste o poder local, quer ao nível institucional e administrativo, como de poderes informais, não institucionalizados ou pouco habituais e respectivos processos de intervenção, controlo e relação com o Desenvolvimento;
- o funcionamento de *redes* – formais e informais - *de solidariedades locais* de raiz sócio-cultural, permitindo suscitar capacidades de reacção às condicionantes externas e de regulação dos conflitos internos.

A estas condições externas, Stöhr acrescenta ainda o aumento da consciência pública acerca de questões ambientais; a disponibilização de nova tecnologia aplicada em padrões descentralizados; a mudança no entendimento do próprio conceito de Desenvolvimento; a crescente pressão para a participação local e regional; a relativa estabilidade das pequenas e médias empresas (Stöhr, 1984:469).

O DL pressupõe um território de solidariedade e de identidades comuns que possa mobilizar a comunidade e as suas iniciativas para projectos de Desenvolvimento. Estes projectos apresentam como uma das características mais importantes a sua diversidade e autonomia. Se, por um lado, permitem uma maior proximidade em relação aos problemas e, por isso, uma mais fácil identificação das necessidades das comunidades aos diferentes níveis, por vezes torna-se difícil, na prática, implementar o objectivo de participação alargada das comunidades abrangidas pelos projectos de Desenvolvimento.

Nos projectos de âmbito local, colocam-se desafios à cooperação inter-institucional a partir de base, ao mesmo tempo que se integram dimensões quantitativas e qualitativas do Desenvolvimento. A adopção de novas estruturas de regulação de conflitos e de contradições locais, mais descentralizados, favorece a aproximação a dinâmicas mais participativas e, logo, a novas experiências de democracia e de diferentes lógicas políticas.

Estes projectos são um desafio ao Estado cuja actuação deveria ser enquanto parceiro e não como um ‘controlador’ ou ‘fiscalizador’ de processos.

Mas estes projectos também apresentam limitações, nomeadamente no que diz respeito à falta de enraizamento de alguns grupos ou equipas promotoras das iniciativas; uma

certa tendência para o ‘localismo’, traduzida numa aparente auto-suficiência e horizontes fechados; excessivo protagonismo pessoal na condução e gestão de alguns projectos; falta de recursos humanos, financeiros, materiais, entre outros; excessiva dependência do exterior; dificuldade de existir, na prática, uma perspectiva interdisciplinar, por falta de técnicos de algumas áreas; pouca ligação com grupos e centros de investigação; deficientes bases económicas e de gestão, apropriadas a estes projectos; dificuldade de escoamento de produtos e de ligação ao mercado; adequação de alguns programas às características das populações e situações a que os projectos procuram responder.

Em suma, o DL integrado, segundo esta proposta, caracteriza-se por ser:

- um processo de mudança, ou seja, de transformações sociais ocorridas numa determinada sociedade;
- centrado numa comunidade territorial, que se possa reconhecer pela sua identidade e que seja mobilizável por redes de solidariedade activa
- baseada na identidade regional seja no sentido de um passado étnico e histórico comum, mas também na consciência de um futuro comum;
- por norma é desencadeado a partir da constatação da existência de necessidades sociais fundamentais não satisfeitas, ou seja, de ausência de bem-estar na comunidade;
- a que se procura responder, prioritariamente, a partir das capacidades locais, ou seja, através da mobilização de capacidades endógenas - privilegia a adopção de programas endógenos pois são baseados nas condições históricas, culturais, institucionais dos recursos locais ou regionais para satisfação das suas necessidades;
- privilegiando a participação dos actores locais da população, a vários níveis e de diversas formas;
- reconhecendo importância da utilização de recursos exógenos, numa perspectiva de fertilização das potencialidades endógenas;
- segundo uma lógica de integração, ou seja, uma abordagem multidisciplinar;
- implicando redes e relações de parceria;

- com impacto tendencial em toda a comunidade e gerando efeito de imitação e boas práticas nela e nas zonas envolventes;
- com uma grande diversidade de processos e resultados, pontos de partida, soluções, ritmos, processos de integração, entre outros.

Face a um mundo cada vez mais globalizado, mas ainda com acentuadas diferenças sociais, Walter Stöhr (2001) renova a sua proposta nos anos 90 para dar resposta às crescentes desigualdades, reforçando que o Desenvolvimento precisa de fornecer *empowerment* àqueles que têm ficado para trás.

Isso requer a capacitação das comunidades locais, o que em contrapartida exige uma descentralização dos processos de tomada de decisão a nível administrativo e político. Daí que deva ser levado a cabo com precaução, porque como alerta Stöhr na sua obra, a globalização e a descentralização descontroladas podem levar à fragmentação da sociedade civil e enfraquecimento do poder local (Stöhr, 2001:2).

Uma nova forma de Desenvolvimento é apresentada na obra de John Friedmann (1992), centrada nas pessoas e no ambiente que as envolve, mais do que na produção ou lucro. É baseada nos sectores humanos da Sociedade Civil, onde aborda a questão da melhoria das condições de vida – o ponto de partida para um verdadeiro Desenvolvimento alternativo.

As economias propostas na obra são compostas por pessoas cujas relações se baseiam na reciprocidade, o princípio ético fundamental que rege a conduta social. Existem três tipos de poder: o social, político e psicológico, todos interligados. O social diz respeito ao acesso a determinados princípios básicos para a produção, como a informação, o conhecimento e habilitações, participação nas organizações sociais e recursos financeiros.

O político diz respeito ao acesso individual dos membros comunitários ao processo pelo qual as decisões são tomadas, em particular aquelas que afectam o seu próprio futuro. O poder político não é apenas o de votar, é antes o poder de ter uma voz activa e uma acção colectiva.

O psicológico é descrito como um sentimento individual de poder, que se manifesta ou é demonstrado através de um comportamento de auto-confiança. Se por um lado deriva muitas vezes de um poder social e político bem sucedido, a auto-confiança que este poder concede vai fazer aumentar a taxa de sucesso dos poderes social e político.

Assim, um Desenvolvimento alternativo procura o *empowerment*¹¹ dos seus membros nestes três sentidos. O *empowerment* debruça-se sobre a relação moral dos indivíduos e desenha os seus valores a partir dessa esfera, mais do que a partir de um desejo de satisfazer quaisquer necessidades materiais, por mais importantes que estas possam ser.

O Desenvolvimento alternativo deve ser visto como um processo que procura o *empowerment* dos seus membros através do seu envolvimento em acções social e politicamente relevantes. Quando há um ganho a nível social, este deve poder ser transformado em poder político efectivo, na medida em que os interesses dos cidadãos possam ser defendidos e apreendidos na esfera da política regional, nacional e mesmo internacional.

Importa realçar que o Desenvolvimento alternativo não nega a necessidade de um crescimento continuado inserido numa economia mundial dinâmica. Seria, pois, absurdo tentar substituir o Desenvolvimento centrado nas pessoas por um centrado na produção, ou mesmo reduzir todas as questões do Desenvolvimento à micro-estrutura dos seus membros e localidades. Este conceito procura, sim, uma mudança através de uma política de democracia inclusiva, crescimento económico apropriado, igualdade entre os géneros e sustentabilidade ou equidade inter-geracional. Incorpora uma dimensão política (democracia inclusiva) como um dos seus principais objectivos de acção.

Devido às diferentes necessidades territoriais, bem como as necessidades especiais dos diferentes grupos sociais, particularmente dos menos capacitados em termos de poder, esta teoria defende um modo de Desenvolvimento centralizado e participativo de tomada de decisões. Ao mesmo tempo, está a dar voz aos interesses das gerações futuras.

Para que este modelo alternativo seja implementado, é necessário que lhe esteja subjacente um modelo de Estado ágil e responsável, dirigido para os cidadãos. Um Estado que encontre forte apoio na democracia inclusiva, através da qual o poder para lidar com problemas que são melhor resolvidos localmente, é devolvido a unidades locais de governo e às próprias pessoas, organizadas nas suas próprias comunidades: a descentralização do poder.

¹¹ Entendido por Friedman (1992) como a capacitação das comunidades.

Inerente à ideia de descentralização está o facto de que diferentes problemas requerem diferentes soluções. Governos tradicionalmente centralizadores não solucionam as situações que ocorrem ao nível local, sendo necessário adoptar um novo sistema, mais eficaz. Para resolver os problemas a nível local os governos devem funcionar de forma mais descentralizada e conferirem mais espaço à sociedade civil e ao sector privado.

Ainda segundo Stöhr, a descentralização permite à sociedade atingir, ao nível local, os objectivos de redução da pobreza, vida sustentável, equidade, entre outros. No entanto, apesar do discurso global de descentralização e *empowerment* local, este ainda não é um fenómeno muito disseminado, pelo que não se deve olhar a descentralização como uma panaceia que resolve todos os problemas de Desenvolvimento, como a falta de participação ou grandes desigualdades existentes. O conceito deve ser adaptado às necessidades específicas de cada contexto.

Stöhr advoga ainda que capacitar a sociedade civil representa uma importante estratégia para combater o fenómeno da desigualdade e reconstruir sociedades mais equitativas. Mudar a atitude do público, transformar a sua mentalidade de forma a passarem de um estado de dependência para o exercício de uma maior participação, de iniciativas e actividades geradoras de emprego, representa um importante passo em prol do Desenvolvimento de uma Sociedade Civil activa.

São quatro os tipos de barreiras que impedem o desenvolvimento de uma Sociedade Civil participativa: psicológicas, económicas, sociais e técnicas. Para os indivíduos ultrapassarem o sentimento de que não detém poder, é necessário mais do que a descentralização institucional. É preciso, antes de mais, tempo (10 a 15 anos) e também a cooperação das agências locais, ONG e grupos voluntários, mas também é necessário que haja um envolvimento genuíno por parte das agências nacionais e supra-nacionais de forma a construir-se um sentimento de solidariedade, *empowerment* e de objectivos comuns (Stöhr, 2001:125). Esta poderá ser a fórmula para uma sustentabilidade a longo termo.

2.7. Do conceito às estratégias de desenvolvimento: a intervenção comunitária

A necessidade da existência de processos de intervenção comunitária advém da percepção de que a resolução dos problemas dos indivíduos só é possível se houver uma intervenção a nível da comunidade, nomeadamente quando a problemática é

multifacetada. A intervenção comunitária tem de fazer parte de um processo de mudança que esteja em curso na comunidade em questão. Este processo envolve a sua territorialização, ou seja, para que ele seja implementado e viável tem de estar enraizado na comunidade, bem como contar com a sua participação activa para elaborar e executar projectos de melhoria das suas próprias condições de vida (participação livre).

Pretende-se que um processo de intervenção comunitária responda a necessidades específicas de determinada comunidade, pelo que a participação dos membros da comunidade é um dos factores de sucesso. Os cidadãos são chamados a participar activamente nas questões que têm repercussões directas nas suas vidas e no grupo social ao qual pertencem e que lhes confere uma identidade própria, sejam eles o grupo alvo das acções, directo ou indirecto. A proposta de DL participativo implica a democratização da vida social, através da mobilização da sociedade para a gestão partilhada do Desenvolvimento em processo, na democratização do poder local exercida nos mecanismos e canais de participação social, no reforço e na ampliação das organizações sociais, na promoção de parcerias e na existência de um sistema de informações aberto e descentralizado.

A sociedade participa do DL quando observa os resultados positivos de sua participação, ou seja, quando lhe é conferido poder de decisão e execução. O que significa que todo o processo se desenrola a partir de uma visão integrada das acções, ou seja, favorecendo a multidisciplinaridade na lógica de intervenção. Sectores como a educação, a saúde, os transportes, a comunicação trabalham em conjunto para um objectivo comum e não numa lógica individual para um fim próprio.

O estímulo à participação pode ser conseguido através das consolidações de parcerias e da construção de um processo participativo que traga resultados positivos a todos. O cidadão deve fazer parte da identidade do território. Assim se compreende que sejam delineados projectos, baseados em objectivos comuns, nos quais estão implicados e desejavelmente empenhados todos os parceiros. O trabalho em parceria entre organizações e grupos diferentes da sociedade, fortalece as relações entre estas entidades.

Todo este processo implica uma transformação de mentalidades e uma firme gestão dos conflitos que a parceria pode gerar ou revelar, designadamente desencadeados pela difícil repartição do poder. O trabalho em parceria tem, por outro lado, uma função pedagógica, já que pressupõe a partilha das decisões e a participação do grupo alvo, um

parceiro a ter em conta. No modelo de parceria são todos anfitriões e convidados, com ‘culturas’ diferentes, aos quais se pede – numa sociedade cada vez mais multicultural – um exercício: o da aceitação e ultrapassagem dessas diferenças, em prol dos mais frágeis dessa mesma sociedade.

Para que isto aconteça é imprescindível, que haja uma mobilização e gestão adequada dos recursos (quer sejam técnicos, financeiros ou humanos) e a conjugação de competências técnicas e relacionais.

Consoante as necessidades diagnosticadas, assim se apresentam as soluções. A intervenção comunitária tem de se revestir de grande flexibilidade das suas práticas, o que implica uma adequação permanente das práticas ao surgimento de novos ou diferentes problemas. Esta premissa encontra-se directamente ligada ao facto de ser necessário a intervenção comunitária abandonar a forma rígida de planear as situações, para o levar a cabo de forma negociada. Numa sociedade participativa, com o envolvimento de todos, as estratégias e planos de acção devem ser discutidos e negociados entre todos os intervenientes, segundo a prossecução do bem-estar da comunidade.

O processo comunitário que se está a desenrolar tem de ser alvo constante de uma avaliação. Como essa avaliação é feita, em que moldes, segundo que indicadores, com que hiato temporal, são factores decisivos para assegurar a monitorização do processo em si, garantindo, por um lado, que sejam detectadas a tempo possíveis necessidades de adequação da intervenção e, por outro, é um processo de avaliação sólido que garante que sejam retiradas do processo as devidas aprendizagens para o futuro. A própria sustentabilidade das iniciativas depende, em parte, de uma avaliação rigorosa e crítica.

Quando surge a necessidade de se corrigir alguma prática de intervenção, é necessário que se aprenda a fazê-lo de uma forma activa, através de metodologias de investigação-acção, que associa ao acto de conhecer a intenção de provocar mudança social. A investigação-acção não constitui tanto uma técnica de recolha da informação quanto uma nova aproximação da investigação, tendo em vista a mudança de uma dada situação, para outra colectivamente desejada (Guerra, 2002:53).

Também a comunicação e a informação deixam aos poucos de estar apenas assentes numa base nacional, para descobrir um lugar de destaque para a informação e meios de comunicação regionais e locais, como são exemplo as rádios locais e comunitárias. Em

substituição de território nacional, emerge o conceito de territórios, onde a sociedade se ajusta e estrutura espacialmente com base numa lógica de territorialidade flexível que favorece a solidariedade. A Sociedade de Informação pode contribuir para o reforço desta lógica, vista enquanto capaz de tornar os cidadãos mais aptos à participação e à afirmação de culturas e poderes locais (conceito de *Empowerment*).

Secção 3. Comunicação e Desenvolvimento: uma relação de interdependência?

3.1. O exercício da cidadania como alicerce da participação

Apesar da sua importância, o conceito de cidadania é, actualmente, delegado para segundo plano dada a penetração, especialmente no contexto democrático europeu. No entanto, é de suma importância a sua clarificação, nomeadamente, no que concerne os países em desenvolvimento.

Na década de 50 do século XX, Marshall apresenta a distinção de três dimensões de cidadania que, de acordo com o autor, configuram direitos que funcionam como mediadores entre a acção dos indivíduos e as estruturas sociais. São elas a dimensão civil, política e social (Barbadel, 1989).

A cidadania civil está directamente associada à jurisprudência e determina que cada cidadão seja, simultaneamente, detentor de deveres e de direitos, garantidos pelo Estado de Direito.

A segunda dimensão é política, e caracteriza-se pelo exercício de direitos políticos, como ser informado, eleger e ser eleito. Cada cidadão tem, desta forma, direito a uma parte da soberania política da sua nação. São os cidadãos, constituídos enquanto colectividade política que escolhem aqueles que os devem governar e que legitimam esse poder, na medida em que, nesta acepção, constituem a fonte do poder.

A cidadania define-se por um conjunto de direitos económicos e sociais como o direito à protecção social, ao trabalho, à educação, à saúde. Isto é, o direito de aceder a uma parte dos recursos materiais e condições sociais de uma determinada sociedade. A partir do momento em que o indivíduo-cidadão é soberano, no sentido acima referido,

Em suma, o acesso à cidadania e, conseqüentemente, as formas de ajustamento entre os indivíduos e a sociedade, apresentam-se num plano essencialmente individual. Isto é, no contexto Timorense, onde a coesão societal era principalmente o resultado de um controlo autoritário e do respeito quase absoluto pelas normas estabelecidas, passa a ser alcançada sobretudo através de uma negociação colectiva permanente, onde as normas colectivas são reinventadas e reelaboradas.

No entanto, é amplamente reconhecido que as possibilidades e as capacidades de negociação não estão igualmente repartidas pela população. Os indivíduos de classes

mais baixas, em norma, são portadores de um menor grau de conhecimento/exercício dos seus direitos que os indivíduos das classes mais altas, já que os indivíduos com mais recursos, principalmente educacionais, têm maior facilidade em lidar com o universo político (Viegas e Costa Dias, 2000), o que aumenta o sentimento de ‘eficácia política’ (Campbell cit in Viegas e Costa Dias, 2000) ou de ‘competência social e política’ (Bourdieu cit in Viegas e Costa Dias, 2000).

Da mesma forma, os grupos sociais têm, à partida, condições diferentes de influência em função da sua capacidade de mobilização e negociação e respectiva proximidade com o poder político (Mozzicafredo, 1997 e 1998). Nesta medida, os indivíduos com menos recursos encontram enormes dificuldades de proporcionar por si só a sua própria emancipação social.

Tais desigualdades entre os indivíduos vão, entrar em contradição com a procura da igualdade democrática subjacente ao conceito de cidadania. Assim sendo, cabe ao Estado (configurado como Estado Providência e enquanto projecto político), conciliar a igualdade dos indivíduos em termos legais e políticos com as desigualdades efectivamente existentes no plano económico e social. Trata-se, no essencial, de corrigir desigualdades que não foram resolvidas através da simples afirmação da igualdade de direitos.

Em suma, não será possível um trabalho integrado de fomento da participação de uma comunidade/população, sem que estejam instituídas as condições de acesso aos direitos e deveres de cidadania das mesmas.

3.2. Comunicação como participação

A Comunicação Participativa (*CP*) não é nova. Tem sido incentivada e posta em prática há várias décadas ao serviço de diversas disciplinas. Nas últimas décadas tem sido mais referenciada nos Países Desenvolvidos, em matérias como o DC ou a CD, ambas assentes em projectos participativos cujo objectivo é a mudança social.

A participação é vista como o meio para atingir determinados objectivos, mas também como um fim em si mesma. Ela foca a importância da identidade cultural das comunidades locais e da democratização e participação a todos os níveis. De forma a garantir a partilha de informação e de conhecimento, de se estabelecerem compromissos

e confiança, a participação é um elemento chave em qualquer processo de tomada de decisão num projecto de Desenvolvimento.

A participação genuína confere poder directamente à população, distribuindo-o pela sociedade. A participação pressupõe uma partilha equitativa de poder político e económico, o que leva à diminuição das vantagens de determinados grupos a favor de uma redistribuição mais igualitária.

Dados do PNDU¹² (2000), mostram que um terço dos seis biliões de habitantes do mundo, vivem na miséria e em situação de desigualdade brutal. Com a nova infraestrutura internacional de informação, que se expande muito mais rapidamente em determinadas partes do planeta, crescerão ainda mais as diferenças entre regiões ricas e pobres.

Como lembra Castells, é preciso entender que só o acesso aos média ou às tecnologias não é suficiente para garantir aos cidadãos a efectivação de seus direitos; no entanto, o não acesso agrava ainda mais o quadro de desigualdade social (Castells, 2003:104). O pressuposto de que o acesso aos meios de comunicação e a igualdade na distribuição e recebimento de informações são definidores de um novo quadro mundial de inclusão social, económica e cultural, não é novo.

A preocupação aparece em diversos documentos da ONU – através da UNESCO¹³. Mas, o mais importante deles é o Relatório McBride, publicado em 1980. Denominado ‘Um mundo e muitas vozes’, o relatório é resultado do trabalho de uma Comissão Internacional criada pela ONU para avaliar a possibilidade da implementação de uma nova ordem informativa. A Comissão com o mesmo nome, formada por 16 integrantes, tem representação de todos os continentes e, na sua grande maioria, é composta por membros vindos de países em desenvolvimento, incluindo personalidades como Gabriel Garcia Marquez, Juan Somavia e Betty Zimmermam.

Para McBride, a composição da Comissão contemplava a diversidade ideológica, política, económica e geográfica do mundo. Depois de mais de dois anos de trabalho e da constatação de que o fluxo de informações se dava de forma ordenada e concentrada nos sentidos Norte/Sul e Leste/Oeste, explicitando a divisão do mundo em termos de pobreza e ideologia, o Relatório McBride é apresentado à comunidade internacional,

¹² P.N.U.D. – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

¹³ UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

contendo onze princípios básicos, tidos como fundamentais para a consolidação de uma nova ordem internacional da informação, dos quais destacamos:

(1) Fim dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a situação vigente; (4) pluralidade de fontes e canais de informação; liberdade de imprensa e de informação; (6) liberdade inseparável da responsabilidade; (7) preparação dos países em desenvolvimento para buscarem melhoras em suas próprias nações, sobretudo no que diz respeito a aquisição de equipamentos próprios; (8) capacitação de pessoal, recuperação da infra-estrutura, além de tornarem os meios de informação e de comunicação sintonizados com suas próprias aspirações e necessidades; (10) respeito à identidade cultural de cada povo (...) (11) respeito aos direitos de todos os povos para participar de intercâmbios de informação, baseando-se na igualdade, justiça e benefícios mútuos e, respeito aos direitos da colectividade, assim como de grupos étnicos e sociais, para que possam ter acesso às fontes de informação e participar activamente dos fluxos de comunicação.

Pela sua importância e relevância, estas ideias são aceites comumente como uma teoria normativa de comunicação alternativa. O mesmo relatório da UNESCO inclui a ideia de uma progressão gradual: enquanto que o acesso da população aos meios de comunicação pode estar de alguma forma disponível, a auto-gestão é adiada.

Definida enquanto fazendo parte do processo de comunicação, a participação engloba de uma forma inequívoca a noção de diálogo. Dada a natureza social, cultural, económica e muitas vezes política dos processos de participação e a sua natureza colectiva, analisá-los em termos de grupos pequenos, individuais, ou como processo de comunicação de massa, não é a melhor maneira. O Desenvolvimento é conceptualizado como um processo da comunidade.

A participação não deve ser construída como a inclusão dos pobres nos programas e serviços governamentais, mas antes a formulação de programas e serviços governamentais como a informação e escolha autónoma dos mais desfavorecidos.

Em torno do debate da CD, a Comissão Internacional para o Estudo de Problemas de Comunicação formula que: *as estratégias de Desenvolvimento devem incorporar políticas de comunicação como parte integrante no diagnóstico de necessidades e no design e implementação de prioridades seleccionadas* (Relatório MacBride, 1980:258).

A CP é um processo que permite às pessoas expressarem-se. Apesar dos modos de comunicação variarem, na CP os indivíduos que controlam as ferramentas são membros da comunidade. A CP é uma troca entre indivíduos que valoriza a perspectiva e voz de cada pessoa. Tais comunicadores podem mobilizar eleitores e dar uma voz colectiva mais forte a favor da mudança a vários níveis da sociedade.

A CP tem o enfoque em quem está a comunicar. Quem cria a mensagem dá forma ao seu conteúdo, perspectiva e impacto. Os média participativos têm uma função mais alargada no processo de organizar, formar e de influenciar. O objectivo desta comunicação pode ser mobilizar, sensibilizar ou informar.

A verdadeira participação gera *Empowerment*. No entanto, sem uma descentralização significativa, os indivíduos que se pretendem abranger não poderão participar. Uma vez que a participação a nível local e o *Empowerment* estejam sedimentados e tenham sucesso, é possível adicionar um segundo objectivo à CP: servir como um canal para comunicar além da área local.

A participação é então uma atitude educativa e política. No que diz respeito à participação popular pode significar apenas a participação das pessoas na emissão de mensagens, por exemplo, entrevistas, notícias, pedidos de músicas e concursos. Para entender melhor a participação popular na comunicação podemos considerá-la em três níveis distintos:

1. Ao nível da produção – neste caso a participação é possível na produção de mensagens e programas e envolve acesso a ajuda profissional, facilidades técnicas e recursos de produção;
2. Ao nível da tomada de decisão – envolve a gestão do próprio meio de comunicação e isso implica a participação da comunidade em decidir os programas (conteúdos, horários, turnos, entre outros) e em controlar a administração e finanças;
3. Ao nível político – refere-se ao direito da população em participar na formulação de planos, políticas, objectivos, princípios de gestão, formas de financiamento, bem como estabelecer planos para comunicações local, regional e nacional.

Num contexto como o de Timor-Leste, tradicionalmente o povo não participa no processo de tomada de decisão. Este facto aliado à falta de consciência política faz com que a forma mais avançada de comunicação comunitária não seja facilmente alcançada.

A participação comunitária é uma filosofia do Desenvolvimento, ou é vista como uma ferramenta de gestão. No entanto, não existe um modelo de participação uniformemente aceite que seja apropriado para as condições dos países em desenvolvimento. Apesar de ser ainda um pequeno segmento na área do Desenvolvimento, os processos participativos estão cada vez mais tidos em conta em trabalhos na área da CD.

3.2.1. Formação da opinião pública moderna

No que diz respeito à preparação de uma opinião pública moderna, Gabriel Tarde (1907) opõe, à concepção da *multidão-população*, as suas primeiras hipóteses sobre a relação entre os media e a formação da opinião. O aparecimento da imprensa e a ‘sensação de actualidade’ que ela confere, alarga o grupo de actores na formação da opinião pública (Mattelart, 1997: 52).

Nos anos 30, pela primeira vez nas sociedades industrializadas, o Estado, em busca de uma estratégia para a ‘saída de crise’, pede socorro às *técnicas de comunicação*. A gestão da opinião pública torna-se frequente a partir deste momento.

Ainda na década de 30, o dramaturgo Bertold Brecht, baseando-se numa filosofia que procura uma comunicação horizontal, propõe modificar a utilização da rádio, num texto que quarenta anos mais tarde servirá de manifesto às primeiras ‘rádios livres’:

“A rádio poderia ser o mais formidável aparelho de comunicação imaginável para a vida pública, um enorme sistema de canalização, ou antes, poderia sê-lo, se não soubesse unicamente emitir, mas receber; não somente fazer o auditor escutar, mas fazê-lo falar; não isolá-lo, mas colocá-lo em relação com os outros. Seria então necessário que a rádio abandonasse a sua actividade de fornecedora, organizasse este aprovisionamento com os próprios auditores”
(Mattelart, 1991:74).

Aquando da reeleição do presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em 1936, os primeiros barómetros sobre as opiniões da população são publicados. Simultaneamente, as novas redes radiofónicas levam a cabo as primeiras auscultações de audiência do

prisma dos receptores, isto é, da opinião pública. Há uma reabilitação do receptor enquanto sujeito activo do processo de comunicação, que se reveste de um papel indispensável para a formação do consenso nas sociedades democráticas.

Nas décadas que se seguiram à Segunda Grande Guerra, os pesquisadores procuraram entender a comunicação além das fronteiras nacionais. Estes estudos mostram que as grandes agências noticiosas foram criadas especialmente para trabalhar na contra-ofensiva ideológica, desempenhando um papel importante na Guerra Fria.

Robert E. Park (1864-1944), especialista na área dos estudos sobre o papel da imprensa na formação da opinião, vai exercer uma influência considerável sobre esta questão durante cerca de quarenta anos, uma vez que se integra numa tradição de crítica liberal e não cessará de se interrogar sobre a relação conflitual entre os média e a democracia.

“É muito mais fácil difundir notícias tendenciosas do estrangeiro do que notícias tendenciosas do interior do país, dado que a audiência se encontra menos capaz de verificá-las. É o que explica por que razão a imprensa consegue mais facilmente desencadear uma guerra do que fazer eleger um conselheiro municipal” (Mattelart, 1991:82).

A multidão/públicos é, assim, um fenómeno cultural, civilizado, determinado pelo ‘pensamento sobre o olhar dos outros’. Depois da Segunda Guerra Mundial, estimular a adesão dos cidadãos à causa nacional foi tarefa prioritária. As populações civis começaram a ser cada vez mais afectadas na sua vida quotidiana por esta nova forma de confrontação. A propaganda adquiriu, nesta altura, os seus primeiros impulsos como técnica de gestão da opinião de massa, mas também como meio de pressão sobre os responsáveis de governos estrangeiros.

3.2.2. Democratização nos média: o jornalismo participativo e o cidadão jornalista

Apesar do jornalismo ser fundamental para a sociedade, ainda há lugares no mundo onde os jornalistas continuam a morrer devido ao que escrevem ou transitem. Nos finais do século XIII, um dos primeiros panfletários norte-americanos, Thomas Paine, inspirou muita gente com os seus escritos acerca da revolta da liberdade e da governação. As histórias mundiais do jornalismo registam diversas revoluções nos média, cada uma acompanhada de transformações tecnológicas e políticas.

Os jornais florescem no século XIX. Os melhores eram agressivos, estavam em cima do acontecimento e prestaram um bom serviço aos leitores. Contudo, muitos deles preocupavam-se pouco com aquilo a que agora chamamos objectividade. Os jornais defendiam pontos de vista e reflectiam as políticas dos proprietários e de quem os apoiava.

Apesar da hegemonia da informação das redes emissoras e dos grandes jornais atingirem o ponto mais alto nos anos 60 e 70, é importante salientar que os cidadãos não gastavam tempo suficiente a pensar naquilo que ouviam, muito menos a tirar conclusões, permitindo-se ser superficiais e conduzidos por pessoas que se aproveitam da sua atitude amorfa. Uma multidão desatenta é mais facilmente transformada numa massa perigosa do que uma multidão informada.

No entanto, os meios de comunicação independentes, que têm por alvo as minorias, têm continuado a crescer em dimensão, qualidade e credibilidade: é o jornalismo cívico em ascensão.

O moderno debate radiofónico tinha uma característica fundamental: a participação dos ouvintes. Estes, cidadãos comuns, eram convidados a expor as suas opiniões através da rádio. Além disso, estes cidadãos não tinham um meio imediato ou regular de exprimir as suas opiniões ou de contarem as suas histórias. Agora podiam fazer parte do programa, acrescentando as suas próprias ideias às do apresentador. Quem faz a notícia é o ouvinte, tentando dar a voz a grupos de pessoas que são desprezadas pelos meios de comunicação comuns.

O jornalismo participativo marca a emergência de uma nova forma de comunicar: a transformação do jornalismo enquanto meio de comunicação de massas do século XX, até algo mais profundamente cívico e democrático. O próprio cidadão passa a ser parte activa no processo jornalístico: o cidadão repórter.

Num mundo em que qualquer pessoa pode produzir informação, há três grupos de interesses, que anteriormente estavam separados e que agora tendem a misturar-se entre si: os jornalistas, o objecto da notícia e os antigos receptores.

O jornalismo de cidadãos, e na opinião de Tom Stites, é do domínio daqueles que formam um segmento muito reduzido da sociedade, aquelas pessoas com educação suficiente para poderem participar numa conversação à distância, que dispõem de aptidões técnicas e que têm meios que lhes permitem dispor do tempo e equipamentos

necessários. Os outros são as pessoas comuns, afectadas pela mudança e deixadas à margem do diálogo (Mattelart, 1991: 102).

A emergência do cidadão jornalista vai ajudar a prestar-lhes atenção. A possibilidade de qualquer um produzir informação dará voz a pessoas que a não têm tido. E precisamos de ouvir o que elas têm a dizer, essencialmente porque existem novas formas de falar e aprender. No final poderão ajudar ao renascimento da noção agora ameaçada de uma cidadania verdadeiramente informada.

Qualquer sociedade que caminhe para o reforço de uma jovem ou conturbada democracia, precisa de cativar a população de modo a fazê-la sentir-se envolvida no processo democrático em curso, participando activamente.

Um modo de garantir a participação do povo é através dos média, nomeadamente das RC, com cada vez mais exemplos de êxito em vários países em desenvolvimento. Não só porque permite à comunidade participar de forma mais estreita no processo democrático, como face aos jornais e à televisão, a RC é um meio mais barato e acessível, contornando as altas taxas de iliteracia muitas vezes existentes naqueles países.

3.3. Comunicação como Desenvolvimento.

As teorias da CD, bem como as suas práticas, têm vindo a sofrer mudanças ao longo do tempo, acompanhando a evolução do próprio desenvolvimento e a necessidade de aplicação efectiva de ferramentas e metodologias de comunicação a novas questões e prioridades.

Depois da década de 60, o conceito de CD colocou o enfoque na participação das comunidades no seu próprio destino, através da sua capacitação. Neste enquadramento, a comunicação ganha um papel estratégico e fundamental no sentido de contribuir para a conjugação de diferentes factores de desenvolvimento, valorizando o aumento da troca de informação, bem como de favorecer o desempenho de um papel activo por parte de todos.

A Comunicação é essencial para o desenvolvimento humano, social e económico. Numa sociedade democrática contemporânea, comunicação é sinónimo de liberdade de expressão, de informação e motor da cidadania.

Uma vez dissipadas as dúvidas de que a comunicação ajuda à promoção do progresso, nos anos 80, com o desenvolvimento das tecnologias electrónicas e informáticas, a comunicação tornou-se ela própria o progresso e, com o avanço das redes técnicas da ‘sociedade de informação’, a baliza de crescimento da democracia.

No entanto, não foi nos países industrializados e em grande expansão que se situou o primeiro teatro de operações das teorias da *comunicação-modernização-progresso* (Mattelart, 1991:9), mas sim nos países em desenvolvimento, nos anos 50 e 60. A comunicação como agente de mudança social surge como proposta para uma saída do sub-desenvolvimento, contribuindo para a transformação dos comportamentos no domínio do planeamento familiar, métodos agrícolas e alfabetização.

Orson Welles (1941), na sequência de *Citizen Kane*, ajudou o mundo a tomar consciência de que os média surgiam com base num poder ilimitado, capaz de fazer e desfazer acontecimentos.

A comunicação é o mecanismo pelo qual a sociedade se organiza, o mecanismo graças ao qual as relações humanas existem e se desenvolvem. No entanto, este mecanismo é duplo: a comunicação física ou material, que diz respeito ao transporte e participa na organização física da sociedade; a comunicação, verdadeiro agente da organização social da sociedade, compreendendo os símbolos e todos os dispositivos que permitem a sua conservação e transmissão.

Nos debates internacionais acerca da temática, aguarda-se o reconhecimento da comunicação enquanto agente que contribuiu para a renovação da democracia. Dotada de uma função redentora, a comunicação aparece como a promessa de uma nova harmonia, uma nova comunidade.

A comunicação enquanto conceito que promove a comunidade e favorece as relações informais a nível local, integradas numa lógica nacional global é que serve de base a esta reflexão. É ainda de realçar o carácter contraditório deste novo mundo que tanto confere mais liberdade e pluralismo, como despoleta mais desumanização, mais anonimato e fragmentação.

A comunicação é fundamental para qualquer sociedade e está na base dos processos sociais, uma vez que é sinónimo de uma sociedade que na verdade interage entre si. Daí que os aspectos da comunicação estejam intimamente ligados ao desenvolvimento

nacional de um país, devendo ser considerada como um dos sectores da sociedade, tal como a educação, política, saúde, entre outros.

Schramm (1967) alerta para a dicotomia entre comunicação e a sociedade, onde aquela encontra raízes e uma base sólida para se expandir. Os novos desenvolvimentos na comunicação afectam a sociedade, tal como novos desenvolvimentos noutros campos da sociedade afectam a comunicação. Geralmente é importante compreender que determinado nível e estágio de desenvolvimento da comunicação, deve acompanhar um determinado estágio ou nível de desenvolvimento social; esta correlação é bastante forte.

Uma nação nova, no momento em que decide pelo Desenvolvimento, inicia um sistema de comunicação que se situa algures entre um sistema rudimentar e aquele que se pode encontrar nas civilizações modernas. Schramm defende que à medida que o desenvolvimento nacional evolui, aumentam as necessidades locais e as suas vozes têm cada vez mais necessidade de serem ouvidas (Schramm, 1970:23). Por outras palavras, a base de importantes tomadas de decisão tem de ser alargada, pois as novas nações têm cada vez mais preocupações com as suas relações externas (excepto sob poder colonial).

Na maioria dos casos verifica-se que quando um país está em fase de desenvolvimento, a quase maioria da população está a aprender. Nestes casos, os países utilizam a difusão de informação para aumentar a sede de conhecimento e cumprem a função de ‘ensinar’: abrir à população em geral o maior número de portas possível a um mundo mais abrangente de conhecimento moderno.

No entanto a mudança não tem lugar de forma suave se as pessoas não quiserem mudar (Schramm, 1970:47). É uma sociedade desenvolvida que facilita o sistema de comunicação mais coeso, ou antes é um sistema de comunicação participado que facilita o desenvolvimento de uma sociedade?

Concordamos com Schramm quando ele conclui que a comunicação se encontra sempre no centro da existência de qualquer sociedade, desenvolvida ou não (Schramm, 1970:53). Sempre que existem perigos ou oportunidades que precisam de ser difundidos, decisões que precisam de ser tomadas, novos conhecimentos que precisam ser difundidos, ou períodos de mudança eminente, existem fluxos de informação. Estas necessidades são especialmente urgentes nos países em desenvolvimento, onde o papel dos média é mais profundo. Se os fluxos de informação e os canais de comunicação não

são adequados a esta tarefa, precisam de ser construídos de forma a responder às necessidades latentes.

Não só os níveis de informação são menores nos países em desenvolvimento, como há uma diferença acentuada no acesso à mesma entre as cidades e as aldeias do interior. A acessibilidade dos média às populações faz diferença, mas o que os média difundem faz uma diferença ainda maior. Apesar de não se poder estabelecer uma relação directa unicamente baseada no critério de exposição aos media quando queremos classificar uma comunidade como (bem) informada ou não, esse critério não deixa de ser relevante quando se trata de colmatar um fosso informativo nos países em desenvolvimento.

Assim, é importante, por um lado, abrir as comunidades ao exterior, envolvê-las nas notícias nacionais é envolvê-las no percurso e destino do próprio país. No entanto, descuidar as notícias locais pode descaracterizar estas comunidades. Cada comunidade pode desempenhar o seu papel para o seu próprio desenvolvimento e, assim, favorecer o desenvolvimento a nível global do país, enquanto cidadãos mais informados e conscientes, com voz política e favorecendo um contacto mais directo entre o poder e as bases.

A comunicação é essencial para se conseguir uma participação efectiva e o *empowerment* dos actores locais, dois elementos chave do DC. Segundo este enquadramento, a comunicação pode ser utilizada essencialmente para a troca de informação e construção de consensos em torno de assuntos específicos; apoiar a concretização dos objectivos dos projectos e assistir em identificar e definir o objectivo do projecto.

3.4. Comunicação como Mudança

A CD emergiu como uma área de estudo que combinava o estudo da comunicação de massas e a necessidade de modernização das sociedades tradicionais. Centra-se, assim, na explicação do papel que os média desempenham na mudança social e no Desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento.

A Comunicação para a Mudança forma relações de colaboração com as organizações da sociedade, o que estabelece um modelo de comunicação que ajuda a fortalecer a comunicação local através das suas organizações e inspira a mudança social e económica.

Wilbur Schramm identifica os média como a resposta aos problemas dos países em desenvolvimento. Apesar de defender uma comunicação ‘a partir de cima’, o autor, identifica (já nessa altura) o papel que a comunidade pode desempenhar em prol da mudança social, embora incorporando ainda muitos recursos exógenos (Schramm, 1964:24).

Os meios de comunicação de massa não respondem directamente às necessidades da comunidade, nem lhes dão voz activa. Pelo contrário, os média comunitários, por terem uma abordagem directa à comunidade em que estão inseridos, respondem às necessidades reais dessa comunidade. As mensagens são transmitidas por indivíduos da própria comunidade e é incentivada a participação directa das populações, o que poderá ser garante de uma comunicação participada, de uma efectiva mudança social, em resposta às necessidades da própria comunidade, com enfoque no DL.

Afastamo-nos assim, uma vez mais, da perspectiva universal ‘a partir de cima’ do paradigma original, para nos aproximarmos de uma visão ‘a partir de baixo’, culturalmente mais sensível e localizada.

A CD entende uma utilização planeada e participada dos meios e ferramentas de comunicação que facilitam a troca de conhecimento e informação, a participação e a mudança de atitudes e práticas, com o objectivo de atingir as metas de desenvolvimento acordado entre todos os actores locais. A CD estrutura-se no diálogo, na participação e na troca de conhecimentos e de informação. Na sua génese o conceito responde a três funções principais:

- facilita o processo de participação: dá voz aos diferentes actores locais de forma a poderem ter voz activa no processo de tomada de decisão;
- torna a informação perceptível a todos e com significado: inclui a troca de informação com o intuito de formação, troca de experiências e partilha de conhecimento e tecnologias;
- consegue a aceitação política: promove novas políticas, especialmente comunitárias.

Neste enquadramento, a comunicação é considerada como um processo social que não está confinado aos média ou às mensagens, mas que promove a sua interacção numa rede de relações sociais. As metodologias utilizadas pela CD são as mais apropriadas quando estamos a trabalhar com o complexo conceito de DL pelas seguintes razões:

- impulsiona as oportunidades de desenvolvimento, garantindo acesso equitativo ao conhecimento e à informação a todos os sectores da sociedade e em especial aos grupos mais vulneráveis e marginalizados;
- impulsiona uma gestão efectiva e coordenada do desenvolvimento, através de uma planificação ‘de baixo para cima’;
- promove questões de equidade através de redes e plataformas sociais que influenciam a tomada de decisão;
- encoraja as mudanças de comportamento promovendo os padrões de consumo sustentável através da sensibilização e educação de audiências vastas;
- aumenta a sensibilização e a mobilidade da comunidade relacionada com questões sociais e comunitárias, ao mesmo tempo que garante oportunidades económicas e de emprego através de informações certas e adequadas;
- resolve múltiplos conflitos ao assegurar o diálogo entre os diferentes componentes da sociedade.

Os média são considerados agentes de mudança social quando utilizados ao serviço do desenvolvimento nacional (Schramm, 2001:114). O tipo específico de mudança social que se espera para que eles contribuam está intimamente ligado à transição para novos hábitos, costumes e práticas e, em alguns casos, modificar as próprias relações sociais. Por detrás de tais mudanças de comportamento têm de estar mudanças substanciais ao nível das atitudes, crenças, formação e normas sociais.

Estas mudanças podem advir do natural curso da história, criando raízes de uma forma lenta pelo contacto com culturas diferentes, o que leva à importação de costumes e sistema de crenças. Mas também podem ocorrer mais rapidamente (embora com um carácter menos permanente) se a sua introdução for forçada, o que pode acontecer quando, por exemplo, um ditador impõe novos padrões de comportamento¹⁴.

No entanto, o tipo de mudança que a maioria dos países em desenvolvimento procura não é nenhuma das duas. Pretende-se encontrar um equilíbrio, em que seja mais rápido do que o natural cursos da história e menos violento do que um processo de mudança forçada. Pretendem um desenvolvimento voluntário em que seja condição essencial a

¹⁴ Situação vivida durante 27 anos pelo povo de Timor-Leste aquando do domínio do regime Indonésio, em que a população foi proibida de falar português (língua oficial do país) e mudaram todo o sistema de educação, regras e crenças religiosas (introdução do islamismo num país maioritariamente católico).

participação da população e que todos tenham acesso equiparável à informação. Em substituição da força, preferem a persuasão e que lhes seja apresentado um leque de oportunidades; o lento ritmo da aculturação dá lugar a um grande volume de fluxo de informação.

Aparentemente, o mecanismo deste tipo de mudança parece ser bastante simples. Primeiro, a população deve estar ciente das necessidades que não são supridas pelos presentes comportamentos e atitudes. Depois, deve importar ou descobrir novos comportamentos que lhe satisfaça essas necessidades. Por outro lado, uma nação que quer acelerar este processo, tal como acontece com os países em desenvolvimento nos dias de hoje, vai congrega esforços no sentido do seu povo estar habilitado para, de uma forma rápida e abrangente, identificar as suas necessidades e oportunidades, facilitando o processo de decisão e ajudando a população a colocar estas novas práticas em vigor, de uma forma assertiva e duradoura.

Em muitos casos, as estratégias de Comunicação para a Mudança social têm sido usadas num só sentido. Baseiam-se essencialmente em disseminação de informação, relações públicas, consultadoria, *workshops*, seminários, campanhas pontuais.

A falta de envolvimento de especialistas não permite a integração da comunicação na globalidade de processos de desenvolvimento, sendo evidente a parca capacidade para a implementação das estratégias e campanhas de comunicação. Outra questão que não deve ser descurada é a escassez de recursos, tanto a nível humano como financeiro, evidentes em contextos de pobreza e contracção da economia nacional.

Uma campanha de comunicação ‘normal’ centra-se primariamente em questões como o conteúdo da mensagem, a construção de mensagens e os canais para a sua difusão. No entanto, quando pensamos em comunicação estratégica há todo um outro conjunto de factores que são tidos em conta: características específicas da audiência/públicos; a programação do ponto de vista da calendarização das diferentes actividades; coordenação da comunicação com as outras intervenções; envolvimento de canais não *standard*; utilização e criação de redes; comunicação organizacional.

No entanto, existem uma série de razões que nos levam a crer que este processo não é simples. Por um lado, existe toda uma relação cultural com o passado, cuja total erradicação e substituição é questionável, uma vez que substituir ou introduzir um novo costume ou prática vai ter repercussões noutros hábitos e práticas.

Por outro, uma razão que dificulta esta mudança está relacionada com as relações grupais, que devem sempre ser tidas em conta. Muitas das suas crenças são normas do grupo em que estão inseridos. O que na prática significa que a mudança é facilitada se não for contrária às normas do grupo, o que nem sempre se verifica.

O ingrediente principal para esta mudança não é a discussão, mas sim a participação das populações no processo de tomada de decisão. Este revela-se capital em acelerar e, ao mesmo tempo, amortecer o impacto da mudança social, quando as normas do grupo estão envolvidas.

Outro factor que dificulta a mudança social é que muitas vezes é necessário que as pessoas aprendam novas competências, o que significa que é necessário haver um programa que dê resposta a esta necessidade.

Campanhas atrás de campanhas de desenvolvimento, implementadas nomeadamente por agências internacionais, não têm resultados positivos porque os organizadores não têm em conta estes critérios e não têm qualquer conhecimento da situação local.

O aspecto 'local' é decisivo no processo subjacente à mudança de uma comunidade. As funções da comunicação por detrás da mudança social no desenvolvimento nacional pertencem a três grupos:

1. a população deve estar informada acerca do desenvolvimento nacional: a sua atenção deve estar focada na necessidade de mudança e, se possível, as suas aspirações pessoais devem ser aumentadas;
2. deve haver oportunidade da população participar perspicazmente no processo de decisão: o diálogo deve ser alargado de modo a incluir todos os que estão a decidir mudar; o líder deve ter oportunidade de liderar e o povo de ser ouvido; as questões de mudança devem ser expostas de forma inequívoca e as alternativas discutidas; a informação deve circular em ambos os sentidos (de cima para baixo e vice-versa);
3. há competências que devem ser ensinadas: os adultos devem aprender a ler, as crianças educadas, os agricultores devem aprender técnicas mais modernas, a população em geral deve aprender mais.

Segundo Schramm estes três grupos de comunicação correspondem às três funções básicas da comunicação: *watchman*, decisor e educador (Schramm, 2001:132).

Os media ‘abrem os horizontes’, podendo funcionar como a ponte de transição entre a sociedade tradicional e moderna. Ao dirigirem a atenção para determinado tópico ou questão, os media colocam na agenda dos ouvintes novos temas que vão passar a fazer parte da comunicação interpessoal no seu dia-a-dia.

Por outro lado, têm um papel preponderante em aumentar as aspirações individuais e nacionais de um povo. Muitos países em desenvolvimento enfrentam a necessidade de afastar a população de sentimentos como o fatalismo ou resistência à mudança. Os indivíduos devem aspirar uma vida melhor e estarem dispostos a trabalhar em prol dessa modificação.

Os média podem, assim criar um clima propício ao Desenvolvimento, alargam horizontes e ajudam a criar empatias; podem focar a sua atenção nos problemas e objectivos de desenvolvimento; podem elevar aspirações pessoais e nacionais.

No entanto, não queremos com isso dizer que o aumento do número de rádios, jornais e cinemas nas comunidades menos desenvolvidas corresponda proporcionalmente ao aumento na taxa da mudança social. Estudos revelam que em vários países não foi o facto de se introduzir um programa sobre agricultura que fez com que as pessoas adoptassem novas práticas no seu dia-a-dia. No entanto, já um programa sobre o mesmo tema que incluía uma variante de perguntas e respostas acerca de aspectos práticos, aliado a um grupo de discussão enquanto fórum rural, provou ter sido bastante útil em provocar mudança de comportamentos (Dube, 1958:114-5).

3.4.1. A Construção de Identidades no processo de Mudança

Sendo que toda e qualquer identidade é construída, a edificação de identidades baseia-se na história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, na memória colectiva e fantasias pessoais, aparelhos de poder e revelações de cunho religioso. Todos estes materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam o seu significado em função de tendências sociais e projectos culturais enraizados na sua estrutura social.

A construção social da identidade ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder. Os processos de transformação social no nosso mundo frequentemente tomam a forma de fanatismo e violência que não são associar a mudanças sociais positivas.

A dança, a culinária, a música, a bandeira e a história são elementos (sistemas de representação) que conferem sentimento de união, responsáveis em transmitir características de um povo único. Mudanças na estrutura cultural de uma nação ou mesmo ao nível local e familiar, são passíveis de acontecer. Isso deve-se a vários factores e o principal deles é a pós-modernidade.

Há uma quebra do conceito de identidade desde o Iluminismo, quando o sujeito era imutável e dotado de razão; e também da identidade do sujeito sociológico em que os traços são construídos, com a vinda da modernidade, através de interações sociais.

Encontramos-nos num momento de constante mudança. É na pós-modernidade que a identidade do sujeito não se completa, ela é versátil e móvel. A pós-modernidade caracteriza-se por mudança nas artes, na ciência e na própria mentalidade social desde o término do modernismo em 1950.

Na actual era da globalização, o tempo e o espaço não têm barreiras; a informação e a comunicação evoluem rapidamente e, com isso, a oferta de identidades externas é ampliada.

Stuart Hall (2003) denomina de ‘supermercado cultural’ a possibilidade de se ter contacto com mundos e culturas diferentes. O mercado abre as suas portas e, em consequência, as próprias culturas e identidades nacionais sofrem um enfraquecimento. Ocorre, por isso, uma tendência para a homogenização cultural, o que pode originar uma crise de identidade, comum em momentos de transformação.

Assim, as trajectórias identitárias dos indivíduos constituem-se, simultaneamente, como produtoras e produto de integração, sendo, ao nível das percepções subjectivas, indicadores do grau de ajustamento e interacção do indivíduo com a sociedade onde vive.

Ao delinear o modelo da identidade social, Tajfel (1972) evidencia a importância do papel da identidade social positiva como um dos suportes individuais e inter-pessoais de integração social. Este modelo compreende três instâncias processuais (categorização social, comparação social e identidade social) que, embora distintas, se encontram intimamente relacionadas nos processos de construção da identidade social dos grupos.

Assim, numa primeira instância haveria lugar à divisão, pelos indivíduos, da realidade social em várias classes ou grupos distintos, processo que leva à formação de estereótipos sociais, por exemplo. Um segundo momento – o da comparação – é o

resultado directo da categorização e consiste na criação do endogrupo (*ingroup* ou grupo do “nós”), por oposição ao exogrupo (*outgroup* ou grupo dos “outros”). O terceiro momento – o da identificação social - implica a inclusão que o indivíduo faz dele próprio num sistema complexo de múltiplas categorizações sociais.

Um dos pressupostos básicos é o de que os indivíduos, ao identificarem-se com um determinado grupo social o fazem de uma forma positiva, ou seja, a identificação torna-se um processo de identificação social positiva e é o resultado da comparação social que o indivíduo faz entre o seu grupo (*ingroup*) e outros grupos (*outgroup*).

A formação da identidade dependerá das várias identificações dos indivíduos, definindo-se como o conhecimento que o indivíduo tem da sua pertença a determinado grupo, a qual é acompanhada de significados emocionais e avaliativos. Assim, e através dessa pertença, os indivíduos constroem uma identidade social, que define o posicionamento particular dos indivíduos no seu grupo e na sociedade.

Assim, também os média estatais são instrumentos de construção de identidades. Existe uma tendência para colocar os média do governo do lado do “inimigo” quando falamos em questões de desenvolvimento, no entanto é importante fazer a distinção entre os média que são controlados pelos governos e os média públicos, que prestam verdadeiro serviço público e que muitas vezes são os únicos locais onde a população nacional tem contacto com a sua identidade cultural, por exemplo. E tudo isso faz parte do processo de construção de uma identidade nacional.

A formação de identidades envolve processos de autoconstrução e individualização. Sobretudo os países mais fustigados por guerras, conflitos armados prolongados e dolorosos, as raízes dos povos continuam, mas estão muitas vezes enterradas com as centenas de vítimas que dali resultaram. O ‘depois’ implica reconstruir uma identidade que pode ter sido perdida ou construir uma nova identidade, muitas vezes fruto dos sinais do tempo, que deixa marcas essencialmente através da imigração e em última instância pela globalização.

3.5. Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento: os média comunitários

Apesar da definição de RC ser bastante lata, normalmente estas nascem da necessidade de uma comunidade ter um espaço de debate, um fórum onde os cidadãos sabem que se podem dirigir e colocar as suas ideias em discussão e onde podem ver respondidas algumas das suas questões.

São rádios muito direccionadas, têm um público-alvo específico e devem ser geridas pela própria comunidade. Estas rádios podem funcionar não só como locais de conservação de línguas locais, por exemplo, mas também como locais de divulgação de novas atitudes, funcionando na dupla vertente de conservação das tradições e, ao mesmo tempo, de impulsionador do Desenvolvimento.

Isto faz com que sejam um grande espaço de debate público (local), onde se pode promover a cidadania e a democracia, onde as populações se sentem mais próximas, com maior poder de participação – e ao mesmo tempo dão ‘poder’ (*Empowerment*) àqueles que, na sociedade como um todo, não têm ou sentem que o não têm.

A partir dos anos 50, a constituição de RC tornou-se cada vez mais comum, nomeadamente em países em desenvolvimento. Erradicadas no continente Africano, passando pela América Latina à Ásia, é um fenómeno que assenta nos princípios acima enunciados: um meio de comunicação da comunidade e para a comunidade, que utiliza a comunicação participativa como ferramenta para gerar mudança social, ao mesmo tempo que facilita o DL através do *Empowerment* dos elementos da comunidade ouvinte.

A capacitação humana é assegurada através de uma participação da comunidade na elaboração da grelha de programação, sendo que os programas emitidos vão ao encontro das necessidades identificadas pela comunidade. É através dos conteúdos veiculados por estes média que se operam mudança de comportamentos e atitudes, não só a nível individual, como também a nível dos grupos da sociedade.

Indivíduos mais formados e informados são cidadãos mais participativos e capazes de fazer escolhas e discutir o futuro do seu país. Está assim facilitada uma cidadania activa da população (em oposição a uma massa amorfa) que, em última análise, vai permitir que os novos países se ergam com base em sistemas democráticos mais coesos.

O Quebeque, em primeiro lugar, depois a Bélgica, inauguraram um processo de descentralização do seu dispositivo audiovisual. Rádios e Televisões Comunitárias do

Quebeque serviam, nos anos setenta, de ponto de referência para os numerosos grupos que defendiam a revisão do monopólio público das ondas.

A constante busca do ‘comunitário’ e do ‘local’ como ponto de ancoragem para a criação de uma identidade e de um espaço de cobertura do média dito alternativo, recorda que a democracia não se encontra necessariamente onde se diz.

O média local tem, assim, um papel insubstituível a desempenhar. Mas este papel não pode limitar-se à descrição dos factos e problemas locais que ignorem os ‘grandes’ meios de informação. Não se pode tratar a aldeia ou o bairro como uma ilha isolada do resto do mundo.

Sob a égide da UNESCO, foram realizadas em África, Ásia e América Latina um conjunto de conferências intergovernamentais de carácter regional sobre o tema das Políticas de Comunicação. No encontro que teve lugar em 1976, os participantes da Costa Rica sabiam ser necessário encontrar formas políticas que ajudassem o cidadão a enfrentar, por um lado, a arbitrariedade do Estado e, por outro, a falta de visão do mercado. As propostas de associar os cidadãos – especialmente através de conselhos representativos da pluralidade nacional – na reflexão sobre o lugar dos media no Desenvolvimento social caíram por terra, mesmo em países onde as autoridades governamentais tinham defendido uma reestruturação democrática dos meios de comunicação.

Nos países em desenvolvimento existem poucas instituições de investigação que garantam uma autonomia suficiente aos média comunitários. As razões para tal prendem-se com a falta de recursos económicos, falta de recursos humanos suficientemente formados, dependência política, em certos casos, das instituições em relação aos governos e mesmo censura ou controlo ideológico da investigação; influência das fundações, dos governos e das instituições que apadrinham a pesquisa.

Secção 4. As Rádios Comunitárias em Timor-Leste – Um exercício de liberdade e democracia?

4.1. Breve caracterização da mais recente nação do mundo

Timor Lorosae ou Timor do Sol Nascente situa-se na parte leste da ilha de Timor, a mais oriental das ilhas Sunda Menores. É cercada a oeste pela província indonésia de Nusa Tenggara Timur. A norte encontra-se o mar de Savu e o estreito de Wetar. A sul, 500 quilómetros através do Mar de Timor, encontra-se a Austrália. Também faz parte do território de Timor-Leste o enclave de Oecussi, na parte ocidental da ilha, assim como as ilhas de Ataúro e de Jaco, perfazendo um total de 14,919 Km².

Figura 1 – Mapa de Timor-Leste



Fonte: The World Factbook, 2008

O relevo de Timor é caracterizado essencialmente por montes e montanhas que constituem uma massa de cordilheiras aguçadas e vales enrugados.

Devido ao relevo e às deficientes vias de comunicação, as deslocções em Timor-Leste são morosas e difíceis. Como nos refere, em entrevista, Fellici Dindo, representante da Cruz Vermelha,

“Timor é pequena mas com muita diversidade, há lugares que estão a 150 km de Dili, aos quais se demora um dia e meio a chegar.”

Em grande parte é graças aos seus esforços que o povo timorense sobreviveu a séculos de ocupação colonial, ultrapassou a ocupação indonésia e tornou-se independente depois de muito sofrimento e sacrifício. Dadas as circunstâncias, foi sendo possível realizar recenseamentos da população e conhecer com exactidão a realidade demográfica do país. De igual forma, muitos dos dados estatísticos existentes não permitem uma análise longitudinal por terem sido realizados por entidades diferentes ou simplesmente utilizando metodologias diversas.

Timor-Leste é o país mais pobre da região onde se insere. O PIB¹⁵ *per capita* anual era, antes dos incidentes de 1999, de 380 dólares, sendo que em 2005 não havia ainda recuperado esse valor. O decréscimo da ajuda internacional entre 2002 e 2004 está também associado a uma contracção no PIB nacional nesse período.

Quadro 3 – Indicadores Macro-económicos de Timor-Leste

	1995	1998	1999	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ¹⁶
PIB (milhões de USD)	315	380	270	385	338	440	370	370	370	2.215
PIB excepto petróleo. Estimativas BIDE Out 204 (milhões de USD)				368	336	331	326			
PIB Per Capita (milhões de USD)	Censo/04 374	Censo/04 424	Censo/04 337	Censo/04 478	383	Censo/04 366	Censo/04 350			
Taxa de Variação do PIB real				Censo/04 17%	Censo/04 -6,2%	Censo/04 0,4%	Censo/04 2,3%			
Taxa de crescimento do PIB (%)			-35%	16,5%	-6,2%	1,8%				4,7
Taxa de inflação .			140%	0%	4,1%	1,8%	0,9%			

Fonte: PNUD; Registo Civil TL; CIA; CENSO 1990/2004; Nações Unidas

¹⁵ PIB – Produto Interno Bruto.

¹⁶ CIA, The World Factbook.

A estrutura do PIB *per capita* timorense apresenta uma baixa incidência no **sector agrícola** - 3% em 1995 e 3,5% em 2005, sendo que a área irrigável total do país era em 2003 de apenas 1,065 km² e a área arável correspondia a 8,2% do total do território nacional - o que antevê uma grande dependência da importação de alimentos. A situação é mais grave se cruzarmos os indicadores económicos com os indicadores sociais e verificarmos que 73% da mão-de-obra nacional se concentra no sector agrícola, responsável por apenas 3,5% do PIB *per capita* nacional.

Em grande parte por influência dos doadores internacionais, a aposta na agricultura em Timor-Leste foi a de transformar colheitas de subsistência em colheitas orientadas para a exportação. Esta estratégia revelou-se nociva, dado que com a baixa de preços dos produtos agrícolas nos mercados internacionais (nomeadamente o preço do café), todo o território nacional sofreu com uma ausência crónica de alimentos desde 2005.

No entanto, nos últimos anos a população de Timor-Leste assistiu a grandes avanços, nomeadamente a **nível demográfico**. Devido à estabilidade política, muitos timorenses puderam regressar ao seu país, tendo a população aumentado em 134.000 pessoas entre 1999 e 2004. Em 2008 (de acordo com os dados da CIA) a população do país era de 1,131,612 de habitantes. É de realçar que o rácio de dependência desta população é ainda de 93%, o que se revela um forte constrangimento para uma nação em desenvolvimento, cujo sistema de Segurança Social não está ainda em pleno funcionamento e que necessita de mão-de-obra para a sua reconstrução.

Estas acepções são confirmadas pelo Relatório da CIA de 2008, onde podemos verificar que os principais produtos exportados por Timor-Leste são o café, o sândalo e a pedra mármore, tendo como principais mercados os Estados Unidos, Alemanha, Portugal, Austrália e Indonésia. Os principais produtos importados são a gasolina, alimentos, querosene e máquinas, sendo os seus grandes parceiros comerciais a Indonésia, Singapura, Austrália, Japão, Vietname, China, Portugal e Tailândia (segundo dados de 2007). O número de importações é incomparavelmente superior ao volume de exportações.

Em Timor-Leste, os níveis de **nutrição** são baixos, donde resulta que mais de metade das crianças tenham um peso inferior ao devido. Muitas casas nas zonas rurais têm escassez de alimentos entre os meses de Novembro e Fevereiro e, actualmente, 64% da população sofre de insegurança alimentar. Este fenómeno resulta, em parte dos baixos níveis de produção de alimentos, em consequência de terrenos pobres e também dos

baixos níveis de tecnologia em geral, combinado com grandes perdas de safras de milho.

Em 2007, o Programa Mundial de Alimentos da ONU (PMA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), pedem ajuda internacional para reduzir a fome que afectava cerca de 200 mil pessoas em Timor-Leste. A acrescentar à débil agricultura de subsistência, ao deficit de *stock* de produtos alimentares, aos elevados preços dos mesmos e à dependência das importações, o país sofreu nesta altura uma seca severa que destruiu 30% da produção de milho e 20% da produção de arroz. As áreas mais afectadas são o litoral norte e o leste, sendo que as populações mais prejudicadas são as mais vulneráveis, isto é, menores, mulheres grávidas e lactentes.

Quadro 4 – Principais Indicadores Demográficos

	1990	1999	2001	2004	2006 ¹⁷	2007	2008
População e nº de habitantes		PNUD e Registo Civil 790,000	790,000	Censo 924,000		1,115,000	CIA 1,131,612
População refugiada/deslocada						CIA 100,000	
População dos 0-14 anos de idade (%)		61,5	62,1	49%			
População 15-64 anos de idade (%)		54,8	51,9	49%			
População + 65 anos de idade (%)		1,7	2,8	2%			
Rácio de dependência (população com <15 e >65 em proporção com a população com 15-64)		82%	93%	93%			
População Urbana (%) ¹⁸	Censo 7,8	6,0	Inquérito às Famílias 23,5	Censo 26			CIA 27

¹⁷ Relatório de Perspectivas da População Mundial das Nações Unidas, para o período de 2005-2010.

¹⁸ Os dados não são comparáveis por diferenças na metodologia; dado que o último censo se realizou em 2004, é muito difícil encontrar estatísticas recentes para preenchimento de todas as tabelas apresentadas.

Dimensão média das famílias, incluindo pessoas que vivem sozinhas (n°.)		4,7	5,1	4,7			
Esperança de vida à nascença		56 anos	57 anos M:60; F:59	57,4 anos	60,8 anos M:60,0; F:61,7		
Taxa de Natalidade							CIA
							26,77 por mil
							26,25 por mil
Taxa de Mortalidade Infantil		86 por mil nados vivos	86 por mil nados vivos	80 por mil nados vivos	55 por mil	97 por mil	
Taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos		159 por mil	144 por mil	136 por mil			

Fonte: PNUD; Registo Civil TL; CIA; CENSO 1990/2004; Nações Unidas

A taxa de natalidade é de 26,77 o que coloca Timor-Leste em 64º lugar do ranking mundial da ONU.

A esperança média de vida à nascença passou de 57 anos em 2001, para 60,8 anos em 2006, o que coloca Timor na 150ª posição mundial, à frente de outras ex-colónias portuguesas fustigadas pela guerra e/ou pela elevada incidência de infecções derivadas do HIV/SIDA, como são o caso da Guiné Bissau (184ª, 46,4 anos), Angola (190ª, 42,7 anos) e Moçambique (194ª, 42,1 anos). Em Timor-Leste, os dados relativos à prevalência de infecção e morte por HIV/SIDA não são ainda conhecidos.

As doenças infecciosas mais comuns são as contaminações bacteriológicas por alimentos e/ou água, como a diarreia, hepatite A e febre tifóide, seguidas de malária e dengue.

Tal como é comum nos países em desenvolvimento, há uma tendência crescente para a concentração populacional nas cidades. A população urbana tem vindo a aumentar e, de acordo com a CIA, a taxa de urbanização é de 5% ao ano entre 2005 e 2010. Esta informação confere aos poderes públicos nacionais uma dupla responsabilidade, tanto ao nível da criação de condições para estancar a saída das zonas rurais, como ao nível da criação de melhores condições de vida para as populações urbanas.

Um dos dados mais preocupantes dos últimos anos, refere-se à taxa de mortalidade infantil. De acordo com o relatório anual sobre a situação das crianças no mundo da Agência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o número de crianças que não atingem os cinco anos de idade passou de 5,5% em 2006, para 9,7% em 2007. Em apenas um ano, Timor-Leste, subiu 26 posições no *ranking* da mortalidade infantil, ocupando actualmente o 39º lugar (o *ranking* tem indicadores de 194 países e territórios classificados em ordem decrescente da sua taxa de mortalidade, sendo que os países mais acima na lista são os que apresentam piores resultados).

Segundo a mesma fonte, em Timor-Leste, 12% das crianças nascem com baixo peso. Em 2007, nasceram 48 mil crianças, sendo que destas 7% tem probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade. Apenas 53% das crianças estão registadas (Agência Lusa, 16/01/09).

Se analisarmos as estatísticas apresentadas no *World Factbook* de 2008 (CIA) verificamos que a taxa de mortalidade infantil é apresentada como tendo sofrido um decréscimo entre 2007 e 2008.

Quadro 5 – Taxa de Mortalidade infantil 2003-2008

	Taxa de mortalidade Infantil	Mudança Percentual
2003	50,47	
2004	47,41	-6,06%
2005	47,41	-0,00%
2006	45,89	-3,21%
2007	44,46	-3,12%
2008	41,98	-5,58%

Fonte: CIA, World Factbook, 2008

Quadro 6 – Indicadores Sociais

	1990	1999	2001	2003	2004	2006	2007
Desempregados que procuram emprego (RHD TL)		Mulheres: 8,3%	7,8%		Mulheres: 5,4%		
		Homens: 3,9%			Homens: 8,3%		
Estrutura do emprego		Agricultura: 72%	Agricultura: 82%		Agricultura: 70%		
		Indústria: 7%	Indústria: 4%		Indústria: 2%		
		Serviços: 22%	Serviços: 14%		Serviços: 28%		
% de Famílias que vivem abaixo da Linha nacional de Pobreza			40	42			
Desemprego nos jovens		15,6%	15%		23,1%		
Taxa de alfabetização de Adultos		40,6%	43%		50,1%		

Fonte: PNUD; Registo Civil TL; CIA; CENSO 1990/2004; Nações Unidas

Em 2001, a proporção de população que vivia abaixo da linha de pobreza era de cerca de 40%. A pobreza é mais acentuada nas zonas rurais (46%) do que nas urbanas (26%). No entanto também existem contrastes entre as diferentes zonas urbanas, apresentando valores mais baixos em Díli e Baucau (14%) e mais elevados nos outros locais. Viúvas e órfãos da resistência, veteranos e antigas crianças soldado também figuram entre os mais pobres

Muito poucas pessoas tiveram uma **Educação** adequada, sendo que mais de metade da população é analfabeta. Em 2004 as taxas de alfabetização adulta eram apenas de 50,1% - 56,3% de homens e 43,9% de mulheres. Em famílias carenciadas, entre 10 e 30% das crianças em idade escolar, trabalham e não frequentam a escola. Menos de metade das crianças que frequentam a escola primária completam 6 anos de educação.

É mais comum as meninas desistirem da escola dos que os rapazes e cerca de dois terços das mulheres entre os 15 e os 60 anos são analfabetas. Menos de metade dos homens na mesma faixa etária é que não sabem ler nem escrever.

As mulheres representam também um grupo vulnerável. Apesar de já terem mais acesso a informações sobre saúde reprodutiva, muitas têm ainda falta de acesso aos serviços de planeamento familiar. As mulheres timorenses têm altas taxas de fertilidade e muitas morrem ao dar à luz – a taxa de mortalidade materna é de mais de 8%.

A discriminação de que são alvo as mulheres estende-se ao mundo laboral, sendo menos provável que estas integrem a força de trabalho formal. O nível de discriminação contra as mulheres é medido pelo **Índice de Desenvolvimento do Género**, que mostra uma ligeira melhoria desde 2001, nomeadamente devido a um aumento dos rendimentos das mulheres. No entanto, as mulheres continuam a ser sujeitas a violência doméstica, assédio sexual no local de trabalho, violações e outras formas de maus-tratos.

O compasso lento de melhoria nas áreas da educação e saúde tem sido registado pelo **Índice de Desenvolvimento Humano (HDI)** de Timor-Leste. O HDI subiu durante os anos 90, mas depois diminuiu drasticamente em 1999, em resultado da destruição e das deslocações durante o período do referendo. Apesar de se registar uma ligeira subida nos últimos anos, o HDI de Timor continua a ser o mais baixo dos países ASEAN¹⁹.

Um obstáculo significativo ao aumento dos níveis de desenvolvimento humano é o estado em que se encontram as infra-estruturas do país. Timor-Leste tem uma rede razoável de estradas principais, mas as estradas secundárias e caminhos são dificilmente transitáveis e durante a estação das chuvas muitos dos *sucos*²⁰ ficam isolados.

O abastecimento de energia eléctrica é instável. Os serviços funcionam razoavelmente nas zonas urbanas, abrangendo 92% das casas em Díli e Baucau, mas apenas chegam a 10% das zonas rurais. Inclusive, nos últimos anos a proporção de residentes rurais com acesso à electricidade, diminuiu. A população que vive fora dos grandes centros urbanos também se confronta com serviços de telecomunicações muito limitados.

A maioria do povo timorense encontra-se muito dependente do estado de conservação do meio ambiente, que se tem vindo a deteriorar rapidamente. Agricultura agressiva com muitas queimadas, juntamente com décadas de fogos florestais e fluxos de água rápidos, lavaram o solo, empobrecendo-o. Por outro lado, apesar da madeira para combustível constituir a maior fonte de energia nas zonas rurais, queimadas ineficientes em cozinhas pouco ventiladas revelam-se um factor potencial de doenças respiratórias.

¹⁹ ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático.

²⁰ Sucos são as pequenas aldeias tradicionais timorenses, espalhadas por território nacional.

Progredir no desenvolvimento humano de Timor-Leste também significará iniciar um novo caminho económico, tornando a agricultura mais produtiva e desenvolvendo novas oportunidades, incluindo o turismo e a produção de petróleo e gás. Mas os planos de desenvolvimento económico terão de se concentrar na obtenção de benefícios efectivos para a população de Timor-Leste. A devastação de 1999, que causou um enorme sofrimento humano, destruiu profundamente a infra-estrutura económica e social do país.

Na altura, a UNTAET²¹ ajudou a repor a lei e a ordem, o que, em conjunto com o apoio internacional, assistiu ao ressurgimento económico dos últimos anos. Um dos maiores surtos de crescimento foi sentido em Díli, como resultado da construção de casas e consumo de bens específicos para a comunidade internacional. Mas este crescimento foi temporário, pois com a retirada da ONU, o crescimento diminuiu.

Para garantir um crescimento mais estável, é necessário haver um investimento substancial para melhorar as infra-estruturas, criar capacitação quer das instituições, quer dos sectores público e privado, de modo a criar um ambiente regulador, transparente e estável das actividades. Assim, urge apostar essencialmente em áreas como a Educação, Saúde e Capacitação.

Uma vez que a agricultura emprega cerca de três quartos da força de trabalho, importa apoiar os agricultores a melhorar as culturas quer de subsistência, quer de rendimento. Quaisquer planos para o desenvolvimento agrícola devem ser encarados como parte de uma estratégia global para o desenvolvimento rural.

A prioridade deve ser a de proporcionar às comunidades mais pobres a possibilidade de assegurarem a sua segurança alimentar e aliviarem a pobreza, reduzindo a sua vulnerabilidade face aos choques climáticos e económicos. Enquanto que a principal prioridade é assegurar a produção de bens alimentares, importa maximizar o potencial de culturas geradoras de rendimentos, como o caso do coco, cacau, caju e baunilha. Mas a mais importante fonte de rendimento e de divisas estrangeiras continua a ser o café.

Timor-Leste tem um grande potencial no sector das pescas. Cerca de 10 mil famílias dependem, pelo menos parcialmente, da pesca. A principal fraqueza desta actividade é a falta de definição de zonas de pesca com fronteiras internacionalmente reconhecidas. A

²¹ United Nations Transitional Administration in East Timor.

estratégia de desenvolvimento piscícola deve procurar a sustentabilidade e a protecção dos interesses das comunidades de pescadores tradicionais.

Durante o período indonésio os turistas eram desencorajados a visitar Timor devido à violência e à incerteza política. No entanto, o país tem muitas atracções e mesmo em clima de paz os obstáculos a uma indústria turística forte persistem, incluindo a escassez de alojamento adequado, a falta de profissionais qualificados e, sobretudo, a insuficiência das infra-estruturas, incluindo ligações aéreas internacionais e terrestres.

Quando Timor-Leste votou a favor da independência, a UNTAET e os líderes timorenses renegociaram com a Austrália o tratado de exploração do Mar de Timor. Este acordo é-lhes bastante favorável, uma vez que 90% das receitas fiscais da produção da Área de Desenvolvimento Conjunta de Petróleo, destinam-se a Timor. A forma como as receitas do petróleo e gás serão aplicadas no futuro, é ao mesmo tempo determinante e uma das maiores incógnitas da actualidade.

Dada a baixa taxa de poupança e o limitado nível de experiência empresarial, muito do estímulo para o desenvolvimento económico e humano através do sector formal terá de ser baseado no Investimento Directo Estrangeiro (*IDE*). O IDE pode não só estimular a produtividade, mas também alargar o potencial dos recursos humanos, ao permitir aos timorenses adquirirem formação e experiência trabalhando em empresas estrangeiras.

Depois da colonização e da fase de transição, Timor-Leste transformou-se num mini mundo, onde os timorenses se encontram com imigrantes africanos, latinos, chineses, entre outros. Existe o receio de que a identidade timorense esteja um pouco perdida, fruto de uma nova condição baseada na diversidade. Encontrar-se-á Timor à procura de uma nova identidade?

Esta é uma das preocupações da recente democracia. Com a entrada de imigrantes no país não são apenas as divisas que aumentam; há nomeadamente um grande choque de culturas, mas na opinião do Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública, Virgílio Guterres, “*não temos como travar estas ondas, o mais importante é estarmos preparados para aceitar, saber lidar com isso*”. Para mudar de mentalidade é preciso tempo e a esperança é depositada na nova geração: “*durante muito tempo Timor foi isolado de certas informações globais e a maioria das pessoas são católicas, a mentalidade é fechada*”, diz ainda Virgílio Guterres.

4.1.1. A intervenção do Estado e do 3º Sector em Timor Leste

Timor-Leste está dividido em 13 distritos e 65 sub-distritos baseados nas divisões herdadas das administrações portuguesa e indonésia. A Constituição Nacional estabelece a importância da descentralização mas, pelo menos nestes primeiros anos, será difícil desenvolver muita da autoridade central às regiões. Assim, a descentralização poderá tomar a forma de desconcentração à medida que os departamentos centrais (como a educação, saúde, agricultura, habitação, água e saneamento básico) estabeleçam escritórios regionais para fornecer serviços básicos locais.

O governo indonésio mostrou-se sempre relutante em autorizar o crescimento de organizações autónomas, no entanto, a independência de Timor-Leste é o culminar de uma longa luta contra o colonialismo, levada a cabo por diversos grupos da sociedade civil, tais como organizações da comunidade, grupos religiosos, estudantis e outros.

Algumas das instituições mais eficientes neste movimento pró-independência encontravam-se ligadas à Igreja Católica. Movimentos de jovens e de estudantes também se mostraram muito activos, arriscando a sua própria vida. Um desenvolvimento importante ocorrido em 1998 foi a criação do 'Fórum das ONG' (*Organizações não Governamentais*) em Timor-Leste, que mais tarde se transformou na Plataforma das ONG, com 77 membros nacionais e 33 internacionais.

Na era democrática todas as Organizações da Sociedade Civil (*OSC*) têm de se adaptar às novas e diferentes circunstâncias e construir novas relações, tanto com o Estado, como com as organizações congéneres nacionais e internacionais.

As OSC devem trabalhar em estreita parceria, pois muitos dos obstáculos e armadilhas potenciais podem ser evitados quando estão assegurados canais abertos de comunicação no interior e entre as organizações. E ainda mais importante, as OSC devem comunicar de perto com as comunidades pelas quais existem e com as quais trabalham.

Nesta fase de reconstrução, ainda existem muitas organizações internacionais com forte representação no país. Sendo que a maioria dos doadores oficiais preferem canalizar pelo menos parte dos seus fundos directa ou indirectamente para as ONG, é importante o estabelecimento de relações cordiais com as organizações internacionais.

As OSC em Timor-Leste estão a actuar em diferentes áreas, seja como arquitectos do desenvolvimento, a trabalhar em parceria construtiva com o governo; seja na área da

advocacia, influenciando as acções de diversos actores; na monitorização, assegurando que o governo, o sector privado e as organizações internacionais mantêm padrões elevados na sua acção; a nível dos serviços, por exemplo, na saúde, habitação e educação, preenchendo lacunas deixadas pelo governo ou complementando-as, como é o caso da educação não formal; na informação, desempenhando um papel importante no fornecimento de informação e no estímulo ao debate, ocupando uma posição intermédia entre o governo e as comunidades locais.

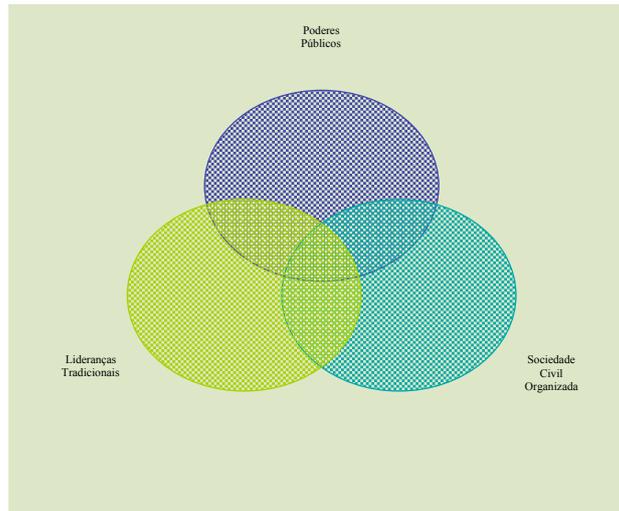
Estas instituições devem, por um lado, pressionar o governo a tomar medidas sobre assuntos prementes, mas, simultaneamente, devem também procurar maximizar a participação pública na construção e funcionamento da democracia.

Nos primeiros anos de independência o povo de Timor-Leste dependeu bastante da competência e da capacidade dos serviços governamentais. Qualquer falha destes serviços representa, ainda hoje, um sério obstáculo ao progresso do desenvolvimento humano. Apesar de, em muitos aspectos, Timor se encontrar a construir uma administração pública de raiz, também carrega a herança das estruturas e ética do passado colonial.

A estrutura indonésia era autocrática, o que na perspectiva do desenvolvimento humano, criou uma função pública com fraquezas graves. Excesso de pessoal, uma complexa forma de administração e uma cultura de dependência que deixou a população com baixa confiança, limitando-se a esperar por ordens superiores. Esta estrutura também incentivou a corrupção a todos os níveis.

À herança da estrutura indonésia, acrescem 25 anos de resistência e, mais recentemente, a forma de trabalhar da administração da ONU. O que, de acordo com as conclusões do relatório “Media and People in East Timor” (INDE, 2002), pode conduzir os líderes timorenses a ignorar conceitos como os de “*opinião pública*”, “*governança*”, “*democracia local*” ou, simplesmente, a contornar a necessidade de transparência na tomada de decisões.

Neste contexto, urge a criação de programas de formação que permitam motivar e capacitar tanto os líderes nacionais e locais como as OSC – incluindo os média em geral e os média comunitários, em particular – onde se trabalhem os temas supracitados e o equilíbrios nas relação entre poderes públicos, lideranças tradicionais e a sociedade civil organizada.

Figura 2 – Sistema tripartido de negociação

Fonte: Realizado com base na reflexão sobre o sistema de negociação e poder em Timor-Leste.

Sem a harmonização das três componentes deste sistema dinâmico, não será possível superar o défice democrático, alcançar os índices desejáveis de desenvolvimento humano e incorporar de forma efectiva, positiva e sustentável um quarto actor de extrema importância para a reconstrução do país: a ajuda internacional.

As ONG internacionais presentes no país apostam em projectos de base comunitária, pois acreditam que é através da formação da população local que se responde às necessidades locais e que este é um instrumento valioso para evitar que os media contribuam para o aumento do conflito.

Recrutar e dar formação a formadores locais pode, a longo prazo, contribuir para a capacitação do média comunitário, adaptado às condições específicas em que se insere. Para trabalhar eficazmente com os média comunitários é necessário ter uma atitude pragmática no sentido em que estes devem ser utilizados não para difundir moralismos ou valores, mas para fomentar consensos e multiplicidade de opiniões.

Relativamente à ajuda internacional e ao conceito de desenvolvimento subjacente a estas intervenções, urge questionar se a perspectiva de desenvolvimento veiculada pelas organizações internacionais é partilhada pelo Governo e sociedade civil timorenses.

No que respeita aos princípios de desenvolvimento preconizados pelo Governo Timorense, estes têm por base o Plano de Desenvolvimento Nacional elaborado e

aprovado em 2002. Neste plano, a ser implementado por todos os intervenientes do diagrama (apresentado na Figura 2) e pelos doadores internacionais (que devem, de acordo com a Carta de Roma, conciliar os seus projectos com os objectivos dos Estados onde é feita a intervenção), o Governo timorense traça como objectivos até 2020:

- Ser um país democrático, com uma cultura tradicional vibrante e um ambiente sustentável;
- Construir uma sociedade próspera com comida e roupa adequada, para todos;
- As comunidades viverão em segurança, sem discriminação;
- As pessoas serão letradas, com capacidades e perícias. Serão saudáveis e terão uma esperança de vida longa. Serão participantes activas no desenvolvimento social, político e económico promovendo a igualdade social e a unidade nacional;
- As populações não estarão mais isoladas porque haverá boas estradas, transportes, electricidade, comunicações entre as cidades e aldeias, em todas as regiões do país;
- A produção e o emprego crescerá em todos os sectores;
- Serão proporcionadas, a todos os timorenses, boas condições de vida e acesso a bens e serviços;
- Os padrões de vida e os serviços irão melhorar para todos os timorenses e o rendimento será distribuído de um modo justo e equitativo;
- Os preços serão estáveis, e o fornecimento da alimentação constante, com base numa boa gestão e numa utilização sustentável dos recursos naturais;
- A economia e as finanças do Estado serão geridas de forma eficiente, transparente e livre de corrupção;
- O Estado cumprirá a lei. Governo, sector privado, sociedade civil e líderes das comunidades serão responsáveis por todos os que são eleitos ou escolhidos.

4.2. Media Comunitários em Timor-Leste

Apesar de ter sido palco de uma onda de destruição em 1999, à qual não saíram incólumes as instalações indonésias de televisão por satélite e o único jornal diário existente (Suara Timor Timor), Timor-Leste não tem historial de liberdade de imprensa ou de acesso a uma informação livre.

Uma das principais alterações verificadas no país em termos de comunicação, é a expansão da Internet. Em 2008 eram já 285 os postos de Internet (públicos e privados) em funcionamento no país em 2006 Timor contava com 1200 utilizadores.

Num contexto nacional de extrema pobreza, associado a uma baixa densidade populacional, não se enquadra a criação de média comerciais independentes. De forma a contornar esta situação, a maioria das entidades que actualmente operam no país receberam ou recebem apoio de doadores, seja sob a forma de financiamento directo ou de equipamento e/ou formação. Este cenário impõem-se como fundamental para a sustentabilidade dos média no país, mesmo a médio e longo prazo.

Ainda devido a condicionalismos existentes num contexto de pós-conflito, poucos são os jornalistas cujo trabalho se realiza a tempo inteiro e com direito a um pagamento mensal.

De forma a garantir a independência e responsabilização dos média e a reforçar o processo democrático, têm sido feitos esforços tanto para a formação dos profissionais do ramo – incluindo uma fonte componente deontológica – como para a criação e consolidação de organizações profissionais e sindicatos. O objectivo é ampliar as possibilidades quer de independência dos profissionais face a doadores e/ou líderes locais, quer de sustentabilidade, a longo prazo, dos projectos com apoio internacional.

No entanto, o panorama actual dos média em Timor-Leste é, apesar das dificuldades, animador. A Rádio Timor-Leste (anterior UNTAET) transmite para os treze distritos informações e notícias de carácter nacional e internacional em quatro línguas: inglês, tétum, português e bahasa indonésio; enquanto que o canal televisivo, Televisão Timor Lorosae (TVTL) transmite em directo para a capital, Díli e em diferido para Baucau.

A nível da imprensa escrita, existem dois jornais diários, duas revisas semanais e algumas pequenas publicações nos distritos, todos eles livres. Para além disso, existem três pequenos títulos a nível local: *Tolas*, o único média local de Oecussi; *Lian Belaka*, publicado por um grupo de professores em Manufahe e *Kuda Ulun*, publicado em Maliana. São impressos apenas umas centenas de exemplares destes títulos em fotocopiadoras e computadores doados para o efeito, uma situação tão dispendiosa como irregular devido às dificuldades inerentes ao acesso à electricidade nos distritos.

Estabelecidos os contactos com a Rádio Timor-Leste e a TVTL, através de entrevistas no âmbito da redacção do documento sobre as RC e média em Timor-Leste, é possível

aferir das dificuldades de comunicação entre os média e a administração pública nacional, sendo que ainda existe falta de discussão e clarificação sobre questões de suma importância como as políticas de regulação da comunicação social.

Nos últimos anos assiste-se à criação de novos meios de comunicação comunitários em vários distritos timorenses, difundindo as informações locais que, pela geografia do país são, à partida, inacessíveis a outros meios de comunicação.

São inúmeras as ONG que publicam *newsletters* cujo objectivo é, tal como acontece com outros médias comunitários, manter a população local informada sobre o contexto onde se insere, aumentando assim a sua capacidade de decisão e participação.

Num período de reconstrução como o que Timor-Leste está a viver, importa manter a opinião pública informada e envolvida nos processos de discussão e tomada de decisão. São os média comunitários que favorecem essa difusão de notícias, ao mesmo tempo que geram um sentido de pertença e de proximidade únicos.

Em termos de media comunitários, as RC são o meio por excelência em Timor-Leste, constituindo um movimento que tem ganho crescente relevância social e política.

Apesar de o seu surgimento ser anterior a qualquer legislação e/ou estrutura de suporte, a sua crescente importância no território timorense levou à mobilização da sociedade civil e de poderes políticos nesse sentido:

“o funcionamento e existência da RC é anterior à lei, tinha começado no ano 2000, quando não havia qualquer lei sobre a difusão. Foi a APHEDA²² que começou com estas rádios, depois veio o Banco Mundial com o seu projecto de ‘Community Empowerment Project’, que está também ligado ao estabelecimento da RC. Eles já estabeleceram um centro para coordenar as RC, uma rede coordenadora aqui em Díli – CRC – Community Radio Centre.” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

A iniciativa para a constituição de uma RC tem sido motivo de debate entre técnicos especializados dado que, na sua génese, uma RC deve partir das necessidades da comunidade em que se insere e não do impulso de uma força exógena (uma ONG

²² ONG Australiana a trabalhar em Timor-Leste.

internacional, por exemplo). Anita Sares, técnica da OIT com actuação na Guiné-Bissau, corrobora esta questão:

“Na concepção de rádio comunitária (...) esta não se enquadra, porque foi uma rádio vinda de fora, foi uma organização externa que achou interessante, até porque a comunidade não tinha capacidade financeira para suportar esse investimento.” (Anita Sares, OIT)

No entanto, em países em que os movimentos comunitários são ainda incipientes pela ordem de factores já aqui apresentada, organizações internacionais como a INDE, quando decidem trabalhar no terreno, optam por se focar em todas aquelas que se auto-definem como RC. Desta forma, também a autora do presente estudo, na época da pesquisa a exercer funções na INDE, efectuou a mesma delimitação considerando como RC timorenses as quatro estações com sede em Dili - Rádio Falintil/Voz de Esperança; Rádio Timor Kmanek; Rádio Rakambia; Rádio Loriko Lian; e três localizadas em outros distritos: Rádio Tokodede em Liquiça; Rádio Comunidade Maliana, no distrito de Bobonaro; e a Rádio Comunidade Lospalos, em Lautém.

Assim sendo, as RC são aqui entendidas pelo processo activo de participação da comunidade em criar notícias, informações, entretenimento e material culturalmente relevante, colocando a ênfase nas questões locais e suas preocupações.

Em Timor-Leste, as RC são entendidas como a ‘antecâmara’ de uma maior difusão de meios de comunicação no território timorense. Cabe às RC o papel de ajudar a enfrentar e aceitar as ondas de globalização e de informação que começam a entrar no país.

“nós já podemos entrar logo para a era da internet, do satélite, dar um salto quantitativo, mas estamos em fase de preparação, fazendo espalhar os meios de comunicação para todos os sítios para as pessoas poderem participar e estarem preparadas para aceitar, para enfrentar estas ondas de globalização, de informação. Esta é uma das preocupações (...) há um grande choque de culturas, mas a certa altura não temos como travar estas ondas, o que interessa é preparar para aceitar, saber lidar com isso. Mas para isto vai ser preciso muito tempo... a minha esperança é a nova geração para esta mudança de mentalidade (...) durante muito tempo Timor

foi isolado de certas informações globais.” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

De facto, a abertura de novas RC nos distritos permitiu emitir para locais que, pela sua geografia, são à partida excluídos.

Como nos diz o anterior representante da Cruz Vermelha em Timor,

“(...) há um problema de comunicações generalizado e que vai levar anos a resolver e por isso a rádio neste tipo de situação tem uma importância gigantesca” (Fellici Dindi, Cruz Vermelha)

Virgílio Guterres, também salienta a importância das RC para a difusão de informação num território no qual, pelas suas condições geográficas, a circulação é difícil:

“a condição geográfica de Timor, muito montanhoso, dificulta a circulação, o acesso de transportes rodoviário; o que podemos fazer melhor é transmitir informações por frequência da rádio.” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

O papel das RC no fomento da participação e na construção da democracia é, de acordo com os entrevistados, inegável:

“Se as pessoas estiveram incentivadas, colaborarem, participarem, se os jovens se interessam por saber o que se passa e por informar os outros sobre o que se passa, estão a tomar consciência da realidade à volta deles e que podem, através da acção deles ou da informação, tentar modificar alguma coisa: um hábito de participação, uma questão de inserção da sociedade civil...nesse sentido a rádio pode funcionar como mais um elemento para a democracia no sentido da participação das pessoas....” (Anita Sares, OIT)

No entanto, a importância que as populações reconhecem à RC não é imediata. É necessário que lhes seja explicado qual o papel que esta pode desempenhar nas suas vidas. Para tal, segundo Virgílio Guterres, é necessário tempo e diversificação das formas de abordagem da população:

“Vem do nome, a RC é propriedade da comunidade. Para encorajar a comunidade a estar consciente sobre a função ou importância da RC

também é preciso ter tempo, para aproximações às diferentes comunidades. Todos sabemos que o povo timorense é composto de diversos grupos com diferentes características, por isso precisamos de diferentes meios de aproximação, para os encorajar a aceitar certo método.” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

De modo a que a participação da população local seja efectiva, é igualmente necessário apostar na aquisição de competências de negociação, argumentação e expressão pública da população (especialmente das mulheres), pois só assim estará preparada para ir à sua rádio expor as suas ideias construtivas, para ajudar ao processo de democratização.

Sem a formação/capacitação e divulgação adequadas, a população acaba por participar pouco, utilizando o tempo de antena da rádio especialmente para a morte de um parente ou para denunciar uma situação que é injusta ou não lhes agrada. O serviço à comunidade da RC inclui este tipo de anúncios, mas é extremamente redutor utilizá-la apenas dessa forma.

No entanto, verifica-se que a RC vai ganhando a confiança dos ouvintes e ficando cada vez mais próxima, inclusive porque alguns líderes comunitários já a utilizam como veículo de transmissão privilegiado.

Devido ao já abordado défice democrático, várias são as dificuldades que se encontram nos processos de implementação, extensão e sustentabilidade de uma RC em Timor, nomeadamente no que diz respeito à aceitação do trabalho de um jornalista que pode, neste contexto, surgir como um inquisidor (INDE, 2002). Especialmente ao nível local, a parca capacidade de negociação colectiva e as baixas qualificações profissionais do pessoal técnico das RC, torna muito difícil questionar líderes políticos, administrativos ou até líderes locais sobre as actividades que desenvolvem.

A sustentabilidade financeira das estações de RC é outro aspecto preocupante. Na sua maioria, apesar de contarem com algum apoio por parte da população, este é módico face às reais necessidades. Devido aos problemas económicos do país, uma RC não consegue sobreviver apenas das quotas dos seus membros ou de pequenos contratos de publicidade.

Apesar de não ser possível generalizar, a maioria das RC são financiadas inicialmente por doadores internacionais, que reconhecem a importância das pequenas estações para

a diversidade dos média e para a promoção de uma sociedade democrática, mas que podem, perversamente, tornar-se seus financiadores indefinidamente. Outra fonte de financiamento são as ONG, que lhes pagam em troca de algum tempo de antena.

É importante ter em atenção a relação entre entidade financiadora e RC, pois quando se criam relações de dependência, as estações deixam de ser independentes para passarem a ser orientadas para os doadores. Há também que ter em conta que os doadores, por norma, assumem compromissos a curto prazo e que a auto-sustentabilidade da estação deve ser uma das suas prioridades.

A questão da imparcialidade e independência das RC, sobretudo no que se refere às suas ‘obrigações’ para com as entidades que as financiam, é recorrente no discurso dos entrevistados e dos participantes nos grupos de discussão.

António Pacheco, jornalista da Agência Lusa, clarifica esta questão através do exemplo de uma RC em Moçambique:

“Não há equilíbrio entre a imparcialidade e o dinheiro que vem de fora. O drama maior com as rádios neste momento é que normalmente não são rádios comunitárias, no sentido em que querem ter acesso ao mercado.”

(António Pacheco, Agência Lusa)

Segundo o mesmo entrevistado a solução para a possível perda de independência das RC, passa, por exemplo, pela entrega da sua gestão a ONG locais.

“O primeiro grande trabalho que tinha de se fazer em relação a um país era criar uma ONG ou uma empresa com participação local que pudesse dar assessoria a estas rádios (...) Se fosse uma ONG local não iria comprometer a independência da RC, (...) é preferível isto a estar dependente externamente, estar dependente indefinidamente, cria uma possibilidade de maior autonomia em relação aos doadores externos, poderes público; seria uma estrutura se calhar constituída por gente dessas rádios todas, fazendo (..) uma estrutura que desse formação técnica, que era muito importante, e assessoria.” (António Pacheco, Agência Lusa)

No caso de Timor, esta solução afigura-se difícil dada a escassez de recursos com que se debatem as ONG locais, elas mesmas dependentes de financiamentos externos.

Assim, verifica-se um certo desconforto relativamente ao financiamento das RC por entidades internacionais, pois uma vez terminado o financiamento, estas podem vir a ser compradas por entidades privadas, perdendo assim o seu carácter comunitário:

“muitas pessoas estão cépticas em relação aos programas do Banco Mundial porque estão receosas que depois quando a comunidade não estiver bem preparada para adquirir ou readquirir a rádio, vende-se a empresários e tornam-se rádios privadas. Esta foi a preocupação dos grupos das RC promovidos pela APHEDA, e outras organizações de cá.”

(Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

Verificam-se igualmente constrangimentos ao nível da criação das RC por parte dos doadores, uma vez que a sua implementação é levada a cabo num determinado espaço de tempo que estes financiadores disponibilizam para o projecto, em detrimento das necessidades locais da população. Esta discrepância, em termos de apoio financeiro e capacitação técnica, pode comprometer a sustentabilidade dos projectos.

Outro constrangimento com que as RC se debatem é a questão do voluntariado. É pouco realista esperar que uma comunidade em que a maioria dos seus habitantes estão desempregados, consiga gerir uma estação de rádio sem uma recompensa mínima. Para além disso, é essencial apostar na formação de uma equipa de voluntários capacitados.

Anita Soares, da OIT, diz-nos que o facto de não existir recompensa financeira para os trabalhadores das RC, faz com que estes, na sua maioria jovens desempregados, abandonem a sua actividade na rádio para procurar trabalho remunerado. Assim sendo, perde-se o trabalho de formação e capacitação dos técnicos da rádio dado que, muito poucos conseguem manter-se ligados aos média na sua actividade profissional.

“O objectivo daqueles projectos é passar o máximo de responsabilidade para a população (...) quer de os dinamizarem, de terem ideias mas de algum modo os financiarem... mas isto não é possível, porque falamos de uma população que a maior parte não tem emprego no sentido formal...”

(Anita Sares, OIT)

No entanto, a mesma investigadora, reconhece que há casos em que os jovens que trabalharam como voluntários nas RC conseguem uma melhor integração profissional nas cidades devido à experiência obtida enquanto voluntários.

“Um ou dois jovens que iniciaram trabalho lá, já conseguiram integração profissional, porque para além de uma experiência comunitária e cultural acaba por ser uma experiência profissional, ganham certo tipo de conhecimentos, trabalho que antes não tinham...” (Anita Sares, OIT)

Tendo em conta as perspectivas de Desenvolvimento para Timor-Leste, muitas são as áreas profissionais que procuram mão-de-obra local qualificada, o que pode ser uma oportunidade para estes jovens.

Em termos técnicos, a maioria das estações estão bem equipadas, mas o equipamento nem sempre funciona. Ao longo da nossa incursão no terreno, tivemos oportunidade de verificar situações como motocicletas paradas, mini discos partidos, equipamento de transmissão que não se encontra em boas condições de funcionamento, peças partidas, outras desaparecidas.

Pudemos constatar que uma das questões com que as RC se debatem é com a manutenção e gestão adequadas deste equipamento. Uma vez que as estações não têm peritos na área, este trabalho está actualmente a ser levado a cabo por uma organização australiana, com base em Díli, a *Internews*, que se desloca periodicamente aos distritos para prestar apoio técnico. Estas deslocações podem demorar semanas, em prejuízo das transmissões ficarem suspensas enquanto a avaria não é reparada, o que gera um sentimento de frustração a voluntários e ouvintes.

Apesar dos equipamentos serem de fácil utilização, os voluntários das rádios não têm, na sua maioria, formação nesta área, nem existem mercados de peças disponíveis nos distritos para compra do equipamento danificado ou em falta. O facto de as rádios estarem constantemente dependentes de um gerador com frequentes falhas de energia, também diminui o tempo de vida útil dos equipamentos.

No entanto, a existência de tecnologia não parece ser um dos pontos mais importantes para o funcionamento de uma rádio. Como nos diz o entrevistado Rui Magalhães, jornalista da Rádio Renascença, a exigência de qualidade de uma emissão de rádio, nomeadamente a que é proporcionada pelas condições materiais da mesma, depende do contexto onde se insere:

“a rádio das Falintil estava muito desprezada, o locutor para chegar ao microfone tinha de passar por cima da mesa... e o ouvinte apercebe-se? se não se aperceber está tudo bem. Tem também a ver com a concorrência,

mais do que a qualidade absoluta é a qualidade relativa, se as pessoas não tiverem mais nada, aceitam tudo.” (Rui Magalhães, Rádio Renascença)

Também Virgílio Guterres nos diz que, no contexto Timorense, os custos inerentes a uma RC são um factor muito importante,

“a Rádio Comunitária, é muito mais importante comparada com os jornais ou com TV, pois é um meio mais barato...” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

A principal fatia dos recursos financeiros necessários para a criação e manutenção de uma RC, deverá ser alocada à sensibilização e capacitação da população local e não ao investimento em tecnologia. Sem o investimento necessário em formação para a gestão da rádio e manutenção do seu equipamento, corre-se o risco de, findo o período de financiamento, se perder o investimento material e humano inicial.

4.3. Caracterização da comunidade e da Rádio Comunitária de Lospalos

4.3.1. A Comunidade de Lospalos

Lospalos é a capital (e sub-distrito) do Distrito de Lautém e situa-se a 248 km a leste da capital do país, Díli. É o sub-distrito mais remoto do distrito de Lautém.

Importa especificar que Lautém é um dos 13 distritos administrativos de Timor-Leste, localizado na ponta oriental da ilha de Timor e inclui o ilhéu de Jaco, configurando uma área total de 1.702 km². De acordo com o Censo de 2004, este distrito possui 57.453 habitantes, dos quais 28.000 residem no sub-distrito de Lospalos.

Figura 4 - Mapa do Distrito de Lautém



Fonte: INDE

Para além das línguas oficiais do país (tétum e português), no distrito de Lautém cerca de 30 mil pessoas expressam-se em fataluco, idioma cuja origem é apontada como sendo da Nova Guiné.

Pela sua distância geográfica da capital, relevo acidentado e défice de infra-estruturas, Lospalos parece exacerbar as dificuldades diagnosticadas em todo o território nacional, nomeadamente, no que diz respeito ao isolamento e no deficit de participação das populações.

Lospalos é ainda uma das regiões onde mais se faz sentir a diversidade cultural e étnica existente no território timorense:

“Timor embora pequeno é muito diversificado, há sítios mais influenciados pela colonização portuguesa e há outros que ficaram sempre fora desta, como Lospalos. Há distritos diferentes que coincidem com etnias diferentes, falam idiomas diferentes, têm idiomas diferentes.” (Fellici Dindi, Cruz Vermelha)

Apesar do isolamento geográfico,

“Em Lospalos, quase em todos os sub-distritos estão em processo de implementação da RC, mesmo que suportados pelas diferentes instituições internacionais.” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

4.3.2. Origem, implementação e estratégias da Rádio Comunitária de Lospalos

A RCL²³, também conhecida como RCL Vox-Popli, situa-se na capital do distrito de Lautém e é uma estação de rádio independente e sem fins lucrativos, cuja origem remonta a Maio de 2000.

A estação surge por iniciativa da UNESCO no tempo da CNRT²⁴, em resposta a um país seriamente devastado e com sérias dificuldades de comunicação após a destruição de Setembro e Outubro de 1999.

²³ <http://www.lospalos.radio-connect.com/spip.php?article30>

²⁴ CNRT- Conselho Nacional da Resistência Timorense, órgão criado por Xanana Gusmão em Janeiro de 1998, a quem competia a articulação de várias instituições partidárias, sociais e culturais e do conselho político Nacional, e tem como objectivo fazer de Timor um território livre e independente, sem forças armadas, com um sistema parlamentar multipartidário, uma economia de mercado e uma constituição que salvaguarde o respeito pelos direitos humanos.

Depois de um levantamento exaustivo levado a cabo por uma equipa da UNESCO, um jornalista filipino permaneceu em Lospalos para divulgar o conceito de RC, até então desconhecido, e as razões geográficas e sócio-demográficas pelas quais a sua implementação era importante para Lautém.

A equipa da UNESCO identificou os líderes comunitários e, com a ajuda de panfletos, explicou o funcionamento e características de uma RC, reforçando as razões pelas quais o momento da transição era o ideal para a sua implementação – a necessidade crescente de auxílio no sector da comunicação.

Passados três meses, o mesmo consultor das ONU organizou um *workshop*, onde foram explicadas as responsabilidades de uma RC face à comunidade em que está implementada e abordou também questões mais práticas, tais como a criação da equipa da rádio, gestão da estação, a importância da existência de um conselho de rádio e sua relação com o *staff*, entre outros.

Depois do *workshop* com a duração de apenas um dia, que juntou voluntários e um grupo de líderes locais (futuros membros do Conselho da Rádio), a estação começou a emitir na frequência 100 FM, em Tétum e Bahasa Indonésio, a partir de uma sala de reduzidas dimensões nas instalações da UNTAET. O equipamento foi totalmente doado pela UNESCO e consistia em uma antena, um transmissor, uma mesa de mistura e um *marantz* (gravador de voz analógico com cassete). Na ausência de um computador ou máquina de escrever, as notícias eram escritas à mão.

Durante o primeiro ano a rádio teve a ajuda de uma voluntária australiana e começou a receber apoios de uma ONG portuguesa, a INDE, nomeadamente para formação do grupo de animadores voluntários, para a compra de pequenos equipamentos e apoio financeiro indirecto através da venda de tempo de antena.

Foi graças ao trabalho conjunto da voluntária australiana e dos voluntários locais que se estabeleceu o modelo actual de funcionamento da RCL. Esta cooperação é percebida pelos voluntários não como uma imposição externa, mas como uma cooperação efectiva e positiva:

“Ao princípio não tínhamos uma constituição própria, por isso tivemos de adaptar a de uma rádio australiana, porque nesse tempo tínhamos uma conselheira voluntária australiana que recebeu o modelo dessa rádio e depois discutiu connosco, um modelo adaptado à Rádio Comunidade de

Lospalos.” (E1)

As emissões da RCL são diárias e a programação inclui dois noticiários diários com notícias locais, nacionais e internacionais, anúncios locais, programa de música com dedicatórias (Kupon, o preferido dos jovens), informação específica relativa a acontecimentos comunitários, um programa de ensino de inglês e um programa inovador denominado ‘voxpath’ cujo objectivo é difundir as preocupações de pessoas entrevistadas nas ruas de todo o distrito de Lautém. Esta é uma das formas encontradas pela RCL para envolver pessoas que tradicionalmente não têm acesso aos média.²⁵

Desde o seu início, a RCL envolveu na sua programação jovens voluntários de todo o distrito cuja formação jornalística, assim como o fornecimento de equipamento (computadores, transportes, entre outros), apoio técnico e financiamento, estão a cargo de entidades nacionais como a TLMDC e entidades internacionais como o PNUD, INDE, *Internews* e USAID.

A estratégia de actuação da RCL passa pela integração, na construção e difusão dos seus programas, de técnicos/jornalistas da equipa da rádio, membros e líderes das comunidades locais (através do conselho da rádio), instituições locais e peritos internacionais.

De acordo com os técnicos da rádio que participaram no grupo de discussão, apesar de o projecto da RC ter sido trazido por um actor externo, foi bem integrado e apropriado pela comunidade local:

“Não foi nossa a iniciativa, mas sim de um projecto da UNESCO, em Janeiro de 2000, tempo de CNRT, com a ajuda de um jornalista Filipino que explicou o que era criar uma RC (...) A transmissão directa foi feita em tétum ou bahasa indonésio, não só voluntários da rádio mas em conjunto com membros do conselho e os dois Filipinos, passando assim para as mãos da comunidade.” (FG/ AC/PT)

Numa lógica de envolvimento de todos os actores locais, o trabalho dos jornalistas voluntários é complementado pelas parcerias entre a RCL e as organizações governamentais e não governamentais locais. Para além de distribuírem informação relevante que pode servir como complemento aos programas transmitidos, suscitam, através dos seus programas e projectos, o debate informado no seio das comunidades.

²⁵ Anexo 6 – Programação da RCL, Agosto de 2003.

O Conselho da Rádio, constituído por representantes dos principais sectores da comunidade, participa activamente na escolha da programação, efectuando, sempre que possível, uma consulta à comunidade para auscultar as suas preferências.

Muitos são os parceiros internacionais que participaram e ainda participam directa ou indirectamente na criação de programas para a RCL, nomeadamente a USAID (programa dirigido a mulheres - *Lian Feto Quinamoko*), a INDE (programa sobre utilização de medicinas tradicionais; programa de apoio à reconstrução, nomeadamente através do apoio ao reencontro de famílias), a USAID (programa de informação sobre as legislativas de 2007), a Cáritas Austrália (programa de construção da paz e programa de prevenção da violência sexual), a UNICEF (programas CICA e *Labarik nia Lian*), Care International (programa sobre agricultura), entre outros.

Aquando da recolha empírica de suporte ao presente estudo, a RCL era uma estação bastante recente. No entanto, a população já reconhecia credibilidade aos seus programas e noticiários, bem como à equipa que a compõe. De acordo com os entrevistados, é necessário um aumento do sinal de transmissão para alcançar uma população mais vasta:

“a rádio precisa de aumentar mais a frequência, abrange quase só Lospalos (...) por isso a proposta seria aumentar o alcance.” (FG/AC/CR)

Outra dificuldade da população mais isolada prende-se com a falta de receptores de rádio:

“Todos gostam de ouvir, é um hábito, mas não é possível que toda a gente tenha rádios.” (FG/AC/CR)

“A própria situação económica da população, que está mais concentrada na sua vida pessoal, não está ligado ainda a problemas comuns à comunidade, é ainda uma questão de sobrevivência. Mesmo em Díli (...) para comprar um rádio é preciso de decidir ou arroz ou rádio.” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

A possibilidade de distribuição de aparelhos de rádio às populações, foi uma das soluções pensadas para Timor, tendo sido apenas parcialmente concretizado por, do ponto de vista da sustentabilidade, não estar de acordo com os objectivos a longo prazo do e para o país:

“Com a distribuição dos rádios, quando falamos em sustentabilidade assim não está a ajudar porque oferece e pode criar mentalidade de dependência, esperar sempre pelo próximo ano, não cria iniciativa de se apropriar da própria rádio. Cria efeitos colaterais.” (Virgílio Guterres, Director geral interino da Radiotelevisão)

O sucesso da RCL é passível de ser medido quer pela sua taxa de implementação na comunidade, quer pela sua capacidade de auto gestão. Já em 2003, altura da recolha empírica do presente estudo, a RCL era umas das RC no país a conseguir garantir a sustentabilidade através de acordos com ONG locais e internacionais, para além do apoio da comunidade, mesmo em pequena escala.

4.4. Estrutura orgânica da RCL

4.1. A equipa operacional

Os voluntários da RCL perfazem um total de 12 e constituem o alicerce da estação de rádio. A equipa fixa da RCL é constituída por 9 elementos: 4 voluntários em *part-time* e 5 outros repórteres, igualmente voluntários, cuja actuação se centra em cada um dos 5 sub-districtos do Distrito de Lautém. Todos eles são membros da comunidade local. O objectivo do trabalho destes jovens é garantir que as emissões sejam recebidas mesmo nos locais mais remotos (também levando a cabo trabalhos de reparação), ao mesmo tempo que funcionam como um elo de ligação entre toda a região, o que permite à população expressar as suas opiniões de uma forma territorial.

Na sua sede, a RCL conta com o trabalho de uma coordenadora de programas, um ‘manager’ e dois repórteres. De acordo com os próprios, as suas funções são muito exigentes e variadas.

A Coordenadora de programas da rádio,

“traça planos dos programas, e assume também função de trabalho no terreno. Tem de ver todos os programas que entram aqui, que vem de fora e depois decide como organizar, a que horas passa tal programa etc. Para além disso é locutora, faz coberturas no terreno e faz tradução de notícias e programas de indonésio para tétum e vice-versa. Na ausência do manager ela também faz o seu trabalho embora não seja da sua competência. Decide

a importância das notícias, as questões mais importantes e distribui trabalho ao colegas para eles irem para o terreno.” (E2)

O ‘manager’ é escolhido pelos membros do Conselho da Rádio e integra a RCL desde o seu início:

“Os membros do Conselho decidiram que eu ia ser o manager da rádio e as notícias são as locais.” (E1)

Ao repórter que prestou declarações para efeito da presente investigação, cabe desenvolver um trabalho diário de recolha e transmissão de informação. A forma como este voluntário descreve o seu trabalho, utilizando expressões como ‘o meu dever’, é ilustrativa da importância atribuída por estes voluntários à actividade que desenvolvem na RCL:

“Sou repórter diariamente aqui na rádio (...) aprendi a parte técnica (...) O meu dever é diariamente colher notícias e emití-las. Acerca dos direitos que estão na constituição mas ainda está em apreciação e mesmo a nível nacional ainda não temos um documento que exponha os direitos dos voluntários” (E3)

O trabalho que este jornalista voluntário desenvolve, veio ao encontro das suas expectativas profissionais e é entendido como uma contribuição activa para o desenvolvimento de Timor:

“mesmo antes de ser jornalista na escola já tinha aquela vontade de ser jornalista (...) se eu for jornalista posso ajudar a população de Timor e também o governo a ter informações importantes para eles e também para o mundo – de forma a que ponham os olhos em Timor. Esta é a razão porque quis ser jornalista.” (E3)

Uma constante nos contactos realizados com os voluntários da RCL, foi a constatação de que o seu trabalho, tal como afirma este entrevistado, é um contributo para o exercício dos seus direitos e deveres de cidadania. Através do envolvimento e participação activas na RCL, os seus voluntários podem expressar a sua nova condição de cidadãos livres (negada durante a ocupação indonésia) e participar no processo individual e colectivo de desenvolvimento. A RC confere também a esta comunidade uma identidade comum, um sentimento de pertença mobilizável por redes de solidariedade activa, como podemos constatar no próximo sub-capítulo.

4.4.2. O conselho da Rádio

O conselho é constituído por:

“Representantes da Comunidade, desde organizações de mulheres, organizações de comerciantes, representante da Igreja, juventude, da educação, da saúde, agricultura, pesca, todos os sectores.” (E1)

A existência do Conselho da Rádio é intitulada pelos participantes no grupo de trabalho dos técnicos voluntários, como sendo muito importante:

“Para que a rádio possa andar é preciso que haja um bom conselho da rádio. Deve ser o conselho a estar preparado para arranjar meios de contactar e alertar, faz parte do papel do conselho” (FG/AC/PT)

A forma como o Conselho foi constituído e o seu funcionamento não geram consenso:

“O conselho existente foi escolhido quase sem critérios, o existente nem sabe bem qual o papel da rádio ou do jornalista. É importante perceber qual é o papel do conselho e da rádio.” (FG/AC/PT)

A aparente falta de critérios na selecção dos elementos do Conselho, apontada pelo participante no grupo de discussão, tem raízes mais profundas que se prendem com a dificuldade generalizada de motivar uma população sem cultura democrática a participar.

“ Como uma nova Nação, Timor-Leste encontrou a sua liberdade através do colonialismo; precisa da participação e cooperação com os outros órgãos para o futuro. Este indica que para o desenvolvimento do nosso país, é importante a participação da comunidade, para poder controlar, poder dar sugestões...” (transcrição do resultado do workshop realizado em Liquiça²⁶)

O Conselho da RCL é comparado com o de outras regiões fronteiriças, onde a população se mostra mais permeável aos novos desafios da participação, como é o caso de Maliana, no Distrito de Bobonaro:

²⁶ Anexo 7 – Transcrição do workshop ‘Rádio Comunidade e Conselho da Rádio’, em Liquiça.

“fazem reuniões mensais onde podem avaliar os erros, por exemplo. O conselho de Maliana vai à rádio; não é que perceba nada de rádio mas apenas para criar familiaridade e depois quando, por exemplo, um voluntário precisa de se deslocar a um sítio mais distante, pode contar com a ajuda dos membros do Conselho, que se sentem envolvidos na rádio e querem ajudar.” (FG/AC/PT)

Uma outra opinião veiculada no grupo de discussão dos membros do próprio Conselho da Rádio, é a de que este deveria ter um papel mais activo, quer no desenvolvimento do trabalho da rádio, dando o apoio necessário aos voluntários, quer ao nível da negociação com as entidades e poder centrais:

“Na minha opinião deve haver um representante em Díli para acompanhar e informar, ‘os olhos de Lospalos em Díli’, estar a par sobre tudo o que diz respeito à rádio. Por exemplo dizendo respeito à angariação de fundos, é importante ter alguém em Díli para dirigir os fundos para Lospalos.” (FG/AC/CR)

Outra das atribuições percebida como devendo fazer parte das actividades do Conselho da Rádio, é a sensibilização para a importância do mesmo:

“Mas tudo isto deve ser o papel do Conselho que se deve esforçar para esclarecer a população acerca do papel da rádio, por exemplo, deslocando-se aos sucos²⁷ para clarificar.” (FG/AC/CR)

Pelo facto de os seus membros serem oriundos de vários sectores da comunidade, estão numa posição privilegiada no papel de agentes de sensibilização para a importância da rádio, bem como, para serem veículo das preocupações da mesma.

4.5. Profissionalismo versus voluntariado: Conjugação de competências técnicas e relacionais

A selecção dos primeiros voluntários da RCL passou pelo contacto com jovens em idade escolar e a frequentar o sistema de ensino. Foram-lhes explicados os objectivos de uma RC e em que consiste o trabalho voluntário:

“Aos jovens (...) da Escola Secundária não fiz entrevistas porque os

conheço, são três alunos meus. O que fiz foi explicar-lhes o que é um voluntário, que não vai haver dinheiro para lhes pagar...” (E1)

Apesar de o trabalho voluntário não ser remunerado, os três jovens seleccionados para iniciar o projecto foram muito receptivos a participar:

“Receberam com muito entusiasmo esta oportunidade para desenvolver um projecto que era a primeira vez no tempo de transição, porque no tempo da Indonésia não havia RC neste distrito. Eles percebem a importância da RC para a comunidade, e nos primeiros 3 a 6 meses eles trabalham com entusiasmo, têm formação...” (E1)

Passados três anos sobre o momento inicial de selecção, as opiniões relativas ao carácter voluntário, ou seja, não remunerado, dos colaboradores da rádio gera alguma controvérsia:

“sei que no mundo inteiro o voluntário não recebe, mas nós temos de nos arranjar para pelo menos recebermos um subsídio” (E2)

A polémica é inevitável nesta questão. Como já referimos anteriormente, na sua génese, a constituição de uma RC prevê que esta seja mantida apenas com trabalho voluntário. O que acaba por acontecer em comunidade mais pobres, como é o caso de Lospalos, é que os colaboradores exigem remuneração em troca do seu trabalho. Para contornar esta situação, a comunidade internacional a operar no terreno leva a cabo um esforço para conseguir financiamento para subsidiar, pelo menos, a alimentação, as deslocações e o equipamento da RC, bem como uma recompensa simbólica para os voluntários.

De acordo com um dos entrevistados, a RCL define nos seus estatutos os direitos e deveres dos voluntários, sendo que estes:

“têm direito de usar o equipamento, para fazer programas, para discutir, sugerir, dar opiniões. Têm o dever de cumprir esta constituição e estatuto”
(E1)

Se inicialmente todos os voluntários dos sub-distritos se mostram participativos, críticos e motivados, a tendência é que, a longo prazo, o comprometimento com o trabalho na rádio se desvaneça, diminuindo igualmente a necessidade de auto-aprendizagem:

“Seguir a experiência dos outros é fácil, mas a pessoa ter motivação para tal é que pode ser mais difícil. É preciso arranjar estratégias para motivar os

voluntários, por exemplo o que está escrito neste flipchats na parede sobre o seu papel foram ideias deles, baseados nas partes positivas e negativas de ser voluntário...é que eles arranjam motivação, estando cientes e conscientes do seu papel. Mas agora quem pode continuar a dar ideias para os motivar? Com troca de ideias e não com lições. Mas este é um passo difícil, temos de ter novas estratégias.” (E1)

Neste contexto, o trabalho dos colaboradores permanentes da RCL passa também pela motivação dos novos colegas para que, mesmo depois de terminada a fase de formação inicial e independentemente das suas profissões, continuem a disponibilizar do seu tempo para o projecto comunitário comum:

“depois da ONU ir embora, temos de gostar das pessoas para que sejamos retribuídos e elas queiram continuar a colaborar connosco. Por mais que trabalham, eles dão sempre uma hora do seu tempo para o voluntariado.” (FG/AC/PT)

De facto, a maioria dos voluntários da RCL desenvolvem paralelamente outras profissões, o que aumenta o esforço realizado para cumprir com os compromissos assumidos na rádio:

“Há voluntários que têm outros trabalhos, como eu por exemplo, que sou professor e tenho de estar presente no gabinete da educação mas o voluntário tem de garantir, tem de cumprir aquilo a que se compromete.” (E1)

O saldo entre os direitos e deveres dos voluntários da RCL aparece, aos olhos dos actores auscultados, como desequilibrado, sendo que a exigência do trabalho jornalístico e a sua não remuneração, afiguram-se como elemento dissuasor do interesse de pessoas mais profissionalizadas:

“Orientamos todos para fazermos de tudo um pouco. Precisamos de voluntários mais qualificados, o problema é arranjar quem queira ser voluntário. Para trabalhar em jornalismo é preciso paciência, vontade de trabalhar, com interesse em ajudar a comunidade, quando não se tem vontade e vocação para trabalhar para a comunidade é difícil.” (E1)

Os próprios elementos do Conselho da Rádio realçam a importância do pagamento dos colaboradores uma vez que desenvolvem um trabalho que consideram ser muito envolvente e exigente:

“É uma pena olhar para os voluntários, eles trabalham e muito, mas sem remuneração.” (FG/AC/CR)

No que diz respeito aos voluntários, o pagamento pelo trabalho realizado pode não ser monetário, mas fá-los sentir bem em termos do reconhecimento da comunidade:

“Foi uma coisa extraordinária (...) a verdade é que pelo caminho alguém me reconhece e diz ‘lá vai o jornalista’”. (E3)

A principal crítica que os actores comunitários auscultados fazem ao trabalho dos voluntários da RCL, prende-se com a sua pouca permeabilidade às críticas e à mudança das práticas:

“A parte fraca dos jornalistas da RCL é que eles não gostam de receber críticas acerca da forma como fazem a sua locução, por exemplo, que pode ser melhorada através daquelas caixas onde deixamos as críticas.”
(FG/AC/CR)

Apesar de identificada a dificuldade por parte dos jornalistas em incorporar as críticas, o profissionalismo dos voluntários da RCL é remetido para segundo plano dado que a motivação, comprometimento e persistência para trabalhar em condições por vezes adversas e em prol da comunidade, se afiguram como os atributos mais destacados. Podemos, assim, constatar que o objectivo de responder às necessidades da comunidade a partir das capacidades endógenas, é aqui atingido.

4.6. A importância da formação nos processos de Desenvolvimento Comunitário

A formação é um dos eixos importantes da estratégia da RCL, quer ao nível interno – formação inicial e contínua dos seus colaboradores, quer ao nível externo – transferência de saberes para outras entidades.

A formação inicial dos colaboradores incide sobre questões éticas, cuja falta de domínio pode ter um impacto negativo na comunidade:

“É preciso enfrentar problemas de iniciação, de aprender a escrever,

corrigir para melhorar.” (E1)

“para se trabalhar, para desempenhar uma função tem se de saber primeiro o que se tem de fazer (o que é) (...)Se não perceber qual é a ética é a mesma coisa que andar sem rumo. Ser jornalista pode parecer fácil mas não é assim tão fácil, porque se falamos mal ou escrevemos mal ou damos mal uma noticia, isso pode ter um impacto negativo.” (E2)

E incide também sobre questões técnicas,

“É importante a formação. Temos formação inicial de voluntários, workshops, oportunidade de explicar que o equipamento não é de uso privado mas sim para devolver quando quiserem abandonar a rádio (não há problema) mas têm de devolver.” (E1)

“As perguntas não têm má intenção mas podem criar uma certa tensão, (...) Se o jornalista não tentar ouvir todas as fontes e se não houver resposta, nesse caso tem de expor o caso à redacção. Depois vai fazer uma espécie de sondagem/ consultar as entidades mais ‘altas’ e saber qual a sua opinião sobre o caso – é à comunidade que cabe classificar se foi bem ou mal.” (FG/AC/PT)

O ensino/aprendizagem no seio da RCL assume diversas formas, sendo uma das mais utilizadas a transferência directa de conhecimentos, que assenta em grande medida na responsabilização dos formandos:

“Acerca da aprendizagem e de ler notícias em directo, são várias as fontes de aprendizagem (...) ouvindo e tomando atenção a quem já tem experiência, por exemplo Max Sopacua, Madalena Daluas, Bung Lele. Querer aprender é que é mais complicado, mas aprender não é, aprende-se ouvindo os mais experientes.” (FG/AC/PT)

A formação para o trabalho jornalístico é importante e várias vezes foi referida a necessidade de se aumentar os meios e veículos formais de formação no país.

“Se não houver formação não pode trabalhar na rádio. Em Timor ainda não há uma escola específica para jornalistas, por isso o treino que temos agora é pouco, queremos mais.” (E3)

Uma das componentes onde se verifica uma grande necessidade de formação por parte dos voluntários da rádio foi identificada pela investigadora, mas curiosamente não surge no discurso dos intervenientes auscultados. Trata-se da formação e sensibilização para as questões de género. As desigualdades de género estiveram patentes em todo o processo de auscultação quer pelo reduzido número de mulheres que aceitaram participar no estudo, quer pelos seus níveis de reflexão ou participação efectiva, por exemplo, nos grupos de discussão.

Neste aspecto, também as equipas das RC necessitam de formação que lhes permita, por um lado, reconhecer a problemática da desigualdade de género e suas consequências e, por outro, fornecer as ferramentas necessárias às mulheres para que estas se sintam aptas a executar as mesmas tarefas que os homens.

O sucesso da RCL é notório também ao nível da formação. Apesar das dificuldades apontadas pelos actores auscultados, a equipa da RCL já não depende exclusivamente das formações organizadas por entidades externas. O primeiro passo foi a participação numa formação para voluntários de outras RC, nomeadamente, nas áreas do jornalismo, edição de programas e das Tecnologias da Informação e Comunicação.

A RCL tem ainda um importante papel como agente de formação da própria comunidade, gerando efeitos de difusão de ‘boas práticas’. No futuro, deveria haver uma aposta mais clara no desenvolvimento de materiais didácticos para educação à distância através da rádio.

Num contexto de desenvolvimento no qual as intervenções visam a sustentabilidade dos projectos desenvolvidos, é importante que a formação contemple aspectos relacionados com a gestão e financiamento. Segundo Rui Magalhães da Rádio Renascença, são três os pilares de formação do pessoal técnico de uma RC: gestão administrativo-financeira, trabalho jornalístico e manutenção.

“em primeiro lugar a gestão da rádio (...) A formação começa na área administrativo-financeira, depois há a formação do próprio jornalista, depois há a manutenção” (Rui Magalhães, Rádio Renascença).

4.7. Envolvimento dos actores locais: Enraizamento e participação da comunidade local

A capacidade de mobilização e participação dos actores locais é, simultaneamente, um dos princípios chave de qualquer programa de DL e uma das preocupações mais vezes referidas ao longo da incursão no terreno. Assim, o envolvimento dos diferentes actores surge na recolha empírica como uma necessidade e uma dificuldade.

No que diz respeito aos actores privilegiados - as organizações locais - as dificuldades apresentam-se sob vários aspectos. A ineficiência das estratégias de comunicação das ONG locais faz com que as instituições e o trabalho que desenvolvem, seja pouco conhecido da população em geral e, ao mesmo tempo, não permite uma estreita colaboração com a rádio para a transmissão de programas relacionados com os projectos que estão a implementar.

“ONG locais ainda utilizam pouco a rádio para apresentarem os seus programas ou mesmo divulgar as suas actividades. Até agora o povo quase não sabe da existência de ONG locais e sua missão, devendo por isso utilizar mais a rádio para se exporem.” (FG/AC/PT)

Assim, apesar de fazer parte da estratégia da RCL o estabelecimento de redes e relações de parcerias com as entidades locais públicas e privadas, para a partilha de meios físicos e humanos e recolha de informações nos vários sub-districtos, este objectivo ainda não foi plenamente conseguido.

“dificuldades dos voluntários em se deslocarem para arranjar uma forma de ajudar a rádio, incluindo as empresas locais, as lojas ou mesmo as ONG ajudarem, usando das facilidades das com quem estão a trabalhar (por exemplo se a Concern²⁸ vai ajudar determinado programa longe). Num dia, com as poucas facilidades que a rádio tem (1 mota), os voluntários só se podem deslocar a um dos sub-districtos, mas se pudessem trabalhar com os parceiros podiam ter notícias de mais locais. Mesmo acordos com os autocarros, ou os funcionários da polícia, de modo a arranjar forma de ajudar os voluntários na recolha de informação, em certos casos consegue-

²⁸ ONG Australiana com intervenção em Timor-Leste.

se mas noutros não podem levá-los, mesmo em termos de segurança pública”.(FG/AC/PT)

Para tal, importa conjugar interesses, actores, sectores, actividades, segundo uma lógica de integração alicerçada numa abordagem multidisciplinar da comunidade visada.

No que diz respeito à população, as dificuldades de participação não são estáveis. De acordo com os participantes no grupo de discussão, na primeira fase de transmissão da rádio a participação da população era de tal forma elevada que havia dificuldade de resposta:

“Na primeira fase da rádio houve muita gente que quis participar e por falta de equipamentos por parte dos jornalistas, as pessoas dirigiam-se à rádio.” (FG/AC/PT)

“ Eles esforçam-se tanto para participar que a questão é como envolver mais gente a participar também” (FG/AC/CR)

Mas a afluência da população à rádio foi diminuindo com o tempo,

“Antigamente havia muita afluência à participação mas agora as pessoas já desistiram um pouco, por isso mesmo é preciso haver lugar para críticas e opiniões acerca dos programas que são transmitidos.” (FG/AC/CR)

E passou a concentrar-se em momentos e acontecimentos específicos,

“há uma altura em que a comunidade participa, quando acontece qualquer coisa por exemplo importante eles vêm cá pessoalmente, para denúncias ou esclarecimentos principalmente.” (E2)

Face à diminuição da participação, a RCL criou instrumentos que permitissem diagnosticar o impacto da rádio junto da comunidade. Para tal,

“Fizemos um levantamento, inquérito ²⁹ no mês de Maio / Junho para perceber como a comunidade vê a rádio” (E1)

Um dos factores apontados para a diminuição da participação foi a extinção de programas, como os relacionados com a saúde pública e materno-infantil, que a RCL aboliu devido à escassez de recursos humanos:

²⁹ Os resultados de tal inquérito nunca nos foram apresentados formalmente, apesar do nosso pedido nesse sentido.

“os ouvintes não participavam, mas através de organizações como a CNRT, naquele tempo, usavam para falar directamente com a comunidade, por exemplo, os serviços do hospital. Ao início o hospital vinha uma a duas vezes por semana falar sobre temas de saúde, mas isso já terminou, já não há voluntário que tenha tempo para isso.” (E1)

Apesar da diminuição da participação, o mesmo instrumento permitiu aferir que

“60% da população ouve a RC” (E1)

“Das 100 casas que têm rádio, 90% acompanha a RCL e gostam, e se a questão é melhorá-la, é sinal que a população gosta da RCL.” (FG/AC/PT)

Em suma, apesar de todos os constrangimentos e dificuldades, a maioria das pessoas da comunidade de Lospalos é ouvinte da RCL e muitos são os ouvintes que fazem chegar à rádio as suas críticas, quer seja através do Conselho da Rádio, quer directamente aos jornalistas:

“por exemplo, nas dedicatórias³⁰ põem a música debaixo de quando estão a falar e não devia ser assim, porque os ouvintes querem ouvir a música toda.” (FG/AC/CR)

“É preciso melhorar a maneira de ler poesias e, se for possível, era necessário que houvesse uma formação sobre a técnica de expressão e de leitura das poesias. Porque às vezes são tão mal lidos que perdemos a vontade de ouvir.” (FG/AC/CR)

Esta exigência externa é, na nossa opinião, reveladora da importância da RCL no quotidiano da comunidade.

4.7.1 Exigência de diversidade, qualidade e independência

A diversidade cultural e pluralidade linguística existente em Timor-Leste apresenta-se, à RCL, como um desafio mas também como um constrangimento ao desempenho de um trabalho profissional e abrangente.

³⁰ O programa mais ouvido e com maior participação dos ouvintes da RCL.

Sendo que os programas da RCL são transmitidos em três línguas, uma das componentes importantes da formação dos jornalistas e locutores, de acordo com os ouvintes, prende-se precisamente com a dicção:

“A INDE tem um programa de aperfeiçoar os jornalistas. Exemplo disso é o estágio que está a decorrer, porque cada um deve aperfeiçoar-se num ramo, seja animador, jornalistas etc. Outra dificuldade é a leitura do tétum, identifica-se pelo sotaque.” (FG/AC/CR)

A diversidade de línguas aumenta o grau de dificuldade do desempenhado dos jornalistas e locutores da rádio, obrigando a uma auto-aprendizagem e aperfeiçoamento constantes,

“ Em relação aos outros dialectos é muito complicado ler em fataluko por exemplo, uma coisa é verbal, outra coisa é escrito. Os erros cometidos devem ser admitidos pela rádio e corrigidos.” (FG/AC/PT)

Ainda assim, consideram os colaboradores auscultados que o ideal seria que a RCL tivesse a capacidade de transmitir em todas as línguas e dialectos falados no país, à semelhança do que acontece com a rádio nacional:

“em comparação com a Rádio Timor-Leste que dá notícias em Tétum, Português e Bahasa Indonésio, o ideal seria que a RCL pudesse seguir esses passos.” (FG/AC/CR)

Na altura da auscultação, a RCL não dispunha, de técnicos capazes de comunicar em Português, o que foi várias vezes apontado como uma dificuldade:

“ o programa de Português já acabou porque a professora se foi embora.”

“Tentamos pôr o Português nas notícias mas não temos quem saiba fazê-lo, por isso passamos as notícias em Tétum e Indonésio.” (E1)

A multiplicidade de línguas existentes no país surge como um desafio mas também como um duplo constrangimento. Por um lado, os colaboradores da rádio confrontam-se com a impossibilidade de transmitir e fazer chegar a informação aos nichos de população que apenas se expressam num dos dialectos não utilizados nas transmissões, como são exemplo as pessoas idosas,

“as pessoas mais velhas gostavam de ouvir noutros dialectos, que os programas não deviam ser todos em tétum, mas sim apostar na diversidade de línguas: fataluku, makalero, makasai.” (FG/AC/CR)

por outro, confrontam-se com a impossibilidade de compreender alguns dos contributos da população,

“estamos abertos a todos, porque esta rádio é para a comunidade, não há distinção (...) embora nós aqui não compreendemos o que é que eles dizem mas esta rádio existe aqui para servir este distrito, utilizamos este meio para que eles acreditem que esta rádio é deles também. Respeitamos a pluralidade de línguas e damos-lhe um espaço aqui para que todos se possam sentir identificados com a rádio comunidade.” (E2)

Tanto os ouvintes da rádio, representados no grupo de discussão por elementos do Conselho da Rádio, como os seus colaboradores, denotam um elevado grau de reflexão e exigência face às transmissões da mesma. Afinal, o serviço da RC começa quando se constata a existência de necessidades não satisfeitas na comunidade, provocando ausência de bem-estar a vários níveis.

No que diz respeito aos serviços informativos surge várias vezes a questão do necessário equilíbrio entre a informação nacional, local e internacional, sendo que o facto de haver um défice de notícias locais parece gerar consenso. A importância do jornalista ter como missão não só a recolha de eventos noticiosos, mas também a pesquisa dos mesmos, foi um dos assuntos mais animados no debate do grupo de discussão:

“Em relação às notícias locais, dantes tínhamos só voluntários do sub-distrito de Lospalos e agora já alargamos o nosso staff a outros distritos para podermos aumentar o número de notícias locais. Para além disso, temos um acordo com a Kmanek³¹ e esta difunde as nossas notícias locais. Antigamente só sabíamos colher notícias, pensávamos que era essa a nossa missão. Mas nessa altura havia mais organizações que participavam com pacotes de programas.” (FG/AC/PT)

De acordo com os auscultados, as notícias locais deveriam dispor de um espaço próprio e permanente,

³¹ Rádio Timor Kmanek, sediada em Díli.

“Costumamos ouvir as notícias nacionais, mas ainda não transmitem muitas notícias locais, seria importante não só aumentar o seu número como arranjar um horário fixo de transmissão. A rádio por vezes só transmite as notícias depois da rádio Timor Lorosae (FG/AC/CR).”

Como já tivemos oportunidade de referir, os constrangimentos à recolha de informação no distrito de Lautém são muitos, pelo que os custos de tal trabalho não são passíveis de ser suportados, de forma permanente, por uma RC. A solução passaria pelo estreitar das parcerias com as entidades locais mas nem sempre este processo se releva frutuoso.

Cientes do paradigma de desenvolvimento que subjaz à criação de uma RC, os actores auscultados consideram de suma importância que as transmissões da RCL sirvam as necessidades reais da comunidade e não as suas próprias necessidades. Este princípio é válido, por exemplo, no que concerne aos horários de transmissão:

“O horário de emissão deve ser conforme as possibilidade dos ouvintes, quando eles têm mais tempo para ouvir a emissão, à hora certa.”
(FG/AC/CR)

Neste sentido, o Concelho da Rádio constatou a necessidade de haver repetição dos programas matutinos e vespertinos, para que estes cheguem ao maior número de pessoas:

“algumas pessoas não podem ouvir o programa da manhã e então ouvem à noite. De manhã é apenas uma repetição porque há também quem não consegue ouvir à noite. Por exemplo, as notícias são repetidas de manhã e à noite e o mesmo se passa com os programas. Foi o Conselho da Rádio que decidiu isso porque antes de decidirmos um programa, nós consultamos o Conselho numa reunião, explicando a intenção e ele tem de aprovar esse programa.” (E1)

No entanto, não seria realista considerar que tendo por base um trabalho 100% voluntário e muitos constrangimentos ao nível técnico, a programação pudesse ser transmitida diariamente, sempre no horário estipulado e pensada apenas tendo em conta as necessidades da população:

“O problema é o cumprimento das horas, o que leva a esse descontentamento, às vezes atrasa ou adianta e não pode.” (FG/AC/CR)

Assim sendo, o *staff* da rádio tentou encontrar uma situação de compromisso que consiste, como já tivemos oportunidade de referir, na transmissão matutina e vespertina.

“De manhã porque escutam antes de ir para o trabalho e antes de irem para a escola e às 17 horas porque os voluntários ficam livres da escola e são eles que fazem as notícias em indonésio e depois eu vou editar.” (E1)

De acordo com os actores auscultados, a qualidade dos programas da rádio não se mede pela sua complexidade, mas pela utilidade para a comunidade e pela sua capacidade de mobilização da mesma:

“Há muitos programas que têm sido feitos e que estão no ar, por exemplo, sobre agricultura, economia, educação etc. Mas é preciso juntar os vários sectores numa espécie de mesa redonda a debater. Outra ideia seria determinar uma hora certa e um dia certo para isso e depois que façam a análise dos devidos sectores. Tudo está a andar, se por exemplo alguém fizer criação de galinhas vai à rádio dizer como fez, para ajudar a ter mais sucesso.” (FG/AC/PT)

A capacidade de inovação e de integração é, assim, outra das exigências internas e externas feitas à RCL.

A programação fixa é por isso semanalmente revista:

“escolhemos uma coordenadora de programas e depois quando temos um programa novo que queremos incluir discutimos antes. Fica fixo mas pode mudar consoante os programas novos. Fixa todas as semanas (...) Foi em conjunto que decidimos” (E1)

Não obstante, elementos da comunidade consideram que há necessidade de mudança e de introdução de novos programas:

“A rádio vai andando. Mas já estamos fartos dos mesmos programas, porque há um ano ou mais sempre com os mesmos... devia haver um sítio onde os ouvintes pudessem criticar, darem as suas opiniões, porque através dessas críticas vão conquistar mais gente. Podiam inovar, arranjar outra fórmula, ao mesmo tempo aceitarem mais críticas de forma a que haja mais participação.” (FG/AC/CR)

A exigência de colaboradores e ouvintes da rádio estende-se à imparcialidade e independência das informações transmitidas. Para que a rádio possa ser apropriada pela comunidade, é necessário que esta seja vista como autónoma e credível.

No que diz respeito à independência da RCL, de acordo com os participantes do grupo de discussão, ainda existe um longo caminho a percorrer:

“No regime indonésio existiam vários média mas eram tendenciosos. Agora temos a RCL, mas acho que também ela está a tender defender apenas os interesses de alguns, sendo tendenciosa e talvez não indo ao encontro de alguns dos interesses da base.” (FG/AC/CR)

Esta opinião é corroborada pelos colaboradores da rádio que questionam a interferência do *manager* da rádio na programação realizada pelos jornalistas. Neste caso, o facto de o *manager* ser também funcionário público, parece ser o motor da desconfiança:

“O jornalista da rádio não pode seguir sempre o que o ‘manager’ diz, porque como neste caso concreto, ele é funcionário público. Não queremos pôr o manager para fora, mas será que como funcionário público ele deve controlar a emissão? Já duas ou três vezes não emitiu aquilo que nós queríamos. O jornalista deve dar uma satisfação às pessoas das quais não emitem os programas ou são as pessoas que devem estar mais conscientes do papel da rádio?” (FG/AC/PT)

Não devemos confundir a necessidade de independência da programação sentida pelo pessoal técnico, com a efectiva liberdade de expressão que as RC, nomeadamente a RCL, representam para a comunidade:

“A rádio é neutra por isso posso participar, sinto que a rádio é minha também, posso fazer chegar o meu pensamento através da rádio.” (FG/AC/CR)

Num contexto em que a transmissão livre de programas radiofónicos de e para a comunidade é ainda recente, a tónica coloca-se em factores como a capacidade de alcançar locais onde outros média não chegam; capacidade de mobilizar a comunidade para a participação; capacidade de integrar os contributos e vários sectores da comunidade; e a utilidade dos programas transmitidos para a melhoria das condições de vida da mesma.

4.8. A Rádio Comunitária e a Liberdade de expressão e informação em Lospalos: A Rádio como parte integrante do Processo de Mudança num contexto de pós-conflito

Durante o período em que o país esteve subjogado à Indonésia, a rádio, nomeadamente nas suas versões clandestinas, tinha um papel importante ao serviço do movimento de resistência.

Actualmente, é importante verificar se este média mantém ou reforça a sua importância enquanto motor da reconstrução, que tem por base a participação da própria população. Desde o seu aparecimento que, em situações de pós-conflito ou de reconstrução na paz, a RC desempenha um importante papel, seja a nível social no reencontro de famílias que com a guerra se perderam, separando pais e filhos, maridos e mulheres e assim se conseguem voltar a reunir famílias dispersas pelos quatro cantos do país. A Rádio Comunidade Maliana, no distrito de Bobonaro, fronteira com a Indonésia, depois da independência juntou centenas de familiares de refugiados, através de um programa diário nocturno, durante o ano de 2001.

Num contexto de recente conflito armado, um dos contributos reconhecidos como sendo dos mais importantes de uma RC é o de vigilância, como refere um dos entrevistados:

“no pós-conflito o papel da rádio é de vigilância, porque dá voz e aprecia também o que o governo faz” (E2)

De acordo com Virgílio Guterres, as RC em Timor assumiram um papel fundamental durante os primeiros tempos da reconstrução:

“nos primeiros tempos de construção e preparação do povo, da população, o meio de comunicação mais efectivo é a rádio, num contexto pós-conflito, é importantíssimo, porque o nível da iliteracia é enorme e a rádio vai preencher este papel de podermos em diferentes dialectos às comunidades; educação política, problemas de reconciliação, precisamos da RC para isto.” (Virgílio Guterres, Director geral interino da Radiotelevisão)

Numa situação como a de reconstrução pós-conflito, importa utilizar a RC, em tempo de eleições, enquanto veículo promotor de debate e de apelo ao voto, a uma campanha política equitativa e sem violência, preparando os eleitores e os próprios jornalistas. Este papel é reconhecido pelos entrevistados como sendo de extrema importância em países instáveis, como é o caso de Timor-Leste.

“o ano passado (2002) antes da eleição da assembleia constituinte, do presidente, houve um processo muito grande de educação, onde participou a UNDP, a comissão eleitoral independente, faziam estes programas na rádio indo aos distritos e sub-distritos explicando como votar.” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

Verifica-se que em Timor-Leste as RC assumiram um papel importante na ajuda à reconstrução do país, no sentido em que os media podem desempenhar um papel de extrema importância em termos sociais, económicos e políticos. O seu papel é de agente de mudança, auxiliando nas transformações que ocorrem na sociedade. Mudar mentalidades é algo que requer tempo e não é um processo fácil. As RC podem aqui ter um impacto tendencial em toda a comunidade, apelando à participação e fortalecendo a democracia.

No caso da RCL, a grande alteração introduzida prende-se com a concretização da liberdade de expressão em Timor:

“No regime indonésio as pessoas que davam informações (fontes) ficavam receosos, agora é livre, não há opressão, agora resta aperfeiçoar.”
(FG/AC/PT)

A comunidade reconhece a RCL como um espaço de participação democrático e de liberdade,

“A população percebe que está a viver em democracia, a prova está nas entrevistas que são feitas, por exemplo, aos vendedores do mercado, em que as pessoas falam sem se sentirem oprimidas. Outro exemplo é um grupo de agricultores que difunde o seu próprio programa.” (FG/AC/CR)

Um dos aspectos que configuram o novo espaço de liberdade timorense prende-se com o facto da RCL ser um projecto de e para toda a população e não apenas para as classes mais abastadas:

“A rádio no tempo da Indonésia era dominada pela classe alta, agora é propriedade de todos, incluindo a classe baixa”. (FG/AC/CR)

O facto de a RCL se esforçar por incluir todas as franjas da população e as comunidades mais longínquas é vista pelos actores auscultados como sendo de suma importância para

alcançar os objectivos quer da rádio, quer de desenvolvimento da nação:

“Se eles não têm informações como sabem qual é o plano de Timor para o futuro? O povo precisa de participar no desenvolvimento? Em qualquer parte do mundo o povo é importante para o desenvolvimento de uma nação porque havendo o povo é que existe o Estado”. (E3)

De acordo com os participantes no grupo de discussão, a RCL é um duplo motor de desenvolvimento, quer pelo seu papel enquanto informador/ formador da comunidade,

“A população conhece a democracia mas na verdade como é esta democracia? Este é o papel da rádio para que a população saiba melhor como viver em democracia. Por exemplo, esses termos como presidencial e semi-presidencial, quem esclarece? É através da rádio que nos chegam essas informações.” (FG/AC/PT)

“Sim, muitas pessoas ouvem. Muitas vezes pelo caminho as pessoas abordam para fazer comentários. Dizem o que querem, o que precisam, daquilo que estão à espera. Por isso muita gente gosta de ouvir a rádio comunidade, porque sentem que é uma fonte de informação onde quer que eles estejam ouvem sempre.” (E3)

quer por ser voz activa da população junto dos órgãos de decisão:

“É um meio democrático para o povo; uma peça de controle da sociedade, o que quer dizer que já se pode fazer críticas a quem trabalha mal para que se mudem atitudes, por exemplo.” (FG/AC/CR)

“O povo não fala directamente com o governo, é como se fosse uma ponte (...) Recolhem depoimentos onde expressam livremente o que pensam e depois difundem aqui na rádio.” (E3)

Um dos entrevistados resume esta dupla função da RCL e das RC em geral, de forma muito clara:

“a rádio é comunidade por isso é de todos (...) a rádio comunidade é também ajudar o governo (...) no sentido de quando ele tem uma divulgação nós difundimos para a população (...) Quanto à comunidade, vamos saber quais as suas dificuldades e transmitir ao governo, de forma a

que este saiba quais as suas necessidades.” (E3)

A RC surge aqui como o meio que materializa a possibilidade de uma democracia participativa. Como nos diz Virgílio Guterres,

“Estou consciente de que Timor, como qualquer sociedade que está a sonhar e a decidir o seu futuro em direcção à democracia, esta implica a participação da população, e esta não é a população estar toda ela a falar no parlamento, temos lá apenas 88 deputados, mas não queremos que a nossa população só participe nos processos de eleições, de 5 em 5 anos, mas sim no dia a dia. Um meio de garantir a participação do povo é a comunicação social, a RC - oportunidade da comunidade participar num processo de desenvolvimento da democracia” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

Informar e formar a sociedade sobre os direitos democráticos é também, de acordo com os entrevistados, fazer chegar à população os seus deveres enquanto cidadãos e os limites que o próprio sistema democrático encerra:

“O jornalista deve manter a sua conduta à ética jornalística, por exemplo, na divulgação de palavras – referente às limitações da participação e da própria democracia. Nós entendemos isso muito bem, mas o que devemos fazer para que aqueles que não sabem os limites?” (E3)

De acordo com os entrevistados, Timor tem potencial para se tornar uma nação verdadeiramente democrática:

“tenho esta ideia (...) a democracia é liberdade de expressão e a liberdade de expressão é liberdade de informação e se estamos numa sociedade em que há livre circulação de informação. Timor não precisa muito tempo para entrar nesta situação, o que é preciso é capacidade de adaptarmos à nova situação” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

4.9. RCL, futuro e Sustentabilidade: Avaliação permanente e investigação-acção

Em Timor, a sustentabilidade, a longo prazo, dos projectos financiados é uma preocupação transversal:

“O problema da sustentabilidade está a envolver não só as RC como todas as instituições de comunicação social, jornais... até agora são suportadas por doadores ou ONG internacionais e o problema da sustentabilidade é um dos assuntos, dos desafios que se colocam principalmente à RC.”

(Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

Quando se trata de uma organização comunitária, como é o caso das rádios, questões como a apropriação e a sustentabilidade tornam-se prementes e, segundo os entrevistados, a dependência de financiamentos externos poderá desvirtuar o carácter comunitário das mesmas:

“Agora não pode sobreviver sozinha segundo o conceito de RC, teoricamente é propriedade da comunidade,” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

Devido ao seu carácter comunitário, a responsabilidade pela sustentabilidade das rádios tende a ser colocada nas mãos da população:

“o andamento e desenvolvimento vai depender muito da comunidade. O problema da sustentabilidade vai depender muito dos timorenses que estão agora a envolver-se neste processo de implementação, de consciencialização, de haver uma dedicação deles em trabalhar para a rádio e encorajar a comunidade.” (Virgílio Guterres, Presidente do Conselho de Administração da Rádio Difusão Pública)

No entanto, não será possível a manutenção destes projectos sem o compromisso dos poderes políticos locais e nacionais que devem assegurar esta responsabilidade com as populações locais:

“é necessário encontrar leis ou alternativas para fazer continuar a existir a rádio.” (E3)

O maior constrangimento com que se debate a RCL é comum a todos os projectos financiados por entidades externas:

“arranjar meios, fundos monetários para assegurar a continuidade”
(FG/AC/CR)

A RCL tem como prática a avaliação do trabalho participado, de identificação de problemas e especificidades inerentes ao funcionamento da rádio, o que permite desenvolver soluções para os ultrapassar.³²

As soluções apresentadas pelos actores auscultados são muitas e variadas e passam, por exemplo, por encontrar novas fontes de financiamento externas, sejam elas internacionais, nacionais ou locais,

“entretanto pode aparecer um doador com boa vontade.” (FG/AC/CR)

“estamos a tentar apresentar uma proposta para a UNESCO através de um programa de nutrição, mas esse dinheiro ainda não chegou.” (E1)

“As ONG locais juntarem-se e procurarem uma forma de apoiar a RCL, participando.” (FG/AC/CR)

Uma das possibilidades de financiamento apresentadas prende-se com o recurso a doadores locais e/ou nacionais, mas esta colide, segundo os colaboradores da rádio entrevistados e participantes no grupo de discussão, com vários constrangimentos difíceis de ultrapassar, uma vez que as ONG locais são elas próprias dependentes de subsídios internacionais:

“Quando os doadores internacionais pararem de dar dinheiro vai ser um problema para nós, porque também as ONG locais ainda precisam desses financiamentos internacionais, não têm dinheiro próprio (...) seria importante mas não têm poder.” (E3)

“As ONG locais estão ainda numa situação muito crítica, não podem ainda contribuir financeiramente para a rádio”. (FG/ACTPT)

Quanto às entidades públicas e privadas nacionais e locais, para além da falta de meios,

“Um dos problemas que parece haver é que os doadores não querem apoiar, porque se é comunitária é da comunidade.” (E3)

Assim sendo, para garantir a sua continuidade a RCL necessitou, desde cedo, de debater quais as estratégias a seguir. Uma das estratégias que parece reunir mais consenso é a de melhorar a programação e aumentar o alcance das emissões da RCL, para que esta

³² Anexo 8 – Output do exercício de avaliação/ identificação de problemas de 2003.

cubra um maior espaço territorial, suscitando um maior interesse junto da comunidade. Algumas das propostas de melhoria podem ser resumidas nas seguintes alíneas:

a) definição de missão e de actividades; b) novos programas; c) mais espaço para ouvintes; d) emissões em diferentes línguas; e) melhorar as técnicas; f) aumentar o horário transmissão; g) aumentar alcance; h) melhorar as condições de deslocação de voluntários.

Para que as alterações à programação sejam realizadas em conformidade com as expectativas da população de forma a captar novos investimentos, a RCL reconhece a necessidade de instaurar uma política de transparência das suas actividades:

“No que diz respeito a arranjar fundos para a continuidade da rádio, a participação é fundamental mas a rádio também tem de ser clara ao apresentar o resultado das contribuições – tem de ser exposto. Quanto à participação dos grupos, isso deve ser publicado para se dar a conhecer e também para se dar a conhecer aos outros. Mas para o futuro têm de se esforçar.” (E1)

Este esforço de transparência é extensível a toda a comunidade, sendo que avaliações periódicas fazem parte da sua actuação:

“Preparámos um questionário que entregámos à população e foram eles que responderam como querem os programas, qual o seu favorito, qual o que eles querem ouvir (...) o que gostariam de mudar, de aumentar.” (E1)

A avaliação das práticas levada a cabo pela RCL inclui também, sob a supervisão da INDE, no âmbito do projecto de implementação das RC em Timor, uma avaliação de desempenho dos colaboradores da rádio³³, através de metodologias que apelam à participação e fomentam a reflexão e a aprendizagem conjuntas:

“por exemplo o que está escrito (...) sobre o seu papel foram ideias deles, baseados nas partes positivas e negativas de ser voluntário; é que eles arranjam motivação, estando cientes e conscientes do seu papel. Mas agora quem pode continuar a dar ideias para os motivar? Com troca de ideias e

³³ Anexo 9 – Indicadores e *output* para a avaliação do programa de voluntários das RC com as quais a INDE colabora.

não com lições. Mas este é um passo difícil, temos de ter novas estratégias”
(E1)³⁴

A par das modificações internas e do reforço do diálogo com a comunidade e com potenciais entidades financiadoras, os actores auscultados referem a necessidade de fortalecer a ligação com outras RC, nomeadamente através da participação numa rede ou associação de RC que,

“tem como missão facilitar todas as Rádios Comunitárias, que possa ser uma força de união, formar uma unidade nesta nação entre as rádios existentes. A Associação tem este papel e outros, acerca do estado das Rádios Comunitárias, a associação existe para pôr os olhos e dar atenção às capacidades do staff, formação, troca de experiências entre as outras rádios, de modo a que a própria rádio possa progredir mais (...) mas debatem-se com falta de recursos monetários.” (E2)

“No futuro, pode ajudar quando uma RC enfrenta um problema a associação tem poder para a ajudar (...) Mas este é um problema que enfrentamos porque a associação não faz muito, não existe uma reunião regular, para discutir” (E1)

Uma das soluções de auto-financiamento encontradas pela RCL é também uma das evidências do sucesso do trabalho de capacitação e do *Empowerment* das pessoas envolvidas no projecto. Actualmente, os voluntários da RCL utilizam competências adquiridas na rádio para a sua sustentabilidade, nomeadamente, através do lançamento de um programa de apoio técnico, na área das tecnologias de informação, às organizações Governamentais e ONG.

A aplicação prática de uma diversidade de processos e resultados é crucial para o momento que a RCL está a viver. Podemos constatar que existe uma grande diversidade de problemas, pontos de partida, soluções, ritmos, protagonistas, processos de integração, resultados, entre outros, que impulsionam o encontro entre o Desenvolvimento da comunidade e o enraizamento da RCL.

³⁴ Anexo 10 - Transcrição do quadro do Programa de avaliação dos voluntários.

Conclusão

O papel desempenhado pelas Rádios Comunitárias como factor de Desenvolvimento Local é a problemática em estudo na presente investigação. A formulação do objecto de estudo e das hipóteses de trabalho baseou-se na reflexão sobre os conceitos referenciados no enquadramento teórico e na recolha e observação das práticas e representações dos actores auscultados.

O estudo teve como objectivo central analisar a actuação e impacto das Rádio Comunitárias em Timor-Leste, em particular da Rádio Comunidade Lospalos, no Desenvolvimento da comunidade circundante, num contexto de reconstrução de um país e do seu povo.

O aspecto central desta investigação prende-se com o potencial das RC – e da RCL em particular - enquanto geradoras de participação e *Empowerment* na população local; como veículo de conservação das tradições e reforço da sua identidade; no seu contributo para o Desenvolvimento pessoal e colectivo da comunidade em que se insere.

As maiores dificuldades encontradas pela investigadora no terreno prenderam-se com a barreira linguística com os auscultados (que não falavam português e por isso todos os exercícios dependeram de um ou dois tradutores); o facto da investigadora estar a trabalhar com as RC a nível nacional, originou que a permanência em cada local fosse sempre curta (máximo de uma semana de cada vez), o que constringia a observação participante; a extensão do distrito de Lautém, cuja incursão foi dificultada por acessos limitados e morosos.

Gostaríamos ainda de salientar a adaptação da investigadora e seus objectivos de investigação à cultura e modo de vida locais. A nossa integração na comunidade foi, em muito, facilitada pelo facto de estarmos inseridas num projecto que era já familiar a todos, assim como o facto de estarmos sempre acompanhadas com os técnicos locais da INDE.

Os resultados, quer ao nível dos grupos de trabalho com a comunidade e voluntários da RCL, quer ao nível da observação e recolha de material no contexto em análise, confirmaram a existência de potencialidades da RC no desenvolvimento da comunidade em questão.

Cientes do alcance relativo deste impacto positivo, gostaríamos de realçar alguns dos aspectos mais importantes encontrados na verificação de cada hipótese.

A primeira hipótese refere-se ao contributo das RC para a participação e *Empowerment* da comunidade em que se insere: **RC como participação.**

Apesar das dificuldades e constrangimentos encontrados no funcionamento da RCL, a rádio é recebida pela comunidade com orgulho e dedicação. No distrito de Lautém, a RCL é baluarte de liberdade de expressão, mas apesar dos apelos à participação da comunidade, esta ainda se revela com timidez. A história de opressão e medo está ainda presente na memória recente deste povo (quer em nome individual, quer através das suas instituições), que mostra alguma dificuldade em apropriar-se da RC, transformando-a numa alavanca em prol do seu bem-estar pessoal e comunitário.

Durante o período de recolha empírica, encontrámos elementos que corroboram esta hipótese. O nível de audiências da população é elevado, sendo o momento de ouvir a rádio expresso como um momento ‘obrigatório’ para muita gente. Segundo depoimentos recolhidos, a população em geral compreende que a RCL é de Lautém, pertence a Lospalos e às comunidades daquele distrito.

Importa ressaltar que os níveis de participação e as mudanças que daí advêm, são indicadores difíceis de medir, uma vez que, por um lado, a RCL era um média recente, tendo apenas quatro anos de emissões; e por outro, a mudança, em especial a mudança de comportamentos, é algo que demora tempo a acontecer de modo a ser empiricamente observado.

Ainda assim, a comunidade revela um conhecimento aprofundado acerca de toda a programação e práticas da rádio, contribui para a sua avaliação periódica e apresenta capacidade de reflexão sobre as mudanças necessárias para que as emissões possam chegar a um maior número de ouvintes. Isto é, apesar de se verificarem cada vez mais críticas às emissões, o interesse pela RCL mantém-se tal como o reconhecimento das potencialidades da mesma. No entanto, o interesse pelas emissões da rádio parece estar a diminuir com a menor alfuência de programas financiados por organizações internacionais.

Recordamos que a RCL foi constituída segundo a proposta de uma Organização Internacional, depois de ter dado formação a actores locais. Nos primeiros anos que se seguiram ao massacre de 1999, o território nacional estava repleto de entidades internacionais que ajudavam o povo a reerguer-se, dia após dia.

A aposta num média comunitário foi arriscada, tendo em conta o contexto de pobreza e isolamento vividos em Lautém. Mas apresentou-se também como um desafio para alguns dos jovens voluntários que aceitaram arrancar com o projecto.

Da nossa observação, podemos concluir que o mais difícil na implementação e manutenção da RCL não foi tanto a falta de formação dos repórteres, nem tão pouco as condições técnicas em que operavam (e que eram inconstantes), mas sim a dificuldade da comunidade – na sua maioria sem escolaridade e com grandes dificuldades de expressão - em comprometer-se e tomar a iniciativa de fazer parte da rádio

No entanto, a participação existe e, apesar de ficar aquém das expectativas dos técnicos que dirigem a rádio, as formas de que se reveste e o impacto que a grelha de programação provoca na comunidade, é já visível. Encontrámos uma comunidade mais esclarecida, mais informada e sempre expectante relativamente à ‘sua rádio’. Os programas de alfabetização, são exemplo da forma como a RC promove a participação dos seus ouvintes, originando uma mudança nas suas vidas.

Para além disso, a rádio é utilizada, nomeadamente, para resolver quezílias entre vizinhos, familiares e amigos, solicitar músicas e poesias através de dedicatórias, reunir famílias, transmitir mensagens a quem está geograficamente distante, inclusivamente as mensagens mais importantes como as de um nascimento, casamento ou morte.

Em Lospalos, este papel está a ser assumido pela RCL que, mesmo depois da retirada de grande parte da ajuda e financiamento de programas da sua grelha matutina e vespertina, se compromete em continuar com o serviço à comunidade, ao cidadão. Para isso, são feitos esforços de comunicação e colaboração com outras RC do país, apelando ao reforço da actuação da Associação de RC a nível nacional e, de forma totalmente inovadora, estão a ser rentabilizados os conhecimentos técnicos adquiridos pelos voluntários da RCL no apoio a outras rádios e instituições.

São os mais jovens que se mantêm mais informados e atentos, que se mostraram decididos a alterar esta situação. Os seus objectivos são devolver a voz ao povo, informar acerca do voto consciente, promover a tomada de decisão esclarecida e informada – fomentar o *Empowerment* dos cidadãos.

É importante reforçar que o *Empowerment* dos cidadãos nas suas mais diversas formas, é uma vertente da rádio tão importante quanto o entretenimento. Pudemos constatar que a equipa da RCL estava consciente desse facto e da questão crucial do melhoramento da

grelha de programação, directamente relacionada com a recolha de fundos para financiamento de novos e melhores programas.

Pensamos que se cada grupo da sociedade se reunisse e disponibilizasse uma hora por semana para ir à rádio fazer um programa sobre as técnicas e métodos utilizados em cada área de trabalho e actuação, estes programas seriam tão mais úteis à comunidade do que outros feitos por organizações internacionais. Mas são estes actores os detentores de credibilidade, qualidade e reconhecimento por parte da população. Ainda nos pareceu difícil a comunidade olhar para si mesma e ter orgulho e coragem de aprender mais com os seus pares, com as suas experiências de vida.

Este é um caminho que está a ser edificado e que levará, certamente, tempo a construir. Mas o seu objectivo é tornar as pessoas da comunidade capazes de confiarem em si mesmas e de se reconhecerem aptas para empreenderem uma acção comum e eficaz no sentido de melhorar a sua situação de vida. O que pode ser conseguido através do empenho da população na realização de um projecto comunitário simples e de utilidade para a colectividade.

Só depois, numa segunda fase, se começará a preparar a população para entender a necessidade de enquadramento dos próprios problemas em perspectivas mais amplas do que a da própria comunidade. Muitas vezes esta necessidade surge por si e é reconhecida espontaneamente pela sua população.

Observámos um povo que se mostra extremamente dependente e com alguma inércia na tomada de iniciativa e de decisões. Foram décadas de colonização portuguesa, seguidos de 27 anos de opressão sob o regime indonésio, culminando na total dependência económica e política da Comunidade internacional depois de 1999.

Ao longo de toda a incursão no terreno, foi recorrente a temática da necessidade de Timor-Leste mobilizar os seus recursos humanos, nomeadamente os que se encontram no estrangeiro, pois, apesar das suas habilidades inatas e potencial de liderança, o povo timorense não tem contacto directo com crescimento tecnológico e, nos locais mais recônditos como é o caso do Distrito de Lautém, a população está também afastada do desenvolvimento económico e social.

A mudança social está a acontecer e é na sua maioria exógena, potenciada pela ajuda internacional e coordenada a partir da capital, sem que a grande maioria da população tenha um papel activo na mesma, fazendo apenas parte de uma massa relativamente

inerte a qual os líderes de desenvolvimento dos seus países apelidam de ‘dinâmicas e vitais’.

Países como Timor-Leste, que se encontra em reconstrução, precisam da cooperação activa e informada dos indivíduos que moram nos campos e na cidade, da solidariedade de todos. Para tal, o sistema público terá de aumentar o fluxo de informação, oferecer educação onde até então nunca tinha existido, alfabetizar e ensinar ferramentas técnicas a um ritmo acelerado. Esta é a única forma de conseguirem preparar as populações para alcançar o Desenvolvimento pretendido e de garantir a sua participação na construção e manutenção dos mais diversos instrumentos de desenvolvimento, sejam eles as RC ou outros.

A segunda hipótese questiona o papel da RC enquanto veículo de conservação das tradições e reforço da identidade da comunidade em que se insere: **RC como mudança.**

Ao longo da investigação relacionámos os média comunitários com o processo de desenvolvimento do País. No entanto, a noção de identidade individual e comunitária varia consoante o local e aqui os média comunitários têm um papel importante, no sentido em que facilitam a construção dessa identidade, pois sendo um média da comunidade e para a comunidade, é antes de mais um espaço de debate.

Como o próprio nome indica é um espaço onde são discutidos interesses comuns, da comunidade, podendo originar, em última instância, conflitos ou consensos. Contudo, o seu intuito é exactamente o de proporcionar um local onde a discussão pública possa ter lugar, onde os indivíduos que partilham algo em comum, possam exprimir-se e participar.

Importa lembrar que, tal como acontece noutras regiões do mundo, dentro de Timor-Leste há várias identidades, separadas entre si por questões de línguas ou de etnias, por exemplo. No entanto, há uma identidade nacional que os une enquanto povo do país do Sol Nascente.

A estrutura tradicional em Timor-Leste era muito forte antes da colonização portuguesa, mas durante esse período aquela foi abafada em prol de um controlo mais eficaz das populações. Quanto à estrutura local, também o regime indonésio interferiu bastante, dividindo comunidades através da dispersão do povo pelo território nacional, de modo a dificultar o acesso à educação, saúde, aos movimentos contestatários organizados.

Foi uma sociedade que passou da ‘idade média’ à ‘idade moderna’ de uma forma muito rápida, originando rupturas internas, a perda das chefias tradicionais, espaçamentos forçados e perdas humanas importantes, pois quem questionava esta nova ordem social, era rapidamente silenciado.

No entanto, a vontade de voltar a formar comunidades está a desenvolver-se e da observação directa que levámos a cabo no distrito de Lautém, pudemos recolher depoimentos que nos relatam a importância da diversidade cultural e linguística local e a visibilidade que a rádio poderia ter nas questões relacionadas com a preservação dos dialectos locais.

Já em termos de líderes tradicionais (os Lurais), constatámos que tanto em Díli como em Baucau (as duas maiores cidades do país), estes já não existem. No restante território nacional, o relacionamento social tradicional é o único que realmente funciona, seja no interior seja nas cidades. Uma comunidade que não tenha Lurais significa que tem um problema de identidade. A força destes mentores espirituais é muito importante para a união da comunidade, sendo que na actualidade Timor-Leste tem vindo a debater-se com o problema de substituição dos Lurais, visto o processo de escolha implicar regras muito complexas e, também neste aspecto, muitas são as marcas deixadas por 25 anos de conflito, de separação, de forçada reunião física.

Timor-Leste encontra-se, assim, num processo de mudança de identidade nacional e cultural, produto da assimilação de conceitos e ideias que lhes chegam do exterior, aliados às tradições que, actualmente, se debatem com a sobrevivência.

No entanto, as mudanças ocorridas em Timor não se podem dissociar de um reforço da cidadania e da democracia sentido pela comunidade em análise. Segundo as representações que pudemos analisar da pesquisa de terreno efectuada, a população ao expressar-se livremente na rádio, identifica a RC como um meio democrático, um mediador entre o povo e o governo. A comunidade é detentora de informação sobre os processos democráticos, sobre a importância do voto livre e consciente, transmitindo esclarecimentos aos seus ouvintes, fazendo com que eles se sintam mais perto dos centros de decisão, na capital do país.

Em suma, a população reconhece a RC como pertencendo à comunidade, sabem o que significa participar e isso, segundo as representações dos actores auscultados, aumenta o sentimento de cidadania e de democracia da comunidade em geral.

A última hipótese questiona a contribuição da RC para o Desenvolvimento pessoal e comunitário da comunidade em que se insere: **RC como Desenvolvimento.**

Para reflectir sobre o impacto da RCL no desenvolvimento da comunidade e, tal como na verificação empírica levada a cabo na quarta secção desta investigação, tomámos como referência o conceito de Desenvolvimento Local Integrado, que procura colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do Desenvolvimento, apelando ao exercício pleno da cidadania e tendo como resultado uma participação activa de todos.

Enquanto processo de mudança social, o Desenvolvimento implica ganhos e perdas, pelo que cabe a cada sociedade assegurar o máximo de solidariedade na sua participação, evitando reforçar minorias existentes e/ou discriminação de grupos ou sectores da comunidade em questão.

Da nossa análise empírica podemos concluir que, para além das populações terem a oportunidade de se expressarem livremente na RCL, esta participa no desenvolvimento da comunidade, sendo um meio democrático, um mediador, gerador de mudança de atitudes. Se o Desenvolvimento opera uma transformação profunda dos indivíduos e dos grupos humanos, estes devem ser os autores dessa transformação, apelando à iniciativa, participação e responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar.

O DL é centrado na comunidade territorial, o que pressupõe um território de solidariedade e de identidades comuns, que possam mobilizar a comunidade e as suas iniciativas para projectos de Desenvolvimento. O paradigma Territorialista assenta na realização conjunta de quatro princípios fundamentais: Participação, Autonomia, Solidariedade e Diferença.

Através das emissões da RCL, pudemos constatar que os actores locais auscultados são de opinião que a comunidade se está a desenvolver, ajudando a dar algumas respostas a necessidades sociais fundamentais insatisfeitas, como é o caso da saúde materno-infantil, questões relacionadas com as colheitas, com a cotação do dólar, entre outras. No entanto, com a escassez de financiamentos vivida no momento da recolha empírica, a RCL encontrava-se, neste aspecto, aquém das expectativas da comunidade. Reivindicavam-se mais programas que dessem verdadeiras respostas às necessidades da população, para além dos noticiários e do programa de música e dedicatórias.

Pela observação directa que levámos a cabo, pudemos constatar que o impasse em que a RCL se encontrava devia-se, em grande parte, à parca mobilização de capacidades endógenas, sendo que os voluntários se debatem com uma enorme dificuldade em mobilizar as várias capacidades e recursos locais para a sustentabilidade da rádio.

Por ser uma mais valia a população participar activamente na construção do seu futuro e dos projectos de desenvolvimento que lhes servem de base, a RCL reclama uma maior dinâmica de participação das populações. Apesar das populações serem chamadas a participar na rádio, nomeadamente através de sensibilizações levadas a cabo pelos seus pares (os membros do Conselho da Rádio), esta é ainda diminuta (como já pudemos explicar aquando da apresentação das conclusões relativas à Hipótese 1).

A população mostra ainda resistência a tomar a iniciativa de dirigir o futuro da rádio havendo a tendência para preferir que tal tarefa – por ser muito trabalhosa, difícil e requerer conhecimentos muito específicos – fique a cargo de pessoas mais escolarizadas. Acontece, como em muitos outros locais do mundo, que os jornalistas e os média em geral são vistos como algo inatingível, onde apenas o jornalista é o detentor da informação e da verdade.

O conceito de RC vem exactamente revolucionar esta visão ao devolver aos cidadãos a oportunidade de fazerem parte da sua rádio, de serem eles próprios os repórteres dos acontecimentos do dia-a-dia, não sendo preciso ter ‘voz de radialista’ para comandar as emissões diárias. A credibilidade da informação é, assim, uma grande responsabilidade partilhada por todos e não apenas a cargo de alguns.

A população auscultada reconhece que um dos papéis que a RCL desempenha é ser um centro de informação independente e uma ponte entre os diversos sectores da sociedade. Daí que existam programas ligados à saúde, à infância, à agricultura, entre outros, que obrigam a uma visão multidisciplinar originada pela confluência de saberes e objectivos diferentes mas agregadores.

Esta pluralidade conduz-nos à questão do trabalho em parceria, ou seja, para que haja efectivamente parcerias de Desenvolvimento, torna-se necessário levar mais longe as experiências de reforço da rede de solidariedades entre os diversos sectores da comunidade.

No contexto do estudo, esta questão traduzir-se-ia, a título de exemplo, numa relação mais estreita entre as ONG locais e a rádio, sendo que tal ainda se verifica em pequena

escala. Dada a situação económica e social, as ONG locais lutam elas próprias pela sua sobrevivência, pelo que, reconhecem que não conseguem contribuir financeiramente para o funcionamento da RCL, fazendo pouco uso do espaço de antena que a rádio lhes oferece como meio de divulgação das suas próprias actividades junto da população.

Somente criando sinergias se consegue fomentar o trabalho em parceria entre entidades de forma a surtir um impacto tendencial em toda a comunidade. Para garantir este impacto, as potencialidades valorizadas não podem ficar retidas num ou dois sectores da comunidade, mas sim dirigir-se a todos. Tornou-se um hábito ouvir a RCL, sendo que a rede de solidariedade existe também na hora dos programas vespertinos, quando vizinhos se reúnem à volta do mesmo aparelho para ouvir as notícias e os seus programas favoritos.

Uma perspectiva integrada e integradora é fundamental para a análise da realidade timorense, especialmente em 2003, ano da presente investigação. Importa lembrar que nessa altura tinham passado apenas quatro anos desde a independência de um país que se encontrava muito debilitado a nível dos principais sectores da sociedade. Em 2003, apesar da falta de dados estatísticos que o comprovem, havia ainda muita pobreza e para o cidadão comum a prioridade seria a subsistência.

Uma vez que a RCL tem um importante papel como agente de formação da própria comunidade, gerando efeitos de imitação das 'boas práticas' difundidas, no futuro, deveria haver uma aposta mais clara no desenvolvimento de materiais didácticos para educação à distância através da rádio.

A RCL subsiste centrada e dependente do esforço de poucos voluntários, no entanto é necessário aprofundar mais a integração de actividades, de perspectivas, de dimensões e sectores de intervenção, para que o seu funcionamento seja mais coeso.

No contexto de DL, importa respeitar a diversidade de soluções, caminhos, ritmos de cada comunidade e de cada situação. Dado que tivemos o privilégio de observar de perto três das emissoras comunitárias em Timor-Leste, pudemos constatar que todas elas têm dinâmicas próprias e que estão intimamente ligadas aos ritmos que a vivência das suas comunidades lhes imprime. Cada uma tem as suas dificuldades e vicissitudes e foi unânime a necessidade da existência de uma Rede Nacional de RC a funcionar em pleno e que, adequando as soluções a cada situação, ajudasse a uniformizar as acções.

Da presente recolha de informação pudemos, assim, constatar que a RCL participa na melhoria da qualidade de vida da comunidade, no seu Desenvolvimento a vários níveis. A comunidade encontra-se mais informada sobre a comunidade, o país e o mundo. São detentores de informação sobre a forma como se desenrola o processo democrático, sobre a importância do voto livre e consciente, sentindo-se mais perto dos centros de decisão, na capital do país.

A RC proporcionou ainda a esta comunidade novos conhecimentos em diversas áreas, como na saúde, educação, alimentação, entre outras. Mas também tiveram oportunidade de assistir a aulas de português através das emissões da rádio. Todos estes factores fazem com que a população se sinta mais próxima entre si, as famílias estão mais próximas por poderem comunicar através da rádio, as comunidades distantes estão menos isoladas. A RCL é uma rádio de proximidade e Lautém ficou mais ‘pequeno’ em grande parte devido ao impacto que a rádio tem na sua população. E tudo isto é Desenvolvimento.

Ao longo da presente investigação **a variável tempo** pareceu destacar-se em termos da sua importância para o êxito de um processo de DL. Apesar do conceito de Desenvolvimento Local Integrado ser bastante completo, uma das **contribuições** que, partindo da observação e auscultação locais, pensamos que este estudo pode modestamente fornecer **à implementação do conceito de DL**, prende-se com o factor tempo nos processos de desenvolvimento, sejam eles endógenos ou exógenos.

Consideramos que existe um desfasamento entre o tempo da intervenção (financiamento, formação, apoio técnico, sensibilização, implementação da rádio) e as necessidades reais sentidas pela comunidade receptora, de modo a que esta possa conhecer, compreender e apropriar-se de uma forma sustentável do instrumento de desenvolvimento proposto.

Este tempo necessário à população para receber e participar de uma dada intervenção, tornando-se eventualmente o seu motor, varia de comunidade para comunidade, depende da sua estrutura etária, escolaridade, do seu passado histórico, da sua identidade, da experiência resultante de processos semelhantes, entre muitos outros factores. Assim, pensamos que os processos de Desenvolvimento, nomeadamente o processo de implementação da RCL em Lospalos, pode ter sido comprometido pelas dificuldades de diagnóstico da realidade e, especialmente, pelas dificuldades de fazer coincidir os tempos dos financiamentos dos projectos de cooperação com as reais

necessidades de tempo da comunidade para se apropriarem dos mesmos, tenham estes sido diagnosticados ou não.

A razão da RCL, em 2003, estar ainda debilitada em vários aspectos, pode estar directamente relacionado com esta diferença de critério temporal. É imperativo adequar a intervenção às necessidades de cada comunidade, uma vez que todas têm as suas especificidades, tendo capacidades diferentes de resposta e de absorção das novas realidades entre si.

Em termos de **recomendações políticas** de apoio às RC em Timor-Leste, gostaríamos de destacar a necessidade de existir uma legislação que enquadre a sua actuação. Se é verdade que se espera que elas sejam apropriadas pela comunidade, o governo timorense também tem alguma responsabilidade na **profissionalização do terceiro sector**.

No entanto, para haver independência e imparcialidade, por um lado, e profissionalismo por outro, é necessário o Estado apostar na **educação** dos cidadãos como um dos sectores prioritários. Só um grau de educação e esclarecimento mais elevado, é garante de indivíduos verdadeiramente motivados e profissionais no comando das RC e, conseqüentemente, das informações veiculadas a toda a comunidade. Os média comunitários não podem, por si, desempenhar o papel de educador. Essa é, em primeiro lugar, a função do sistema educativo formal, uma aposta forte de qualquer governo democrático do mundo.

Relativamente à actuação da comunidade internacional, a nível das RC a intervenção nem sempre tem sido contínua e, portanto, garante de uma intervenção adequada em termos de sustentabilidade das RC a longo prazo. Constatámos que estas estavam ainda muito dependentes das organizações internacionais, tanto para o financiamento de programas, como para o apoio técnico, assim como em termos de equipamento e de reparações.

O que se pede à comunidade internacional é uma intervenção que surta efeito a longo prazo, que não crie dependência monetária ou técnica, ou seja, capacitação e sustentabilidade tendo em conta as necessidades de cada comunidade e não um ‘pacote’ igual para todos, segundo um modelo desenhado num projecto aprovado por um fundo internacional. Há que conhecer a realidade antes de submeter os projectos de cooperação aos financiadores e adequar as intervenções a cada realidade.

Para futuras investigações sobre o tema, pensamos que o conhecimento aprofundado da região e contactos privilegiados junto da população timorense, devem ser incentivados. A questão linguística revelou-se fundamental e, ao mesmo tempo, castradora. O facto da maioria da população não falar português foi, por si, uma grande surpresa e reveladora da possível imposição, em Timor, de uma identidade forjada, neste caso a identidade portuguesa que se materializa através da divulgação de que Timor-Leste ainda fala em português. Este facto, dificultou a comunicação num trabalho que se quer o mais fidedigno possível às declarações dos auscultados. Futuramente são importantes conhecimentos de tétum, para permitir a aproximação do investigador ao objecto de estudo.

Posfácio

Ao concluirmos este trabalho, refletimos sobre o cruzamento das nossas duas áreas académicas que, por feliz coincidência, também o têm sido a nível profissional, tal como referimos na Introdução. A Comunicação (nas suas mais diversas acepções) e o Desenvolvimento (em diversos contextos e países) têm sido uma constante ao longo dos últimos seis anos de percurso profissional.

Procurar fazer a ligação entre os dois conceitos foi o maior desafio a que nos propusemos com este estudo. Quando o iniciámos, em 2003, esta ligação começava então a fazer-se ouvir nos circuitos académicos e profissionais no nosso país. Mas é especialmente nos países em desenvolvimento que esta combinação se afigura *perfeita*.

Depois de constatar que o jornalismo que se faz em Portugal não é o jornalismo social e de intervenção com que sonhávamos há vários anos, e sensibilizadas pelas experiências de vida que o voluntariado em Cabo Verde nos tinham preporcionado, os caminhos do Desenvolvimento foram a resposta às nossas expectativas.

As primeiras experiências com a Comunicação enquanto factor de Desenvolvimento foram em Timor-Leste, aquando do levantamento empírico do presente estudo. As Rádios Comunitárias revelaram-se um média com um poder e um carisma incréveis neste país. O comprometimento das equipas de rádio foi inspirador e o envolvimento dos seus beneficiários, fazia com que o projecto valesse a pena. Mas a nossa incursão pelo mundo dos média comunitários estava ainda no início.

Ainda numa deslocação ao terreno sob a égide de uma ONG portuguesa com projectos de Cooperação para o Desenvolvimento, tivemos oportunidade de alargar os nossos horizontes ao visitar mais uma RC na Guiné-Bissau e constatar que também neste país caracterizado por uma grande instabilidade política e social, as RC têm um papel extraordinário em prol da comunidade. Importa ter em conta que as RC neste país têm uma implementação mais antiga, o que nos possibilitou de verificar que a estreita colaboração entre organizações de cariz local, comunitário e/ou ONG, constitui uma mais valia como garante de participação e como factor gerador de *Empowerment* da população.

Em Portugal, trabalhámos em estreita colaboração com a população de um bairro desfavorecido da cidade de Lisboa, construindo com eles uma *newsletter* mensal, onde a

população era o rosto da publicação e as suas necessidades, a prioridade na elaboração dos artigos e reportagens.

Mais tarde, tivémos o privilégio de colaborar num projecto de Comunicação para o Desenvolvimento implementado pelo programa STEP da Organização Internacional do Trabalho, em Cabo Verde. Ali, desenvolvemos com jovens voluntários de uma RC da cidade da Praia, em estreita colaboração com jornalistas locais e a Plataforma das ONGD, um programa de rádio que devolvia à população temáticas relacionadas com a Luta contra a Pobreza e Exclusão Social, a partir de conteúdos desenvolvidos para consulta em Biblioteca Virtual (CIARIS). Estes conteúdos também foram adaptados para módulos de formação à distância (sistema de e-Learning), tendo como destinatários agentes de Desenvolvimento Local nos PALOP, dos quais fomos tutoras e facilitadoras.

O potencial ilimitado dos actuais meios de comunicação tem sido um fascínio crescente no nosso percurso. Depois do galardoado filme brasileiro ‘Cidade de Deus’, um grupo de jovens que perteceram ao seu elenco, juntaram-se e constituíram uma ONG com sede no Rio de Janeiro, a qual utiliza o meio audiovisual para conseguir o *Empowerment* de outros jovens oriundos das mais problemáticas zonas da cidade.

Com estes produtores e realizadores tivémos o privilégio de realizar dois documentários, tendo como temática a Responsabilidade Social das Empresas, no Brasil. Uma vez mais, um outro média, uma outra forma de comunicação, revelava que a mudança é possível e que a satisfação das necessidades básicas das populações levam a um aumento significativo da sua participação no seu destino e no da sua comunidade.

Seja através de programas na rádio, de *newsletters*, de documentários ou de formações *online*, da construção de *Blogs* ou de sítios na *Internet*, as formas de comunicar alteraram-se radicalmente nas últimas décadas, mas a força e o impacto positivo das palavras, sons e imagens na vida das pessoas, é cada vez maior e mais visível.

O que a relação entre a Comunicação e o Desenvolvimento nos ensinou de mais profundo, é que em qualquer contexto, em todos os territórios, cenários de pós-guerra, corrupção ou pobreza, esta ligação deve ser implementada, incentivada e ampliada, pois tem um poder mobilizador e gerador de mudanças único e apaixonante.

Bibliografia

Secção 1. Pressupostos metodológicos da análise do papel das Rádios Comunitárias no Desenvolvimento Local

ALASUUTARI, P. - **An Invitation to Social Research**, Londres: Sage, 1998.

BERGER, A. A. - **Media and communication research methods: an introduction to qualitative and quantitative approaches**, Londres: Sage, 2000.

BURGUESS, Robert G. - **A pesquisa de Terreno: uma Introdução**, Celta: Lisboa, 2002

DECON, D., PICKERING, P. e MURDOCK, G. - **Researching Communications**, Londres: Arnold, 1999.

GASKELL, George, BAUER, Martin W. - **Pesquisa Qualitativa com texto, Imagem e Som**, Petrópolis: Vozes, 2002.

GUERRA, Isabel Carvalho - **Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção: o Planeamento em Ciências Sociais**, 2.^a ed., Cascais: Principia, 2002.

GUNTER, B. - **Media research methods: measuring audiences, reactions and impact**, Londres: Sage, 2000.

PEDRO, E. R., (ed) - **Análise Crítica do Discurso**, Lisboa: Caminho, 1997.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan - **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, 2.^a ed., Lisboa: Gradiva, 1998.

VAN CAMPENHOUDT, L. - **Introdução à análise dos fenómenos sociais**, Lisboa: Gradiva, 2003.

YIN, R. K. - **Estudos de Caso: Planejamento e Métodos**, São Paulo: Bookman Companhia Ed., 2001.

Secção 2. Do crescimento ao desenvolvimento: diferentes conceptualizações e estratégias?

AA.VV. - O Desenvolvimento local hoje – elementos para uma globalização mais humana, Revista @local.glob (em linha), nº. 1, 2005, consult. 27 Maio 2009, disponível em <http://campus.delnetitcilo.net/public/pt/publicacoes/revista-do-delnet/local-glob-1-o-desenvolvimento-local-hoje-desafios-do-local-perante-um-mundo-globalizado>.

AA.VV. - **Desenvolvimento Comunitário – Seminário de estudo sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária**, Ministério de Saúde e Assistência, (S.l.): Lisboa, 1965.

AMARO, Rogério Roque – Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? – da teoria à prática e da prática à teoria, **Cadernos de Estudos Africanos**, nº 4, Janeiro / Julho, Lisboa, 2004.

AMARO, Rogério Roque - O Desenvolvimento Local: um caminho para a Sociedade-Providência?, **III Conferência dos Economistas de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: (s.n.), 2000, pp.1-21.

AMARO, Rogério Roque - O Desenvolvimento Local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro, **Revista ‘A Rede para o Desenvolvimento Local’: Dez anos de Desenvolvimento Local em Portugal**, Lisboa: (s.n.), 1998, pp. 60-64.

AMARO, Rogério Roque - Opções, Estratégias e Actores de Desenvolvimento em confronto no Caso de Foz Côa, **GONÇALVES, Maria Eduarda (coord.), O Caso de Fôz Coa: um laboratório de análise sócio política**, Lisboa: Edições 70, 2001, pp.193-219.

AMARO, Rogério Roque - Lógicas de espacialização da economia Portuguesa, **Sociologia – Problemas e práticas**, nº. 10, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia ISCTE, 1991, pp. 161-182.

AMARO, Rogério Roque (coord.) - **Iniciativas de Desenvolvimento Local: caracterização de alguns exemplos**, Lisboa: ISCTE/IEFP, 1992.

AMARO, Rogério Roque - As novas oportunidades do Desenvolvimento Local, **A Rede para o Desenvolvimento Local**, nº. 8, Faro: Associação In Loco, 1993, pp.15-22.

AMARO, Rogério Roque (1990) - O 'puzzle' territorial dos anos 90 – uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões), **Vértice**, nº. 33 - Dezembro, Lisboa: (s.n.), 1990, pp.39-48.

AMARO, Rogério Roque - A Europa das integrações e das desintegrações e o caso português: por quem dobram os sinos e o que anunciam?, **CESO – Revista do Centro de Estudos 'Economia e Sociedade'** Nº.3 - Novembro, Lisboa: (s.n.), 1990, pp.7-22.

BLAKELY, Edward J., **Planning local economic development: theory and practice**, 2ª. Ed., California: SAGE, 1994.

FRIEDMANN, John - **Empowerment: the Politics of Alternative Development**, Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

GUERRA, Isabel Carvalho - **Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção: o Planeamento em Ciências Sociais**, 2ª. ed., Cascais: Principia, 2002.

HENRIQUES, José Manuel - **Theories and policies of local development**, 1st Workshop Local Development, London: Regional Development Institute, 1989, pp.99-115.

HENRIQUES, José Manuel et al - Local Development in Poverty 3, **The Lessons of the Poverty 3 Programme**, London: (s.n.), 1992, pp.3-18.

MEADOWS *et al* - **A Relação entre o Mundo do Trabalho e o Meio Ambiente: Limites para o Desenvolvimento Sustentável**, (S.I.): Clube de Roma, 1972.

MOURA, José Horácio - **Promoção social: o caso de Coimbra**, Coimbra: Governo Civil de Coimbra, 1963.

O.I.T. - AMARO, Rogério Roque (Coord.) - **A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal - Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza**, Genebra: B.I.T. - Programa STEP, 2003.

O.N.U - **Cycle d'études européen sur la formation en matière de développement communautaire**, (s.l.): ONU, 1962.

PERROUX, François - **A new concept of Development**, Paris, UNESCO, 1983.

P.N.U.D. - **Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste: O caminho à nossa frente**, (s.l.): PNUD, 2002.

P.N.U.D. - **Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste: The way out of Poverty**, (s.l.): PNUD, 2006.

SACHS, W. - **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**, Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura Sousa - **Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade**, Caps. 5 e 9, Porto: Afrontamento, 1995.

SEERS, Dudley - Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?, **Análise Social**, Vol. XV, Lisboa: (s.n.), 1979, pp.949-968.

SILVA, Manuela - **A inserção económica de populações desfavorecidas, factor de cidadania**, Lisboa: Ed. Sociedade e Trabalho, 1961.

SILVA, Manuela - **Desenvolvimento Comunitário - Seminário de estudo sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária**, Lisboa: Ministério de Saúde e Assistência, 1965.

SILVA, Maria Manuela - Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário, **Análise Social**, vol. I, n.º 4 (Outubro), Lisboa: (s.n.), 1963, pp.538-558.

STÖHR, Walter, TAYLOR, Frazer (ed.) - **Development from above or below?: The Dialects of Regional Planning in Developing Countries**, UK: John Wiley, 1981.

STÖHR, Walter B. - Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies, **Estudos de Economia**, Vol. IV, Julho-Setembro, Lisboa: (s.n.), 1984, pp. 461-485.

STÖHR, Walter - New Regional Development Paradigms: Decentralization, Governance and the New Planning for Local-Level Development, **Contributions in Economic History Series**, n.º. 255, California: Greenwood Press, 2001.

WEAVER, C. - **Regional Development and the Local Community**, UK: John Wiley, 1984.

Secção 3. Comunicação e Desenvolvimento: uma relação de interdependência?

ALBARELLO, Luc et al - **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa: Gradiva, 1997.

BARBADEL, J. M. - **A Cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARKER, C. - **Global Television: an introduction**, Londres: Blackwell, 1997.

CASTELS, Manuel - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, **A Sociedade em Rede**, Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTELS, Manuel - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, **O Poder da Identidade**, Vol. II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTELS, Manuel - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, **O Fim do Milénio**, Vol III, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CORREIA, Fernando - **Os Jornalistas e as Notícias, A autonomia jornalística em questão**, 2ª. Lisboa: Caminho, 1997.

DUBE, S.C. - **India's Changing Villages: Human factors in Community Development**, Londres: Routledge & Kegan Paul, 1958.

FRADE, Pedro Miguel, Comunicação - CARRILHO, M.M., dir.. **Dicionário do Pensamento Contemporâneo**, Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1991.

GIDDENS, A. - **O mundo na era da globalização**, Lisboa: Presença, 2000.

GIDDENS, A. - **Sociologia**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

HALL, Stuart - **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HERMAN, E. S. e CHOMSKY - **Manufacturing consent: The Political Economy of the Mass Media**, Londres: Vintage, 1994.

LERNER, D. e SCHRAMM, W. - **Comunicação e Mudança nos países em desenvolvimento**, São Paulo: Melhoramentos, 1967.

MARTINS, M. Meirinho - **As Eleições Autárquicas e o Poder dos Cidadãos: Ensaio sobre a Importância dos grupos de cidadãos eleitores no sistema político português (Síntese)**, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 1997.

MATTA, F.R. - **A informação na nova ordem internacional**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MATTELART, A. - **A Comunicação-Mundo – História das Ideias e das Estratégias**, Lisboa, Instituto Piaget, 1997.

MATTELART, A., DELCOURT, X. e MATTELART, M. - **La culture contre la démocratie? L'audiovisuel à l'heure transnationale**, Paris: La Découverte, 1984.

MCQUAIL, D. - **Teoria da Comunicação de Massa**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MESQUITA, M. e TRAQUINA, N. - **Jornalismo Cívico**, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MOZZICAFREDO, Juan - **Estado de Providência e Cidadania em Portugal**, Lisboa: Celta, 1997.

MOZZICAFREDO, Juan - Estado, Modernidade e Cidadania, VIEGAS, José Manuel Leite e COSTA, António Firmino da (Org.), **Portugal que Modernidade?**, Lisboa: Celta, 1998, pp. 245-283

RIVERS, William L. e SCHRAMM, Wilbur - Quatro conceitos da Comunicação de Massa, **Responsabilidade na Comunicação de Massa**, Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1970, pp. 47-78.

RIVERS, William e SCHRAMM, Wilbur - Liberdade e Sociedade, **Responsabilidade na Comunicação de Massa**, Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1970, pp. 145-190.

SCHILLER, H. I. - **O império Norte-Americano das Comunicações**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SANTOS, José Rodrigues dos - **O que é a Comunicação**, Lisboa: Difusão Cultural, 1992.

SFEZ, Lucien - **A Comunicação**, Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SERVAES, Jan et al - **Participatory Communication for Social Change**, Londres: Sage Publications, 1996.

SINGES, E. M. - **A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na imprensa (1998-1999)**, Lisboa: IPAD, 2001.

THUSSU, D. K. - **International Communication: continuity and Change**, Londres: Arnold, 2000.

TAJFEL, H. – Catégorisation sociale, **Introduction à la psychologie sociale** (ed. S. Moscovici), Vol. 1. Paris: Larousse, 1972.

TRAQUINA, Nelson - **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**, Lisboa: Veja, 1993.

VATTIMO, Gianni - Pós-Moderno: uma sociedade transparente?, **A Sociedade Transparente**, Lisboa: Relógio D'Água, 1992 pp. 7-33.

VV.AA. - **Informe Mundial sobre la Cultura**, Madrid: Unesco/Acento, 1999.

VV.AA - **Informe Mundial sobre la Comunicación y la Información**, Madrid: Unesco/Cindoc, 2000.

WOLF, Mauro - **Teorias da Comunicação**, 4ª. Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1995.

Secção 4. As Rádios Comunitárias em Timor-Leste – Um exercício de liberdade e democracia?

Internews East Timor Media Monitoring Unit – **Media Presentation Report**. 2002. Relatório realizado com o financiamento da USAID.

NEGRÃO, Sara - **Media: Capacity Building Support to Radios Maliana, Lospalos and Liquiça**, 2003. Relatório realizado no âmbito do projecto comunitário da INDE.

NEGRÃO, Sara - **Maliana 2: a proposal to support Maliana Community Radio**. 2003. Relatório realizado no âmbito do projecto comunitário da INDE.

NEGRÃO, Sara - **Lospalos 2: a proposal to support Lospalos Community Radio**. 2003. Relatório realizado no âmbito do projecto comunitário da INDE.

NEGRÃO, SARA - **Media and the people in East Timor**. 2003. Relatório realizado no âmbito do projecto comunitário da INDE.

NEUMANN, Lin A., TOIT, Jeanne du – **An Assessment of the Media Sector in East Timor**. 2002. Relatório realizado com o financiamento da USAID.

TOIT, Jeanne du – **Making Community Radio Work: an assessment of the factors currently impacting on the establishment of a viable, independent and professional community radio sector in East Timor**. 2002. Relatório realizado com o financiamento da USAID.

Sítios na Internet

Agência Lusa: www.lusa.pt (última consulta a 29/05/09)

CIA - The World Factbook: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> (última consulta a 19/05/09)

Development Media: <http://www.devmedia.org/Category.cfm?Category=10> (última consulta a 19/05/09)

Empowerment Project: <http://www.empowermentproject.org/> (última consulta a 19/05/09)

Empowerment Resources – Alternative Media:

<http://www.empowermentresources.com/page8.html#Alternative%20Media> (última consulta a 19/05/09)

Empowerment through Community Radio:

<http://www.tecschange.org/uraccan/radio.html> (última consulta a 19/05/09)

Empowerment Zone: <http://www.empowermentzone.com/> (última consulta a 19/05/09)

Index Mundi – Timor-Leste Produto Interno Bruto:

[http://indexmundi.com/pt/timor_leste/produto_interno_bruto_\(pib\).html](http://indexmundi.com/pt/timor_leste/produto_interno_bruto_(pib).html) (última consulta a 19/05/09)

Ministério das Finanças de Timor-Leste: <http://www.mof.gov.tl> (última consulta a 19/05/09)

Near FM – Community Radio as Community Development:
<http://www.nearfm.ie/4e.html> (última consulta a 19/05/09)

Portal UNESCO: <http://portal.unesco.org/en> (última consulta a 19/05/09)

Portal UNDP: <http://www.undp.org/> (última consulta a 19/05/09)

Promoting Communication for Social Change: <http://www.waccglobal.org/> (última consulta a 19/05/09)

Radio Robin Hood: <http://www.radiorobinhood.fi/communityradios/> (última consulta a 19/05/09)

Site oficial da Radio Comunidade Lospalos: <http://www.lospalos.radio-connect.com/spip.php?rubrique1> (última consulta a 19/05/09)